



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Os Sistemas Partidários Grego e Português em Perspectiva
Comparada, 1981-2015

Entre o Colapso Eleitoral do PASOK e a Resiliência do PS

Ricardo Cabral Fernandes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador

Professor Doutor Emmanouil Tsatsanis,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador

Professor Doutor Paulo Pedroso,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

[outubro, 2016]

Agradecimentos

Esta dissertação teve como objectivo principal o aprofundamento de conhecimentos teóricos para, no futuro, se proceder à transformação da realidade política, económica e social tanto em Portugal como internacionalmente. Karl Marx disse uma vez: “Até agora os filósofos preocuparam-se em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo.”. Aprender hoje para transformar amanhã. Esse foi o objectivo principal da dissertação.

A conclusão desta investigação não é apenas uma conquista minha, mas de todos e todas que me apoiaram, ajudaram e estiveram ombro a ombro comigo. Não foi um trabalho individual, mas colectivo. E essas são as melhores dissertações, independentemente da avaliação.

É uma conquista da minha família, do meu pai, mãe, avó, Tio Fernando, Tia Isilda, Inês e Pedro que sempre me apoiaram tanto intelectual como emocional e financeiramente, principalmente em tempos de austeridade em que milhares de estudantes são constantemente expulsos do ensino superior por não possuírem as necessárias capacidades financeiras. Esta dissertação não seria possível sem o pagamento de propinas cada vez mais caras e sem um esforço cada vez maior da minha família para que pudesse almejar um futuro melhor. Quero agradecer ao meu pai por todo o apoio e esforço que fez para que eu pudesse continuar com os meus estudos e pelas “marteladas” que me deu para que me encaminhasse. Quero agradecer à minha mãe pelo facto de nunca ter desistido de mim, mesmo em tempos sombrios em que tudo parecia estar perdido. Por me terem dado o privilégio de prosseguir os estudos, que não deveria ser menos que um direito, agradeço profundamente à minha família. Sem ela não teria chegado onde cheguei. Um muito obrigado à Carla e à Luísa, amigas desde que me lembro. E não poderia desejar ser mais amado do que sou. E à Flor, a melhor amiga que esteve sempre presente e que me acompanhou na infância e juventude nos bons e maus momentos. Sempre. Nunca será esquecida.

Agradeço também à Mariana Carmo Duarte, aquela pessoa que ouviu vezes sem fim os meus desabafos, desesperos, dúvidas e que sempre disse “presente” nos momentos mais complicados. Apoiou-me emocional, mas principalmente intelectualmente. Sempre me pressionou para ultrapassar os limites que não sabia serem possíveis de ultrapassar.

Esta página estaria muito incompleta se não agradecesse também ao meu grande amigo Grigoris Arzoglou, que demonstrou que os acasos acontecem e que podem ser dos melhores momentos na formação intelectual e emocional de um jovem num país que desconhece. A minha estadia em Salónica, Grécia, teria sido sem dúvida muito mais pobre sem as nossas longas conversas pela noite adentro sobre política, ética, economia, história, geopolítica. Foi aquele mentor que todo o jovem quer ter mas que raramente encontra na sua juventude. Foi um período que me moldou e que nunca esquecerei. Um grande obrigado.

Se os conhecimentos que apreendi com a escrita desta dissertação pretendem vir a ser aplicados, é-me também impossível esquecer todos os camaradas de luta que me têm acompanhado nos últimos anos. Não marchamos apenas juntos, sentimos também na pele as consequências dos tempos de refluxo em que a desilusão, a frustração e a injustiça se tornaram acontecimentos comuns

no nosso dia-a-dia. A enorme camaradagem que tenho convosco foi-se forjando e tornou-se cada vez mais forte. Quero agradecer o caminho que temos percorrido, e que certamente continuaremos a percorrer, ao Tomás Nunes, ao João Rodrigues, ao Afonso Jantarada, à Margarida Tavares, ao Manuel Botelho, à Sara Algodres Simões, ao Hugo Figueiredo, ao Filipe Teles, ao Samuel Cardoso, ao João Freitas, à Catarina Príncipe, à Irina Castro, ao Alex Gomes, ao Carlos Carujo, ao João Carlos Louçã, ao Mamadou Ba e ao João Mineiro.

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos de sempre, o Luís Oliveira e o Gonçalo Pereira, pelos momentos que passámos juntos na licenciatura em Relações Internacionais e fora da sala de aula, em viagens e aventuras impossíveis de esquecer. A Mariana Gomes e ao Alexandre Fonseca agradeço também todos os momentos que tivemos e que temos pela frente, em que a amizade não é uma mera palavra, mas todo um sentimento.

Um mestrado é tanto melhor conforme os colegas que se tem e com quem se partilham conhecimentos e experiências em infindáveis debates. É-me impossível esquecer as longas e duradouras conversas com a Beatriz Viegas, com o Luís Cabrita, com o Gonçalo Larangeira e, por fim, mas não menos importante, com a Diana Morais.

Gostaria de agradecer aos meus orientadores. Ao Professor Doutor Emmanouil Tsatsanis pelo acompanhamento que me deu ao longo da escrita da dissertação. Ao Professor Doutor Paulo Pedroso pelo acompanhamento intelectual, pelas conversas sobre políticas e por sempre me ter protegido de derivas impróprias em trabalhos científicos e pelo acompanhamento no desenvolvimento da tese.

Um passo foi dado, faltam muitos mais. Avante. Que o Mundo não se transforma sozinho.

Resumo

Os países da Europa do Sul foram os primeiros e os mais afectados pela crise económico-financeira de 2007-8, que se transformou na crise das dívidas soberanas e, mais tarde, na crise da zona euro. Tanto a Grécia como Portugal foram intervencionados pela chamada *troika* – Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional –, que aplicou severas medidas de austeridade. No entanto, e apesar das semelhanças ao nível dos seus sistemas partidários, assistiu-se a diferentes desenvolvimentos nos mesmos.

A presente investigação explora o porquê do sistema partidário grego ter sofrido uma transformação e o português não, colocando a tónica nas dinâmicas inter-partidárias e na emergência de novas clivagens nas respectivas sociedades. Se na Grécia o PASOK colapsou eleitoralmente, em Portugal o PS demonstrou resiliência.

A dissertação dividiu-se em dois momentos distintos. No primeiro, comparámos os sistemas partidários grego e português entre o término das respectivas transições democráticas (1981 e 1982, respectivamente) e as eleições legislativas de 2015. Foram analisadas as semelhanças e diferenças, bem como as tendências dos dois sistemas partidários. No segundo, focámo-nos nas dinâmicas inter-partidárias entre 2009-15 e na forma como estas influenciaram a percepção do eleitorado face ao posicionamento dos partidos nos respectivos sistemas partidários.

Palavras chave: transformação do sistema partidário, crise, austeridade, clivagens, PASOK, PS, Portugal, Grécia.

Abstract

South European countries were the first and most affected by the 2007-8 economic and financial crisis, which was transformed into sovereign debt crisis and, later on, into Eurozone crisis. Either Greece or Portugal were intervened by the *troika* – European Central Bank, European Commission, and International Monetary Fund –, which imposed severe austerity measures. Nevertheless, and even though their party systems' similarities, there have been different developments in them.

The present investigation explores why the Greek party system has undergone a transformation and the Portuguese not, focusing on their inter-party dynamics and on the emergence of new cleavages in these societies. If in Greece PASOK collapsed electorally, in Portugal PS remained resilient.

The dissertation was divided into two separate moments. Firstly, we have compared Greek and Portuguese party systems between the end of their democratic transitions (1981 and 1982, respectively) and the 2015 legislative elections. Similarities and differences, as well as two party systems' tendencies were analysed. Secondly, we have focused on inter-party dynamics between 2009-15 and in which ways these influenced the perception of electorate on parties' positions in both party systems.

Key-words: party system transformation, crisis, austerity, cleavages, PASOK, PS, Portugal, Greece.

Índice Geral

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
1.1. Sistema Partidário.....	2
1.2. Estruturas de Competição.....	3
1.3. Transformação do Sistema Partidário	4
1.3.1. A Rigidez da Política Económica Europeia	5
1.3.2. A Punição Eleitoral	6
1.3.3. O Aparecimento de Novas Clivagens.....	8
1.3.4. A Cooperação Inter-partidária e Percepção do Eleitorado	10
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO: OBJECTIVOS, METODOLOGIA E DADOS	13
2.1. Objecto e Objectivos	13
2.2. Conceptualização e Operacionalização de Conceitos	14
2.3. Hipóteses de Investigação	17
2.4. Metodologia e Dados.....	18
CAPÍTULO III – OS SISTEMAS PARTIDÁRIOS GREGO E PORTUGUÊS ENTRE 1981 E 2015: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	19
3.1. O Sistema Partidário Grego.....	19
3.1.1. O Sistema Partidário Grego entre 2012 e 2015	22
3.2. O Sistema Partidário Português.....	24
3.2.1. O Sistema Partidário Português entre 2011 e 2015	27
3.3. Os Sistemas Partidários Grego e Português Comparados	29
CAPÍTULO IV: AS DINÂMICAS INTER-PARTIDÁRIAS NOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS GREGO E PORTUGUÊS ENTRE 2009 E 2015	30
4.1.1. O Colapso Eleitoral do PASOK	33
4.2.1. A Resiliência do PS	39
CONCLUSÃO	44
FONTES.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	47
ANEXOS.....	I
Anexo A – Enquadramento Teórico.....	I
Anexo B - Enquadramento da Investigação: Objectivos, Metodologia e Dados	II
Anexo B.1. - Guião Entrevista e cargos dos entrevistados.....	II
Anexo C - Os Sistemas Partidários Grego e Português entre 1981 e 2015: Semelhanças e Diferenças V	
Anexo D - As Dinâmicas Inter-partidárias nos Sistemas Partidários Grego e Português entre 2009 e 2015.....	VII
Anexo D.1. – Estruturas de Competição em Portugal e Grécia	VII
Anexo D.2. – Percepção do Eleitorado face ao Posicionamento dos Partidos nas Dimensões Integração Europeia e Esquerda/Direita, 2004-2014.....	VIII
Anexo D.3. – Resultados eleições legislativas Grécia e Portugal, 2009-2015	X

Índice de Figuras

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO: OBJECTIVOS, METODOLOGIA E DADOS	13
Figura 2.1. - Modelo Analítico	17
ANEXOS.....	I
Anexo C - Os Sistemas Partidários Grego e Português entre 1981 e 2015: Semelhanças e Diferenças.V	
Figura C.1. – A Volatilidade Eleitoral no Sistema Partidario Grego, 1977-2015	V
Figura C.2. – A Volatilidade Eleitoral no Sistema Partidario Português, 1976-2015	V
Figura C.3. – A Fragmentação do Sistema Partidário Grego, 1981-2015.....	V
Figura C.4. - A Fragmentação do Sistema Partidário Português, 1983-2015.....	VI
Figura C.5. - A Polarização Ideológica do Sistema Partidário Grego, 1981-2015.....	VI
Figura C.6. - A Polarização Ideológica do Sistema Partidário Português, 1983-2015.....	VI
Anexo D - As Dinâmicas Inter-partidárias nos Sistemas Partidários Grego e Português entre 2009 e 2015.....	VII
Anexo D.2. – Percepção do Eleitorado face ao Posicionamento dos Partidos nas Dimensões Integração Europeia e Esquerda/Direita, 2004-2014.....	VIII
Figura D.2.1. – Percepção do eleitorado face ao posicionamento dos partidos nas dimensões integração europeia e esquerda/direita, 2004	VIII
Figura D.2.2. – Percepção do eleitorado face ao posicionamento dos partidos nas dimensões integração europeia e esquerda/direita, 2009	VIII
Figura D.2.3. – Percepção do eleitorado face ao posicionamento dos partidos nas dimensões integração europeia e esquerda/direita, 2014	IX

Índice de Quadros

ANEXOS.....	I
Anexo A – Enquadramento Teórico.....	I
Quadro A.1. - Tipos de sistemas partidários	I
Quadro A.2. - Estruturas de competição	I
Anexo D - As Dinâmicas Inter-partidárias nos Sistemas Partidários Grego e Português entre 2009 e 2015.....	VII
Anexo D.1. – Estruturas de Competição em Portugal e Grécia	VII
Quadro D.1.1. - Estruturas de Competição Grécia, 1981-2015.....	VII
Quadro D.1.2. - Estruturas de Competição Portugal, 1976-2015.....	VII
Anexo D.3. – Resultados eleições legislativas Grécia e Portugal, 2009-2015	X
Quadro D.3.1. – Resultados legislativas Grécia, 2009-2015.....	X
Quadro D.3.2. – Resultados legislativas Portugal, 2009-2015.....	X

INTRODUÇÃO

"A morte de uma organização acontece quando os de baixo já não querem e os de cima já não podem" - Vladimir Ilitch Lenin

A crise económico-financeira de 2007-8 marcou o início de um novo período na História contemporânea europeia. Oito anos após o seu deflagrar, de severas medidas de austeridade e de reformas estruturais, os sistemas partidários europeus encontram-se sob inúmeras pressões, tanto por parte da extrema-direita como da esquerda-radical, enquanto os partidos do “centro”, principalmente os de “centro-esquerda”, se confrontam com crescentes dificuldades. Nesta medida, o sistema partidário grego afirma-se como o principal exemplo destas pressões, tendo-se transformado; o português assume-se como uma excepção, dada a sua relativa estabilidade. Se na Grécia o PASOK colapsou eleitoralmente após dois anos de políticas com severas consequências políticas, económicas e sociais, em Portugal o PS manteve-se afastado da governação e demonstrou resiliência nas eleições de 2015. Se na Grécia o Syriza, um partido de esquerda-radical, ganhou, pela primeira vez em décadas, as eleições e formou governo, em Portugal não se assistiu a semelhante fenómeno.

A literatura sobre os efeitos da crise económico-financeira nos sistemas partidários grego e português tem-se focado exclusivamente no primeiro ou, quando os compara, centra-se em questões de representação e de apoio à democracia-liberal. Se sobre a Grécia, a literatura tem analisado a transformação deste sistema partidário e debatido qual a sua nova forma; sobre Portugal, a mesma não se tem focado no porquê do sistema partidário se ter demonstrado resiliente e/ou quais os factores que estiveram ausentes para que ocorresse uma transformação. No contexto político, económico e social similar entre ambos, consideramos que a transformação de um e a resiliência de outro se relaciona com o colapso eleitoral do PASOK e a resiliência demonstrada pelo PS, respectivamente. Dito isto, pretendemos dar um pequeno contributo para o estudo do porquê o sistema partidário português não se ter transformado até ao momento, bem como para a resiliência demonstrada pelo PS, ancorado no caso grego. Daqui decorre a pergunta de partida que guiará a presente investigação: *como é que a intervenção da troika e as dinâmicas inter-partidárias se relacionam com o colapso eleitoral do PASOK e a resiliência do PS no contexto dos respectivos sistemas partidários?*

A presente dissertação divide-se em quatro capítulos. No primeiro abordaremos o enquadramento teórico que norteará a investigação, nomeadamente a classificação dos sistemas partidários e a sua transformação, bem como quais os factores que consideramos importantes para o colapso do PASOK e os que estiveram ausentes no caso português. No segundo capítulo debruçamo-nos sobre a metodologia de investigação e as suas hipóteses, bem como nos conceitos utilizados e a sua conceptualização. No terceiro capítulo comparamos e analisamos os sistemas partidários português e grego entre as respectivas consolidações democráticas e 2015, apurando as suas similaridades e diferenças. Por fim, no quarto capítulo focamo-nos nas dinâmicas inter-partidárias nos sistemas partidários em estudo entre 2009-15, relacionando-as com o colapso do PASOK e a resiliência do PS. Concluímos a presente investigação com umas breves notas conclusivas sobre as hipóteses formuladas.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Sistema Partidário

A literatura sobre a classificação e categorização dos vários sistemas partidários na Europa Ocidental tem sido abundante (Duverger, 1954; Dahl, 1966; Blondel, 1968; Rokkan, 1968; Sartori, 1976; Ware, 1996; Mair, 1997). Desde a década de 1950 que o critério mais utilizado para analisar os sistemas partidários tem sido o “número de partidos em competição”, tal como Duverger (1954) definiu. Não obstante, outros teóricos vieram a acrescentar novos critérios, como fez Dahl (1966) com a “competitividade da oposição”, Blondel (1968) com o “tamanho relativo dos partidos”, Rokkan (1968) com a “probabilidade de maiorias de partido único” e a “distribuição das forças dos partidos minoritários” e, por fim mas não menos importante, Sartori (1976) com o critério da “polarização ideológica”. A tipologia que este último desenvolveu tem sido das mais utilizadas nas últimas décadas pelos politólogos (ver anexo A, figura A.1.).

Nas primeiras página do seu livro *Parties and Party Systems – A framework for analysis* Sartori (1976) expõe o seu conceito de sistema partidário como sendo:

“[...] the concept of system is meaningless – for purposes of scientific inquiry – unless (i) the system displays properties that do not belong to a separate consideration of its component elements and (ii) the system results from, and consists of, the patterned interactions of its components parts, thereby implying that such interactions provide the boundaries, or at least the boundedness, of the system.” (Sartori, 1976: 39) .

Poucas linhas mais à frente o mesmo autor acrescenta que:

“Parties make for a “system”, then, only when they are parts (in the plural); and a party system is precisely the system of interactions resulting from inter party competition.” (Sartori, 1976: 39)

Este autor defende que para se analisar eficazmente os sistemas partidários não se pode ter apenas em consideração critérios como o número de partidos, por exemplo, tendo, ao invés, de se analisar o sistema como um todo. Ou seja, é necessário analisar-se o sistema partidário como um sistema em que as suas unidades, os partidos, interagem. Sartori (1976) considera que a designação de sistema implica propriedades próprias da relação entre as unidades (os partidos) e não apenas a consideração da existência de um agregado de unidades, no que se aproxima melhor do conceito de sistema como algo que inclui as partes e as propriedades específicas das relações entre estas. Assim, é fundamental analisar-se a estrutura de competição - regida precisamente pelas relações que se estabelecem entre os partidos como actores de um sistema - presente em cada sistema partidário, questão que abordaremos mais à frente.

A tipologia que Sartori (1976) delineou considera o número de partidos (fragmentação partidária) presentes no órgão legislativo e a polarização ideológica dos partidos que possuem poder de coligação ou de chantagem (Jalali, 2007). Para Sartori (1976) apenas são relevantes os partidos que possuam poder de coligação ou de chantagem, pois apenas estes têm a capacidade de influenciar a natureza e direcção da competição (Jalali, 2007). Tendo em conta estes critérios, o autor delineou quatro tipos de sistemas partidários: 1) os sistemas bipartidários, caracterizados pela inexistência de dois partidos em condições de competirem por maiorias absolutas de acordo com os respectivos

sistemas políticos, sendo que existe uma expectativa credível de alternância entre eles; 2) pluralismo moderado, possuem fragmentação limitada e competição centrípeta moderada, sendo que não existem partidos anti-sistema com importância mas uma distância ideológica pequena entre os partidos relevantes e uma possibilidade de coligação bipolar; 2) pluralismo polarizado, o sistema de partidos é profundamente fragmentado e com uma forte polarização ideológica, sendo que existem partidos anti-sistema relevantes, a ocupação do centro pelos principais partidos e oposições bilaterais; 3) sistema monopartidário, um único partido alcança maiorias parlamentares consecutivas (Sartori, 1976; Jalali, 2007). Na análise comparativa dos sistemas partidários português e grego entre 1982 e 1981, respectivamente, e 2015 seguiremos a tipologia acima desenvolvida.

1.2. Estruturas de Competição

Sartori (1976) defendeu que se deve analisar os sistemas partidários enquanto sistema e não apenas os seus elementos de forma isolada, referindo no primeiro caso a necessidade de se analisar a forma como os partidos interagem, a estrutura de competição. É nesta linha que entendemos a necessidade de complementarmos a tipologia de Sartori (1976) com as estruturas de competição delineadas por Mair (1997). Desta forma, o modelo de análise dos sistemas de partidários possuirá três critérios: i) a fragmentação partidária; ii) a polarização ideológica; e iii) as estruturas de competição, nomeadamente a competição e formação de governo.

Mair (1997) definiu três factores essenciais para se apurar a estrutura de competição presente num sistema partidário: 1) a alternância no governo; 2) a inovação no governo; e 3) que partidos governam. A junção destes três factores podem dar origem a estruturas de competição abertas ou fechadas (ver anexo A, figura A.2.). No factor da alternância no governo, Mair (1997) defende que existem três padrões de alternância: i) a alternância total, em que os partidos do governo são totalmente substituídos por outros que antes se encontravam na oposição; ii) a alternância parcial, que segundo o mesmo autor é mais comum em sistemas partidários fragmentados, constitui-se pela substituição do anterior governo por um novo composto por partidos que antes estavam na oposição, bem como por um dos partidos que se encontrava no anterior governo; iii) a alternância não existente, em que um ou mais partidos se mantêm no governo por um longo período de tempo. O segundo factor, o da inovação no governo, consiste na capacidade que o sistema partidário, e as suas unidades, os partidos, conseguirem apresentar fórmulas alternativas de composição partidária dos governos. Se são familiares ou inovadoras (Mair, 1997). Este factor é importante por os partidos poderem divergir das expectativas do eleitorado ou por inovarem as fórmulas de governo no sistema partidário, criando novas alternativas. O último e terceiro factor, quais os partidos que governam, consiste na análise de quais os partidos que possuem capacidade para virem a formar governo, quer sozinhos quer em coligação (Mair, 1997). Ou seja, se o acesso à formação de governo se encontra concentrada ou dispersa entre os partidos do sistema partidário, distinguindo os vários sistemas partidários.

Por fim, a junção destes três factores pode dar origem a estruturas de competição abertas ou fechadas. A primeira consiste numa estrutura de competição muito previsível, não ocorrendo mudanças por longos períodos de tempo, quer nas alternativas de governo quer no padrão de alternância. Neste tipo de estrutura a entrada de novos partidos na formação de governo é considerada

muito difícil. Já a segunda assume-se como uma estrutura imprevisível com padrões de alternância diferentes, em que ocorrem bruscas viragem na fórmula da formação do governo. Esta estrutura possibilita aos novos partidos uma entrada relativamente fácil no governo. É de referir que o autor afirma que por vezes as estruturas de competição fechadas, características dos sistemas bipartidários, têm por vezes origem em estratégias concertadas entre os dois principais partidos do sistema partidário, a que se acresce a falta de vontade destes em experimentar novas fórmulas de governação, sendo que o caso grego é paradigmático desta situação (Mair, 1997).

1.3. Transformação do Sistema Partidário

Os sistemas partidários da Europa Ocidental mantiveram-se, entre a década de 20 e a de 60, relativamente estáveis (Lipset e Rokkan, 1967), mas a partir da década de 70 assistiu-se a uma maior volatilidade eleitoral, o que teve como consequência a diminuição da estabilidade dos sistemas partidários e, por vezes, a sua transformação. A ocorrência desta última tem sido proclamada inúmeras vezes, originando várias conceptualizações que, por vezes, se contradizem e auto-excluem mutuamente. No entanto, podemos referir as duas principais abordagens ao estudo da transformação dos sistemas partidários: a) a tradicional análise comparativa que visa caracterizar os sistemas partidários em diferentes tipos e classes (Duverger, 1956; Blondel, 1968; Sartori, 1976), ou seja, a transformação dos sistemas ocorre quando um sistema muda de tipo ou classe; e b) a análise quantitativa, que tem o objectivo de “sumarizar” e “definir” o sistema partidário, utilizando para o efeito variáveis que calculam o número e o tamanho relativo dos partidos do sistema partidário, e que é comumente utilizado para *cross-national inquiries* (Rae, 1968; Laakso e Taagepera, 1979; Mair, 2006). Entendemos que ambas as abordagens são insuficientes para se analisar as transformações dos sistemas partidários. A primeira parece-nos demasiado rígida, visto que para que um sistema partidário se transforme é necessário seguir uma série de requisitos, o que raramente ocorre. Por outro lado, a segunda abordagem fornece-nos uma apresentação quantitativa dos sistemas partidários e a sua eventual transformação, que assume que é contínua, mas é incapaz de nos apresentar com a utilização exclusiva de métodos de análise quantitativa as razões que estiveram por base da transformação (Mair, 2006). Se a primeira peca pela rigidez, a segunda peca pela debilidade analítica/explicativa das razões que estiveram por base dessa mesma transformação.

Mair (1997; 2006) propõe uma terceira abordagem à análise da transformação dos sistemas partidários, que se foca no que considera ser a essência do sistema partidário: as interações entre os partidos. Coloca a ênfase no que caracteriza o tipo e classe dos sistemas partidários, quais os partidos que contam e que têm impacto na formação de governos nos respectivos sistemas partidários. A consequência lógica da sua abordagem é que ocorre uma transformação do sistema partidário quando se observa à alteração da estrutura de competição do sistema, que pode sofrer alterações nos três componentes já acima referidos (alternância no governo; a inovação no governo; e que partidos governam), originando estruturas de competição abertas ou fechadas. Por exemplo, a importância do colapso eleitoral de um partido e o seu impacto no sistema partidário advém do papel que este desempenha nas estruturas de competição, podendo ou não alterar o sistema partidário. Se o partido colapsar e a anterior direcção da estrutura de competição se mantiver, então o sistema partidário não

sofreu uma transformação. Ao invés, se com o colapso do partido tiver ocorrido uma mudança de direcção da estrutura de competição, então observou-se à transformação do sistema. Em suma, apenas as transformações na essência do sistema partidário, a estrutura de competição, são relevantes, enquanto que as transformações nas suas margens (por exemplo, o aparecimento de um novo partido no parlamento que não consiga alterar a direcção da estrutura de competição) não o são. Tendo em conta os dois estudos de caso, e o actual contexto político, económico e social, que aqui pretendemos comparar, consideramos fundamental apresentar quais, na nossa opinião, foram os factores que contribuíram para o colapso eleitoral do partido a nível macro, que são: 1) a rigidez da política económica europeia; 2) a punição eleitoral, 3) a cooperação inter-partidária e a percepção do eleitorado e 4) o aparecimento de novas clivagens.

1.3.1. A Rigidez da Política Económica Europeia

A queda do Muro de Berlim (1989) e a implosão da União Soviética (1991) assumiram-se como um marco histórico tanto para a política mundial como para a construção do projecto europeu, terminando com a divisão da Europa entre Ocidente e Oriente. A desintegração do Bloco de Leste também representou a ascensão máxima da ideologia neoliberal, que desde o início da década de 70 ganhava crescente espaço político, ideológico e institucional (Klein, 2011). Esta ascensão ficou espelhada na obra *O fim da História e o Último Homem* de Francis Fukuyama (1993), em que este defendeu que o capitalismo e a democracia-liberal são o expoente máximo do desenvolvimento da Humanidade, não existindo doravante quaisquer alternativas a estes. Foi neste contexto de euforia neoliberal que o projecto europeu se aprofundou com o Tratado de Maastricht de 1992. Este Tratado consistiu em duas vertentes de maior integração europeia: a criação de uma união política e a realização de uma futura união económica e monetária (Martins da Silva, 2010). Cingir-nos-emos à segunda vertente por considerarmos que é o que possibilita a rigidez da política económica europeia, a par de factores políticos, não descurando que a União Económica e Monetária (UEM) foi construída sem o necessário aprofundamento político e democrático.

Entre 1992 e 2002, ano em que o euro começou a circular definitivamente na economia, o foco das instituições e Estados-membros da União Europeia limitou-se a critérios de convergência económicos de índole neoliberal, como a do défice orçamental abaixo dos 3% e das dívidas públicas menores que 60% do PIB, critérios definidos tanto no Tratado como, mais tarde, reforçados no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) de 1997 (Martins da Silva, 2010). A estes critérios de convergência neoliberais acrescenta-se a total independência do Banco Central Europeu (BCE) face a poderes democraticamente eleitos, que tem, ao contrário de outros bancos centrais, como a Reserva Federal Norte-Americana, a exclusiva missão de controlar a inflação, descurando a promoção do crescimento económico e o pleno emprego. As várias economias europeias possuem estruturas económicas distintas, mas regem-se pelas mesmas regras, dificultando a sua reacção a choques económicos externos, como se observou a partir de 2010. Nenhum Governo democraticamente eleito pode desvalorizar a sua moeda ou proceder a políticas de pleno emprego por não possuir o controlo soberano da sua política monetária e se encontrar limitado pelas regras do PEC e, a partir de 2011, pelas do Tratado Orçamental, que se não são iguais, são muito semelhantes. Em vez de se ter

observado a uma crescente convergência entre as economias da zona euro, assistiu-se, ao invés, ao acentuar da divergência, principalmente após o contágio da crise internacional à zona euro sob a forma da crise das dívidas soberanas (Stiglitz, 2016).

Aquando do deflagrar da crise económico-financeira e do seu contágio ao continente europeu, as instâncias europeias, nomeadamente o Conselho Europeu, abordaram a crise em três fases distintas: a fase financeira (2008-9), apoiaram as principais instituições financeiras para se evitar falências e proteger os depósitos dos aforradores; a fase expansionista (2009-10), em que os Estados-membros foram instados a procederem a medidas que expandissem a procura; e a fase da consolidação orçamental, em que o principal objectivo seria a diminuição das despesas dos Estados procedendo a cortes na despesa (Costa e Castro Caldas, 2014). A orientação desta última fase, em que ainda hoje nos encontramos, foi aprofundada com as intervenções da *troika*, que teve como objectivos a desvalorização interna e as reformas estruturais neoliberais, que se vieram a transformar numa rigidez política e económica. Esta orientação austeritária contribuiu para o aumento da divergência das economias europeias. Se a construção da zona euro, orientada pela ideologia neoliberal, possuía físsuras desde o início, com a crise internacional estas transformaram-se em fendas, colocando em causa o projecto europeu (Stiglitz, 2016).

Se a estrutura da UEM e o TO se assumem como obstáculos à realização de políticas alternativas às seguidas até ao momento, não podemos deixar de referir a existência de pressões políticas e económicas para que a orientação política e económica actual não seja contestada. No passado as instâncias europeias e a *troika*, conjunto de instituições sem qualquer controlo democrático, pressionaram governos nacionais para recuarem em iniciativas políticas, procederem à formação de governos de "unidade nacional", como aconteceu com Papandreou em 2011, ou para romperem com o mandato democrático com que foram eleitos, como foi o caso do Syriza em 2015, sob a ameaça do congelamento de *tranches* ou do BCE recusar financiar os bancos gregos durante o processo de negociação com as instâncias europeias. Este factor é importante por impedir que um partido de centro-esquerda aplique políticas económicas keynesianas quando se encontra no governo de um Estado-membro da zona euro, obrigando-o a seguir uma orientação austeritária e neoliberal, confrontando-se com a História, ideologia e identidade partidárias, alienando a sua base social de apoio, precisamente um dos constrangimentos que Ware (1996) defende que as direcções partidárias devem respeitar aquando da governação e definição de políticas públicas. Não obstante, este factor também é importante caso o partido de centro-esquerda se encontre na oposição por necessitar de se distanciar da actual orientação Europeia, tendo de assumir um discurso crítico, independentemente do seu nível de eurocepticismo.

1.3.2. A Punição Eleitoral

Nas democracias-liberais ocidentais um número elevado de eleitores apoiam o Estado Social e o papel activo do Estado na providência de segurança social (Armingeon e Giger, 2008). Não obstante, desde a década de 70 que se tem assistido ao apelidado *retrenchment* do Estado Social, ou seja, reformas e/ou prossecução de cortes orçamentais, aplicado tanto por partidos de centro-direita como de centro-esquerda. É comum assumir-se que uma reforma/cortes orçamentais é eleitoralmente penalizadora

para todos os partidos, independentemente do seu posicionamento no espectro político esquerda-direita (Pierson, 1994; Pierson, 2001; Korpi e Palme, 2003; Allan e Scrugs, 2004). No entanto, as consideramos que as consequências eleitorais são distintas para cada partido, dependendo de inúmeros factores, como a "imagem" positiva/negativa que possuem relativamente ao Estado Social (Schumacher *et al*, 2010) e das medidas aplicadas, da sua intensidade de reforma/cortes orçamentais, dos eleitores que atingem e das estratégias que aplicam para receberem o crédito ou para se desresponsabilizarem pelas mesmas, entre outros.

Assume-se como pertinente referir três factores que entendemos poderem contribuir tanto para a punição eleitoral dos partidos como para a sua desresponsabilização após a aplicação de cortes orçamentais no Estado Social, que são: i) a "imagem" positiva/negativa dos partidos relativamente ao Estado Social; ii) a estratégia de desresponsabilização pelas medidas; e iii) a imposição, por parte de entidades externas, desses mesmos cortes orçamentais.

Por as políticas públicas referentes ao Estado Social terem passado a partir da década de 80 a fazer parte da agenda política, todos os partidos tiveram a necessidade de definir posições sobre os variados assuntos, criando uma "imagem", percebida tanto pelas suas bases militantes como pelo seu eleitorado (Schumacher *et al*, 2010). A "imagem" positiva é atribuída a um partido quando este apoiou a construção do Estado Social e clamou os créditos por isso; enquanto a negativa é atribuída a um partido quando este sempre se opôs à construção do Estado Social e não fez dessa posição uma bandeira política (Schumacher *et al*, 2010). Em princípio, os primeiros serão penalizados eleitoralmente após cortes orçamentais no Estado Social, enquanto os segundos não o são, podendo até beneficiar eleitoralmente. Este factor é importante por limitar as políticas do partido relativamente ao Estado Social, pois caso este altere bruscamente a sua posição, então corre o risco de a sua base militante e do seu eleitorado deixarem de se identificar com o partido, podendo perder a sua base social de apoio (Schumacher *et al*, 2010). Um partido possui posições políticas sobre variados assuntos, mas tendo em conta que o Estado Social representa uma "rede de segurança", principalmente em momentos de depressão ou de parco crescimento económico, pode-se relacionar o piorar das condições materiais dos eleitores com a punição eleitoral de um partido que no governo pratica cortes orçamentais no Estado Social (Downs, 1957). Em princípio, os primeiros serão penalizados eleitoralmente após cortes orçamentais no Estado Social, enquanto os segundos não o são, podendo até beneficiar eleitoralmente (Schumacher *et al*, 2010). Não obstante, não nos podemos cingir a uma relação causa-efeito mecânica, sendo pertinente acrescentar e relacionar os outros dois factores.

Em consequência da impopularidade do *retrenchment* do Estado Social, principalmente relevante para os partidos com "imagem" positiva, nomeadamente os de centro-esquerda, desenvolveram-se várias estratégias para se evitar a responsabilidade pelas medidas, logo a possível punição eleitoral (Giger e Nelson, 2010). Vários teóricos (Pierson, 1994; Hood, 2002; Pal e Weaver, 2003) desenvolveram tipologias de classificação das estratégias para se evitar a responsabilização. Aderimos à de Pal e Weaver (2003) por ser a que atribui mais relevância à percepção. Estes autores elaboraram onze técnicas, categorizadas em três tipos diferentes: a) o processo; b) a percepção; e c) as recompensas. Cingir-nos-emos à "percepção" por ser a tipologia relevante na temática que abordamos.

A "percepção" é constituída por quatro técnicas distintas: i) ofuscação, reduzir a visibilidade das medidas; ii) redefinir o assunto, desenvolver novas políticas que difusem ou ofuscam as perdas; iii) a defensiva, difusão das responsabilidades pelo máximo de intervenientes possíveis; e iv) o bode expiatório, reflectir as culpas culpando outros (Pal e Weaver, 2003). Com o deflagrar da crise económico-financeira e a intervenção da *troika*, esta última técnica assumiu uma crescente importância à medida que os governos nacionais atribuíam a responsabilidade das suas políticas às instituições externas, nomeadamente por via do Memorando de Entendimento. Esta técnica poderá ter contribuído para o aumento do eurocepticismo, ao mesmo tempo que se mostrou insuficiente na não atribuição da responsabilidade aos partidos que no governo aplicaram as medidas de *retrenchment* do Estado Social, como foi o caso do PASOK.

O último factor que consideramos ter impacto na punição eleitoral de um partido de centro-esquerda no actual contexto de crise económico-financeira e de intervenção da *troika* é a existência de um Memorando de Entendimento. Perante a integração de Portugal e Grécia na UEM, o que impede a desvalorização cambial, os Memorandos assentaram na desvalorização interna e na consolidação orçamental (Costa e Caldas, 2014). Este documento vinculou os principais partidos do sistema partidário a realizarem reformas políticas e económicas e a alcançarem metas orçamentais num prazo severamente curto, o que limitou a gestão da aplicação das respectivas medidas e a prossecução das estratégias para se evitar a responsabilização pelas mesmas. A esta situação acresceram as avaliações da *troika* sobre a prossecução do programa de assistência financeira, que caso fossem negativas podiam dar origem ao congelamento das *tranches*, essenciais para o regular funcionamento financeiro dos Estados intervencionados.

Em suma, a aplicação de políticas de *retrenchment* do Estado Social, ancoradas no Memorando de Entendimento, com todos os constrangimentos acima referidos, por parte de um partido com uma "imagem" positiva do Estado Social, nomeadamente um partido de centro-esquerda, tem grande probabilidade de ser punido eleitoralmente. Não obstante, é importante referir que essas mesmas políticas podem dar origem a conflitos internos no partido, tendo impacto na estabilidade do executivo, a par de mobilizações populares de contestação a essas mesmas políticas.

1.3.3. O Aparecimento de Novas Clivagens

É consensual na literatura que as clivagens políticas e sociais ancoram o alinhamento do voto, dependendo da sua força, e que influenciam as estruturas de competição e, por inerência, os sistemas partidários. A literatura sobre o comportamento eleitoral tem-se focado essencialmente em duas abordagens: a) o alinhamento do voto de acordo com as clivagens e b) a identificação partidária (Crewe, 1985). Cingir-nos-emos à primeira por considerarmos que o aparecimento de uma nova clivagem é um dos factores de mudança que se observou na Grécia e que esteve ausente em Portugal entre 2009-15.

A importância das clivagens políticas e sociais na política ocidental advém sobretudo do trabalho seminal de Lipset e Rokkan (1967), que defenderam que os sistemas partidários da Europa Ocidental se formaram de acordo com essas mesmas clivagens tradicionais. Estas influenciaram a política ocidental durante décadas, mas com o desenvolvimento do sistema de produção capitalista no

pós-II Guerra Mundial, e a alteração das estruturas sociais ocidentais, desenvolveram-se novas clivagens, nomeadamente as pós-materialistas, que estariam a suplantar as anteriores (Inglehart, 1977; Dalton, 1984; Franklin *et al*, 1992). No seio das clivagens pós-modernas teorizou-se ainda sobre novas clivagens, como a *left libertarian* versus *right authoritarianism* (Kitschelt, 1994), *new left* versus *new right* (Flanagan, 1987; Flanagan e Lee, 2003). A todas estas clivagens já existentes veio-se juntar uma outra: a da globalização. Com a queda do Muro de Berlim e a implosão da ex-União Soviética assistiu-se ao acentuar da globalização neoliberal, reconfigurando a estrutura de clivagens nos vários espaços nacionais. O impacto da globalização nestes espaços é múltiplo e variado (cultural, económico, social e político), podendo assumir diferentes formas e originar diferentes conflitos, dependendo da intensidade e da forma da sua influência (Teperoglou e Tsatsanis, 2011). Para simplificar toda a questão da globalização, os cidadãos tendem a limitar as diferenças entre “vencedores” e “vencidos” da mesma, sendo que os partidos políticos fornecem depois uma voz a ambos os lados da questão (Kriesi *et al*, 2008).

Visto o impacto da globalização nos espaços nacionais poder ser múltiplo e variado, é fundamental enquadrar os dois casos de estudo que aqui comparamos. No espaço europeu a União Europeia assume-se actualmente como a organização supranacional da globalização neoliberal por excelência, liberalizando e nivelando a economia entre e nos seus Estados-membros. A actual crise económico-financeira e as intervenções da *troika* na Grécia, Portugal, Irlanda e Chipre vieram acentuar o debate sobre a crescente transferência de soberania nacional para a UE, ao mesmo tempo que eram aplicadas severas medidas de austeridade e reformas estruturais neoliberais, transformando as sociedades. Nos anos pós-crise o debate sobre a globalização no espaço europeu tendeu a focar-se na relação entre os Estados nacionais e essa mesma instituição, principalmente entre os Estados intervencionados pela *troika* e a própria zona euro.

Em consequência da intervenção da *troika* e da aplicação das medidas presentes no Memorando de entendimento defendemos que se formou uma nova clivagem, a pró/contra memorando, na sociedade grega (Katsanidou, 2013; Gemenis e Nezi, 2014; Teperoglou e Tsatsanis, 2014; Katsanidou e Otjes, 2016), suplantando a tradicional esquerda-direita e assumindo-se como uma nova linha divisória no posicionamento dos partidos no sistema partidário. A literatura sobre a formação de clivagens políticas e sociais defende que para que estas se formem é necessário ocorrer uma transformação da estrutura social, bem como uma alteração dos valores do eleitorado ou, pelo menos, algum tipo de consciência (Crewe, 1985). No entanto, os teóricos clássicos (Lipset e Rokkan, 1967) defendem que a formação de uma nova clivagem demora décadas a ocorrer, assumindo-se como um processo lento que se vai consolidando. Discordamos desta perspectiva. Se é verdade que as clivagens tradicionais demoraram várias décadas a formarem-se e a terem um efeito semelhante na política, também não é de somenos afirmar que as clivagens pós-modernas demoraram, em comparação com as tradicionais, muito menos tempo a terem um impacto similar nos sistemas partidários. Relacionamos a velocidade da formação das clivagens com a intensidade da transformação da estrutura social, bem como com a alteração dos valores e formação de consciência. Tendo em conta que as políticas de austeridade, dependendo da intensidade da sua aplicação, podem alterar

drasticamente a estrutura social em poucos anos, em que a deterioração acelerada das condições materiais de quem vende a sua força de trabalho é um sinal, como se observou na Grécia, então uma clivagem em torno do documento que definiu essas mesmas políticas também se pode formar. No entanto, é também de referir que para que qualquer clivagem se forme é necessária a existência de organizações que coloquem esse mesmo assunto na política, como os partidos e os sindicatos, o que aconteceu no caso grego. No entanto, esta nova clivagem não se formou em Portugal, o que pode, em parte, explicar a manutenção do seu sistema partidário.

Apesar de considerarmos que as clivagens ainda assumem um papel fundamental no comportamento eleitoral e no posicionamento dos partidos, não podemos deixar de referir o aumento da volatilidade eleitoral nos últimos anos e o seu impacto nos sistemas partidários. Argumentando contra a ideia do congelamento dos sistemas partidários (Lipset e Rokkan, 1967), Pedersen (1979) desenvolveu um trabalho seminal sobre o crescimento da volatilidade eleitoral e de como esta afecta o sistema partidário em prol da sua transformação. O debate sobre a volatilidade e a sua relação com o sistema partidário tem-se dividido em dois eixos distintos: a) a estabilidade do sistema partidário; b) a institucionalização do sistema partidário, nomeadamente nas democracias-liberais recém estabelecidas e a consolidação das mesmas; c) o declínio partidário. Considerando que a volatilidade eleitoral é um dos factores que potenciam a transformação do sistema partidário iremos cingir-nos à sua relação com a estabilidade. Uma série de autores (Maguire, 1983; Pedersen, 1983; Crewe e Denver, 1985; Dalton *et al*, 1984; Franklin *et al*, 1992; Dalton e Wattenberg; 2000) argumentam que o crescimento da volatilidade eleitoral e a erosão da filiação partidária representam um sinal do enfraquecimento das clivagens sociais e de uma maior instabilidade dos sistemas partidários (Drummond, 2006). No entanto, somos obrigados a distinguir entre uma volatilidade recorrente e uma volatilidade súbita, ou seja, uma volatilidade que se observa constantemente nos sistemas partidários sem ter um impacto imediato no sistema partidário e uma volatilidade súbita que, pelo contrário, tem um impacto imediato, transformando-o. Neste âmbito as “eleições críticas” (Key, 1955) caracterizam-se por um envolvimento eleitoral elevado em que os resultados eleitorais revelam uma alteração do comportamento eleitoral baseado numa nova clivagem. Este tipo de eleição é caracterizado por um realinhamento súbito no sistema partidário num breve período, sendo que depois se assiste à sua estabilização, como aconteceu na Grécia entre 2009 e 2015 (Tsatsanis e Teperoglou, 2016).

1.3.4. A Cooperação Inter-partidária e Percepção do Eleitorado

Numa democracia-liberal a competição e a cooperação inter-partidárias são essenciais para o seu regular funcionamento. No entanto, não é de somenos afirmar que as dinâmicas inter-partidárias podem dar origem a novas estruturas de competição, transformando o sistema partidário. As dinâmicas inter-partidárias, principalmente as de cooperação, como o apoio a governos tecnocráticos ou de coligação (“unidade nacional”), a par do aparecimento de novas clivagens políticas e sociais, podem alterar a percepção do eleitorado quanto ao posicionamento dos partidos no sistema partidário.

No seu trabalho seminal de análise espacial da competição partidária Downs (1957) defendeu a ideia de existir um espectro político, ou seja, o posicionamento dos partidos numa escala esquerda-direita baseada em assuntos políticos, afirmando a existência de posições intermédias entre dois pólos,

o commumente apelidado “centro”. Durante décadas este modelo foi dos mais utilizados no estudo do posicionamento dos partidos demonstrando uma enorme capacidade de integrar os novos assuntos à medida que estes entravam na agenda política (Inglehart e Klingemann, 1976). Não obstante, a exclusiva utilização desta escala na definição do posicionamento dos partidos tem demonstrado ser insuficiente (Evans *et al*, 1996), a que se somam algumas dificuldades metodológicas (Belchior, 2015). Dito isto, para que a medição do posicionamento dos partidos, tendo em conta vários temas, fosse mais eficaz começaram-se a aplicar duas dimensões distintas, uma esquerda-direita e outra que se cinge a assuntos não económicos (Evans *et al*, 1996; Kriesi *et al*, 2008; Vand der Brug and Van Spanje, 2009; Lefkofridi *et al*, 2014), como os culturais, por exemplo. Desde do deflagrar da crise económico-financeira, e das intervenções da *troika* em Portugal e Grécia, que o contexto político tem sido profundamente marcado pelas questões económicas, mesmo que as questões pós-materialistas marquem a agenda política. É neste sentido que consideramos que as duas dimensões que no actual contexto político podem melhor definir o posicionamento dos partidos são a dimensão da integração europeia e a dos assuntos socio-económicos esquerda-direita (Gemenis e Nezi, 2014; Katsanidou e Otjes, 2014). Apesar de Downs (1957) afirmar que as preferências partidárias dos eleitores se podem localizar num único espectro, consideramos que actualmente é insuficiente para o efeito, mesmo que tenha demonstrado uma enorme capacidade integrativa no passado. Ora, as percepções do eleitorado sobre os partidos e as suas posições no sistema partidário determinam as preferências políticas e o comportamento dos eleitores (Van der Brug, 2001; Belchior, 2015), a que se soma a percepção da distância ideológica entre os partidos para as escolhas do eleitorado (Enelow e Hinich, 1984; Narud e Oscarsson, 1999). O comportamento dos partidos e a informação contextual assumem um importante papel na construção das percepções do eleitorado (Adams *et al*, 2014), ou seja, as dinâmicas inter-partidárias, e a prática governativa, ajudam à construção da sua percepção relativamente ao posicionamento dos partidos no sistema partidário.

Downs (1957) defendeu que os partidos são movidos pela vontade de maximizarem o seu apoio eleitoral, o que faz com que adaptem os seus programas políticos às exigências dos eleitores. Esta tendência faz com que se movimentem mais para a esquerda ou direita no espectro político, consoante o entendimento que as direcções partidárias possam ter das exigências/expectativas do eleitorado. No entanto, e segundo Downs (1957), os partidos têm apenas um constrangimento: não se podem sobrepôr a outros partidos no posicionamento. Ware (1996) acrescenta que para além deste constrangimento existem outros, como a ideologia dos militantes (e do partido) e as tradições, que actuam como travões na mudança radical de políticas. Por os assuntos políticos serem complexos, os partidos necessitam de simplificar as suas ideias e programas políticos, utilizando a ideologia para mobilizarem eleitores (Downs, 1957). O trabalho de Downs (1957) foi também o ponto de partida do debate sobre a competição centrípeta versus centrífuga, focando-se nos sistemas partidários. Se os partidos pretendem aumentar a sua força eleitoral e se a maior parte do eleitorado se encontra numa determinada posição do espectro esquerda-direita, então tenderão a tentar conquistar esse eleitorado movimentando-se para essa posição. No entanto, Downs (1957) concentrou-se principalmente na competição entre partidos em sistemas bipartidários, mesmo que tenha analisado brevemente esta

tendência em sistemas multipartidários. Nestes últimos defendeu que os incentivos eleitorais para os partidos neste sistema partidário tende a criar divergência em vez de convergência, ao contrário do que acontece nos sistemas bipartidários.

Sartori (1976) veio a acrescentar ao debate o foco das tendências centrípeta versus centrífugas nos sistemas multipartidários. O autor distingue os sistemas partidários com dois a cinco partidos relevantes, caracterizados pela competição centrípeta, de sistemas partidários com mais de cinco partidos relevantes, caracterizados pela competição centrífuga (Green-Pedersen, 2004). As tendências centrífugas tendem a ocorrer em períodos de radicalização do eleitorado e/ou quando os partidos posicionados tanto à direita como à esquerda tentam atrair o eleitorado para as suas posições, afastando-os dos partidos do centro. Downs (1957), Sartori (1976) e Green-Pedersen (2004) defendem que as dinâmicas centrípetas resultam dos partidos pretenderem alcançar o maior número de eleitores, ganhando força no parlamento e, porventura, formarem governo. Downs (1957) também afirmou que um constrangimento que os partidos políticos possuem é não se poderem sobrepôr a outros partidos no posicionamento no sistema partidário, sob o risco de um deles colapsar. A esta afirmação junta-se uma outra de Sartori (1976): a de que a alternância governativa necessita de uma certa polarização entre os dois principais partidos para que se mantenha.

A adesão ao projecto europeu veio constanger as opções políticas e económicas dos partidos (Mair, 2008) em prol de políticas neoliberais, originando uma nova tendência centrípeta proveniente do exterior das fronteiras nacionais. No entanto, a intervenção da *troika* nos países periféricos da UE veio acentuar essa tendência com a imposição, por parte de um conjunto de instituições externas, de um Memorando de Entendimento, um programa político e económico, aos principais partidos dos respectivos sistemas partidários, como Portugal e Grécia. O acentuar desta tendência teve como efeito a diminuição das diferenças entre os principais partidos do sistema partidário que se colocam no centro do espectro político esquerda-direita. Independentemente dos resultados eleitorais e dos seus próprios programas eleitorais, estes partidos estão comprometidos/obrigados a cumprir com o Memorando de Entendimento aquando da sua participação em governos e até mesmo nas suas votações no órgão legislativo.

Se esta tendência por si só já diminui a distância programática e ideológica dos partidos que assinaram o Memorando de Entendimento, não é de somenos referir que a cooperação inter-partidária pode contribuir para uma maior ou menor diferenciação entre os partidos, para além de poder ter efeitos no próprio sistema partidário. É neste âmbito que os acordos parlamentares, as coligações e o apoio a governos tecnocratas ou liderados por tecnocratas (para uma classificação dos governos tecnocratas ver McDonnell e Balbruzzi, 2014) assumem uma importância acrescida. Os acordos parlamentares podem contribuir para uma maior ou menor diferenciação dos principais partidos, dependendo dos objectivos, da forma e da temporalidade do acordo em si. Por sua vez, as coligações entre os dois maiores partidos são um fenómeno incomum nas democracias-liberais ocidentais, sendo as duas grandes coligações alemãs (1965 e 2005) uma das principais referências nos efeitos das grandes coligações relativamente à alteração da percepção do eleitorado e dos seus efeitos no sistema partidário. Por os dois maiores partidos se encontrarem numa posição de relativa igualdade na

formação das coligações, as políticas encetadas durante a governação, que provêm de negociações entre ambos e que costumam representar um meio termo, tendem a esbater as diferenças entre ambos (Banaszak e Doerschler, 2011). Desta forma, a prática governativa das grandes coligações tende a alterar o posicionamento dos dois partidos no sistema partidário, acentuando as tendências centripetas, o que, por sua vez, pode originar duas consequências: 1) reduzir a ligação entre os partidos e o eleitorado tradicional e 2) o realinhamento eleitoral para existentes ou novos partidos tanto à esquerda como à direita, provocando ou aumentando a fragmentação do sistema partidário (Banaszak e Doerschler, 2011). Por fim, o nível de apoio a governos tecnocratas ou liderados por um tecnocrata dependerá da constituição desses mesmos governos. Se for um governo composto exclusivamente por tecnocratas, então os partidos que o apoiam apenas terão de o sustentar no parlamento, mas se, por outro lado, o governo for apenas liderado por um tecnocrata, então os partidos terão de participar no executivo, com todas as consequências eleitorais que daí advirão. Tendo em conta que os dois governos tecnocratas ou liderados por que se formaram nos anos recentes nos Estados-membros da zona euro, Itália e Grécia, respectivamente, foram impostos por entidades externas com o objectivo de aplicarem medidas de austeridade, então podemos afirmar que as consequências eleitorais das grandes coligações poderão ser similares das do apoio a governos liderados por um tecnocrata na medida em que esbatem as diferenças entre os dois principais partidos que os apoiaram, penalizando o partido mais à esquerda. Este esbatimento das diferenças entre os dois maiores partidos do sistema partidário, a par das medidas aplicadas durante a governação, podem originar o colapso de um dos partidos, o que neste contexto significa o que se situar no centro-esquerda. Entre as razões que Ware (2009) afirma poderem estar na origem do colapso eleitoral de um partido encontram-se a divisão interna do partido por razões ideológicas ou políticas específicas, o falhanço do partido na governação diminuir a popularidade do mesmo junto dos seus militantes e eleitores e a entrada de um novo assunto na sociedade, dividindo as elites partidárias da sua base social de apoio. Em termos eleitorais, este colapso pode ocorrer gradual ou subitamente sob a forma de um "terramoto" (Hunchenson, 2011) no acto eleitoral seguinte, provocando ou aumentando a fragmentação partidária e criando um vácuo no espectro político, que, por sua vez, cria a oportunidade para que um outro partido o venha a substituir no imediato ou nos próximos anos, porventura o que lhe estiver mais próximo ideologicamente. O colapso de um dos partidos estruturais do sistema partidário altera a estrutura de competição, transformando o sistema partidário.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO: OBJECTIVOS, METODOLOGIA E DADOS

2.1. Objecto e Objectivos

O objecto da presente dissertação é a comparação dos sistemas partidários português e grego entre o fim das consolidações democrático-liberais e 2015, mas principalmente no período entre 2009-15, analisando as transformações nestes. A literatura sobre os efeitos da crise económico-financeira nos sistemas partidários grego e português tem-se focado exclusivamente num único sistema partidário ou, quando os compara, em questões de representação ou de apoio à democracia-liberal (Tsatsanis *et al*, 2014; Teperoglou *et al*, 2014; Teixeira *et al*, 2014)). Se sobre a Grécia a literatura tem analisado a

transformação do sistema partidário grego e assumido uma nova forma em 2015 (Vasilopoulou e Halikiopoulou, 2013; Teperoglou *et al*, 2014; Pappas, 2014; Nicolacopoulos e Martin, 2015; Tsirbas, 2015; Tsatsanis e Teperoglou, 2016); por outro lado, a literatura sobre o sistema partidário português (Lisi e Fernandes, 2015; De Giorgi *et al*, 2015; Santana-Pereira, 2016; Fernandes, 2016; Lisi, 2016) não se tem focado no porquê do mesmo ter demonstrado uma resiliência que o grego não demonstrou nem quais os factores que estiveram ausentes para que ocorresse uma transformação. Disto isto, entendemos existir a necessidade de se comparar os dois sistemas partidários e de se apurar alguns dos factores que possibilitaram a transformação de um e a manutenção de outro, principalmente tendo em conta as diferenças e semelhanças entre si. Na presente dissertação pretendemos apresentar uma interpretação do porquê o sistema partidário grego ter sofrido uma transformação e o mesmo não ter ocorrido no português, focando essa interpretação nas dinâmicas de cooperação inter-partidárias e as suas consequências para o PASOK, bem como para todo o sistema partidário.

Para cumprirmos o objectivo principal a que nos propomos delienámos dois objectivos secundários, que são: a) descrever e analisar os sistemas partidários grego e português em perspectiva comparada entre o término das respectivas consolidações democrático-liberais (Gunther *et al*, 1995; Varela, 2014; Pappas, 2014) até às eleições legislativas de 2015, utilizando para o efeito a tipologia de classificação dos sistemas partidários de Sartori (1976) e as estruturas de competição de Mair (1997); e b) descrição e análise comparada dos respectivos sistemas partidários entre 2009-2015, focando-nos nas dinâmicas de cooperação e de como estas influenciaram o posicionamento dos partidos, tendo também em conta a existência ou não de novas clivagens nas sociedades portuguesa e grega e de como os seus eleitores passaram a perceber os partidos.

2.2. Conceptualização e Operacionalização de Conceitos

A transformação do sistema partidário é o conceito-chave da presente dissertação. A transformação dos sistemas partidários, nomeadamente quais os critérios para a definir, tem sido um tema muito discutido entre os teóricos dos sistemas partidários. Duverger (1951), Blondel (1968) e Sartori (1976) defendem que a transformação do sistema partidário apenas ocorre quando este muda de tipo ou classe. Podemos afirmar que para estes teóricos a definição do fenómeno é a seguinte: *"party system change occurs when a party system is transformed from one classe or type of party system into another."* (Mair, 1997: 51 e 52). Seguindo a lógica de Sartori (1976), para se apurar a transformação do sistema partidário é necessário analisarem-se as dimensões que permitem classificar as classes dos sistemas partidários, nomeadamente a fragmentação partidária e a polarização ideológica. No entanto, para que esta ocorra é necessário averiguar-se a estabilidade/instabilidade do sistema partidário em termos eleitorais e em transferência de votos entre partidos entre dois actos eleitorais, apurando a resiliência do mesmo. A transformação do sistema partidário também se pode relacionar com a alteração do posicionamento dos partidos, visto este poder aumentar ou diminuir a polarização ideológica no sistema partidário. Esta última dimensão é pertinente por Sartori (1976) defender que para a alternância governativa se manter é necessária uma certa polarização ideológica e esta, por sua vez, advém do posicionamento dos partidos.

Não obstante, estas quatro dimensões parecem-nos insuficientes para apurarmos se ocorreu ou não uma transformação dos sistemas partidários por raramente ocorrer, visto ter de seguir uma série de critérios. Dito isto, acrescentamos um quarto critério, nomeadamente o da alteração das estruturas de competição de Mair (1997), que considera ser a essência do sistema partidário. Relacionamos a alteração da estrutura de competição com os três indicadores acima referidos, visto que para ocorrer a primeira os segundos podem ter influência. Por exemplo, o colapso de um dos principais partidos do sistema partidário pode ter origem na diminuição da polarização ideológica entre os dois maiores partidos, provocando um aumento da volatilidade eleitoral e, por sua vez, uma maior fragmentação partidária. O colapso de um dos principais partidos altera a estrutura de competição, mas também pode alterar o tipo ou classe do sistema partidário ao alterar os outros indicadores.

Desta forma, para que uma transformação do sistema partidário ocorra é necessário analisarem-se não apenas as dimensões de Sartori (1976) mas também a estrutura de competição de Mair (1997), apurando se a alteração do sistema ocorreu nas margens ou na sua essência. Esta dimensão tem como objectivo caracterizar os sistemas partidários para se apurar se ocorreu ou não uma transformação dos mesmos. Esta dimensão divide-se em sub-dimensões: volatilidade eleitoral, fragmentação partidária, polarização ideológica e estruturas de competição.

A volatilidade eleitoral é um dos principais indicadores para se medir a estabilidade/instabilidade dos sistemas partidários, estando relacionada com a própria transformação dos sistemas partidários. Esta pode ser definida como *"change within the electoral party system resulting from individual vote transfer"* (Crewe, 1985: 9) entre duas eleições. Para medirmos a volatilidade utilizaremos três indicadores distintos: a) volatilidade eleitoral total líquida; b) volatilidade Tipo A; e c) volatilidade Tipo B. O indicador da volatilidade eleitoral total líquida de Pedersen (1979) tem sido comumente utilizada na análise da estabilidade/instabilidade dos sistemas partidários. No entanto, pela sua natureza macro é-nos incapaz de fornecer informação sobre a direcção da mudança de votos entre partidos novos e/ou existentes. É nesta medida que a pertinência dos indicadores da volatilidade de Tipo A (mudança de votos para novos partidos) e a de Tipo B (mudança de votos entre os partidos existentes), formuladas por Powel e Tucker (2012), se apresentam como pertinentes.

A polarização ideológica é uma das dimensões mais discutidas relativamente aos sistemas partidários (Schmitt, 2016). Entendemos a polarização ideológica tal como Sartori (1976:126) a definiu: *"The term is used first to denote and ideological distance, that is, the overall spread of the ideological spectrum of any given polity [...]"*, a que se acrescenta a direcção da competição no sistema partidário, ou seja, se a direcção é centrípeta ou centrífuga, na dimensão esquerda-direita. O indicador que utilizámos foi o índice de polarização ideológica de Dalton (2008), que relaciona a posição relativa de cada partido na dimensão esquerda-direita com o posicionamento dos partidos e o seu representatividade eleitoral.

A par da polarização ideológica, a fragmentação partidária é outra dimensão que Sartori (1976) utiliza na sua tipologia de classificação dos sistemas partidários. Quando se usa a palavra "fragmentação" pensa-se sempre no acto de dividir, de separar. Ora, a fragmentação partidária é

precisamente o número de partidos existentes num sistema partidário, podendo limitar a capacidade de se formarem governos e até de se governar. Considera-se que um sistema partidário é fragmentado quando este contém mais de dois partidos e nenhum destes é capaz de alcançar uma maioria absoluta, logo de formar um governo monopartidário, no parlamento. Por outro lado, um sistema partidário que possua vários partidos, mas em que um é capaz de obter maioria absoluta sozinho não é considerado fragmentado. Dito isto, a fragmentação partidária possui duas dimensões: a) o número de partidos e b) o seu tamanho relativo. Para medirmos a fragmentação partidária faremos uso do indicador do número efectivo de partidos parlamentares desenvolvido por Markku Laakso e Rein Taagepera (1979).

A última dimensão relevante para a caracterização do sistema partidário, bem como para a sua transformação, é a estrutura de competição delineada por Mair (1997). Este conceito consiste na forma como as unidades do sistema partidário, os partidos, interagem entre si na competição e formação de governos. A estrutura de competição é constituída por três factores: a) alternância do governo; b) inovação da fórmula do governo; e c) quais os partidos que governam. A junção destes três factores pode dar origem a estruturas de competição abertas ou fechadas. Para apurarmos se a estrutura de competição é aberta ou fechada nos dois sistemas partidários em estudo iremos produzir uma tabela (?) com a constituição partidária dos governos para apurarmos se existe alternância governativa, se ocorrem fórmulas inovadoras de governo e quais os partidos que governam. Mair (1997), aquando da elaboração desta dimensão de classificação dos sistemas partidários, não delenou indicadores para que tal fosse operacionalizado. Desta forma, elaboramos três indicadores para analisar essa dimensão nos casos em estudo, que são: a força parlamentar relativa dos partidos (número de parlamentares eleitos), o número efectivo de partidos na governação (quais os partidos que governam) e a estratégia dos partidos nas dinâmicas cooperação-competição, utilizando para este último as entrevistas.

A dimensão da estratégia partidária consiste na importância da estratégia e prática dos partidos para o posicionamento destes no sistema partidário. Esta dimensão baseia-se exclusivamente na subdimensão da alteração do posicionamento dos partidos. A análise espacial do posicionamento dos partidos tem sido um objecto largamente estudado. À ideia da existência de um único espectro esquerda-direita em que os partidos se posicionavam (Downs, 1957), vieram-se a acrescentar outras dimensões à medida que a inicial se demonstrou insuficiente para integrar os novos assuntos que invadiam a arena política (Inglehart e Klingeman, 1976; Evans *et al*, 1996). Com a crise económico-financeira e a intervenção da *troika* uma nova dimensão ganhou crescente força no sistema partidário grego, a da integração europeia, que aqui entendemos como uma *proxy* da dimensão pró/contra memorando no caso grego; mas não no português. É neste sentido que consideramos que as duas dimensões que no actual contexto político podem melhor definir o posicionamento dos partidos são a dimensão da integração europeia e a dos assuntos socio-económicos esquerda-direita (Gemenis e Nezi, 2014; Katsanidou e Otjes, 2014). Consideramos como alteração do posicionamento dos partidos uma mudança brusca do seu posicionamento nestas duas dimensões, relacionando com os respectivos resultados eleitorais nas várias eleições legislativas.

Figura 2.1. - Modelo Analítico

Conceito	Dimensões	Sub-dimensões	Indicadores
Transformação do Sistema Partidário	Sistema partidário	Volatilidade eleitoral	Volatilidade total; Volatilidade Tipo A; Volatilidade Tipo B.
		Fragmentação partidária	Número efectivo de partidos parlamentares.
		Polarização ideológica	Índice de polarização ideológica.
		Estruturas de competição	Força parlamentar relativa dos partidos; Número efectivo de partidos na governação; Estratégia dos partidos nas dinâmicas de cooperação-competição.
	Estratégia partidária	Alteração da percepção do eleitorado quanto ao posicionamento partidário	Integração europeia; Escala esquerda-direita.

Fonte: Formulação própria, com base no Capítulo I – Enquadramento Teórico

2.3. Hipóteses de Investigação

Na presente dissertação argumentamos que a assinatura e aplicação do Memorando de Entendimento, bem como o apoio ou coligação com forças de centro-direita, ao mesmo tempo que se forma uma nova clivagem, altera o posicionamento do partido de centro-esquerda, podendo originar o seu colapso eleitoral consoante as estratégias partidárias. Argumentamos que os factores que possibilitaram a transformação do sistema partidário grego foi rigidez da política económica Europeia, a assinatura e aplicação do Memorando pelo PASOK, o seu apoio ao Governo tecnocrático de Lucas Papademos e a formação da clivagem pró/contra memorando, o que alterou o seu posicionamento no sistema partidário grego. Pelo contrário, em Portugal o PS assinou o Memorando de Entendimento, mas por ter perdido as eleições legislativas de 2011 não governou com a obrigação de o aplicar nem se confrontou com a rigidez da política económica europeia, a que se somou a manutenção da coligação governamental PSD-CDS nos quatro anos de legislatura e a continuidade da clivagem esquerda/direita. O colapso eleitoral do PASOK alterou a classe do sistema partidário grego, o que não ocorreu nem com o PS nem com o sistema partidário português. Para substanciarmos este argumento apresentamos as seguintes hipóteses:

H1: O posicionamento dos partidos estruturais face ao Memorando de Entendimento potencia a transformação do sistema partidário.

H1.1: Se o partido do centro-esquerda assina o Memorando de Entendimento altera o seu posicionamento no sistema partidário.

H1.2: Se o partido do centro-esquerda aplica no governo o Memorando de entendimento é submetido a punição eleitoral severa.

H2: A cooperação governativa entre o partido do centro-esquerda e o de centro-direita na aplicação do Memorando de Entendimento potencia a transformação do sistema partidário.

H2.1: Se o partido do centro-esquerda coopera no governo com o partido de centro-direita na aplicação do Memorando de Entendimento, diminuem as diferenças entre si e o primeiro é severamente punido eleitoralmente.

H2.2: Se o Memorando de Entendimento é aplicado pelos dois partidos estruturais do sistema partidário, surge uma clivagem pró/contra memorando que associa ambos os partidos ao memorando e potencia a transformação do sistema partidário.

2.4. Metodologia e Dados

Nas últimas décadas, o método comparativo tem sido um dos métodos mais utilizados na Ciência Política. No geral, podemos subdividir as estratégias do método comparativo em três: comparação de muitos países, comparação de poucos países e comparação de um único país (Landman, 2003). Iremos adoptar a primeira estratégia, nomeadamente a dos "casos mais similares" (Lipjhart, 1971). Escolhemos Portugal e Grécia como estudos de caso por entendermos que estes possuem várias similaridades. Primeiro, por terem sido os Estados-membros da UE mais afectados pela crise económico-financeira, tendo sido alvo da intervenção da *troika*. Segundo, por possuírem similaridades políticas, económicas e sociais (Freire e et al, 2014), para além de se encontrarem na periferia europeia. Não obstante as suas similaridades, interessa-nos fornecer uma interpretação do porquê o sistema partidário grego se ter transformado e o mesmo não ter ocorrido com o português. A presente dissertação não pretende ser explicativa, mas interpretativa.

Para compararmos estes dois sistemas partidários utilizámos a tipologia de Sartori (1976) e as estruturas de competição de Mair (1997). A presente dissertação divide-se em duas etapas. Na primeira comparamos os dois sistemas partidários entre 1981/3 e 2015 com o objectivo de detectar tanto as suas semelhanças e diferenças como as suas tendências. Por fim, na segunda fase comparamos os dois sistemas partidários, entre 2009-2015, com foco nas dinâmicas de cooperação inter-partidárias e das suas influências no sistema partidário.

Na nossa investigação utilizámos tanto uma análise quantitativa como qualitativa. Na primeira etapa, a da análise histórico-comparada dos sistemas partidários aqui em estudos, analisámos a volatilidade eleitoral, a fragmentação partidária, a polarização ideológica e a estrutura de competição. Na segunda fase focámo-nos na cooperação inter-partidária, nos seus efeitos no posicionamento do partido do centro-esquerda e nas respectivas consequências para o sistema partidário. Para tal, analisámos o posicionamento dos partidos e realizámos entrevistas a dirigentes do PS, focando na estratégia partidária deste e as suas diferenças com a do PASOK.

Analisámos a volatilidade eleitoral por considerarmos que é uma dimensão da estabilidade/instabilidade do sistema partidário, sendo fundamental na transformação dos sistemas partidários. Para a medirmos utilizámos as fórmulas da volatilidade eleitoral total líquida (Pedersen, 1979), da de Tipo A e da de Tipo B (Powel e Tucker, 2012). Os respectivos dados foram-nos fornecidos pelo Investigador Svante Errson, da Universidade de Umea, Suécia. A fragmentação partidária é outra dimensão para se analisar a estabilidade/instabilidade dos sistemas partidários, para além das coligações ao centro tenderem a aumentar a fragmentação partidária (Banaszak e Doerschler,

2012). Para tal, fizemos uso do indicador do número efectivo de partidos parlamentares, de Markku Laakso e Rein Taagepera (1979), utilizando os dados disponibilizados pelo Professor Michael Gallagher. A polarização ideológica é, tal como Sartori (1976) refere, um dos critérios fundamentais na classificação dos sistemas partidários. Para que a alternância governativa se mantenha entre os dois maiores partidos é necessária uma certa polarização. Neste sentido adoptámos o índice de polarização ideológica de Dalton (2008). Para esta análise utilizámos os dados disponibilizados no portal *Parlgov*¹.

Analisámos, no período entre 2009-15, o posicionamento dos partidos em duas dimensões: a da integração europeia e a dos assuntos socio-económicos esquerda-direita. Existem várias formas de se medir o posicionamento dos partidos, sendo que as mais comuns são a análise dos manifestos eleitorais, os inquéritos a especialistas e os inquéritos aos eleitores (Bakker e Hobolt, 2013). Todos têm as suas vantagens e desvantagens. Não obstante, preferimos a análise do posicionamento dos partidos com base nos inquéritos aos eleitores por várias razões. Primeiro, por pretendermos analisar a alteração do posicionamento dos partidos durante as legislaturas os manifestos são incapazes de nos fornecer essa informação. Segundo, visto pretendermos analisar a alteração do posicionamento dos partidos na percepção do eleitorado, a análise aos inquéritos é a escolha metodológica óbvia.

A análise do posicionamento dos partidos terá por base duas dimensões, nomeadamente a da integração europeia e a dos assuntos socio-económicos esquerda-direita, por entendermos que a simples escala esquerda-direita (Downs, 1957) é insuficiente para captar as variadas posições, principalmente quando a polarização em torno da *troika*/integração Europeia tende a aumentar nos Estados intervencionados, como foi o caso de Portugal e Grécia. No que ao caso de estudo grego concerne, utilizaremos a dimensão "integração europeia" como *proxy* da dimensão pró/contra memorando. Esta análise basear-se-á nos inquéritos aos eleitores do *European Election Studies* (EES)² de 2004, 2009 e 2014.

Por fim, realizámos entrevistas semi-directivas a quatro dirigentes do Partido Socialista (PS) com o objectivo de compreendermos as escolhas e estratégias das direcções do mesmo entre 2011 e 2015 e de como o colapso eleitoral do PASOK as influenciou politicamente. Entrevistámos³ Pedro Nuno Santos, Ana Catarina Mendes, Sérgio Sousa Pinto e Eurico Brilhante Dias (ver anexo B.1.). No guião das entrevistas (ver anexo B.1.) abordamos a caracterização do sistema partidário português, como a entrada da crise afectou ou não o posicionamento dos partidos, a crise da social-democracia, e as estratégias do PS e PASOK no período de tempo acima referido.

CAPÍTULO III – OS SISTEMAS PARTIDÁRIOS GREGO E PORTUGUÊS ENTRE 1981 E 2015: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

3.1. O Sistema Partidário Grego

A queda da Ditadura dos Coronéis (1967-74), que se insere na terceira vaga democrática de Huntington (1993), inaugurou um período commumente apelidado de "*metapoliftesi*", que significa

¹ <http://www.parlgov.org/>

² <http://eeshomepage.net/>.

³ Para consultar as entrevistas integralmente ver <https://wordpress.com/stats/insights/ossistemaspartidriosgregoeportugus1981a2015.wordpress.com>

"mudança política" ou "novo regime político" (Lyrintzis, 2005). A transição democrático-liberal foi liderada pela direita e deu azo a um sistema política parlamentar (Pappas, 2014). Entre 1975 e 1981 o sistema partidário grego integrou-se na classe do pluralismo moderado (Pappas, 2003), mas as eleições legislativas de 1981, frequentemente associadas ao término da consolidação do regime democrático-liberal, transformaram o sistema partidário em prol do bipartidarismo. Nestas, o PASOK, então liderado por Andreas Papandreou, conquistou a maioria absoluta e formou um governo de partido único. O bipartidarismo ND-PASOK manter-se-ia até às duplas eleições de 2012.

Entre as várias tipologias que Sartori (1976) delineou para os diferentes sistemas partidários encontra-se o bipartidário, que pode, genericamente, ser caracterizado pela existência de dois grandes partidos capazes de formar governo sozinhos, independentemente da existência ou não de terceiros partidos. As coligações são assim desnecessárias em consequência tanto do sistema eleitoral como da relação de forças presente no parlamento. Esta classe possui, de acordo com Sartori (1976), quatro características: a) dois partidos competem pela maioria absoluta; b) um destes conquista a maioria absoluta; c) esse partido está disposto a governar sozinho; d) a alternância governativa mantém-se como uma credível expectativa (Pappas, 2003). Para que possamos caracterizar o sistema partidário grego e apurar se se insere nesta classe é necessário analisar o número de partidos relevantes, ou seja, quais os que possuem potencial de coligação e de chantagem. Segundo Pappas (2003), este possui três grupos de partidos irrelevantes: i) os que obtêm assentos parlamentares numa ou duas eleições e que de seguida desaparecem do órgão legislativo, como ocorreu com o DIANA, os Ecologistas e com os Muçulmanos na Trácia; ii) os que obtêm grupos parlamentares diminutos (um a dez deputados) com uma presença intermitente no parlamento, dependendo de sobremaneira do momento político, como o KKE-Interior, o POLAN e o DIKKI; iii) o KKE, que desde 1981 se vê incapaz de manter uma presença estável no parlamento, apesar de ter participado em dois governos de coligação em 1989 e 1990. Desde essa altura que o seu potencial de chantagem face ao PASOK desapareceu e tem perdido votos de forma continuada, não conseguindo alterar a estrutura de competição do sistema partidário grego. Acrescentamos a este grupo o Synaspismos, partido de esquerda-radical e predecessor do Syriza, que entrou no parlamento helénico nas eleições legislativas de 1996, mas sem possuir potencial de coligação ou de chantagem, tal como o KKE. Assim, os únicos partidos relevantes do sistema são o ND e o PASOK. Nas últimas décadas o sistema partidário grego foi composto por três campos políticos distintos: a direita, composto pelo ND; o centro ou centro-esquerda, pelo PASOK; e a esquerda, pelo KKE e Synaspismos⁴ (Lyrintzis, 2005). A fragmentação do sistema partidário grego manteve-se relativamente estável até 2012, corroborando o bipartidarismo ND-PASOK, apesar de se ter observado, em 2007, os primeiros sinais de crescente fragmentação (ver anexo C, figura C.3.).

No que concerne ao segundo critério de análise dos sistemas partidários, a polarização ideológica, o sistema partidário grego assume uma forma diferente da que Sartori (1976) delineou para

⁴ O Synaspismos surgiu inicialmente como coligação entre o KKE, KKE-Interior e outras forças políticas de esquerda. Após a participação da coligação nos dois governos de coligação, o KKE abandonou a coligação eleitoral. Não obstante, as restantes forças políticas decidiram mantê-la e continuar a participar nas eleições subsequentes, entrando para o parlamento em 1996 sem a participação do KKE.

esta classe. Num clássico sistema bipartidário as tendências centrípetas assumem-se como a estratégia partidária que mais proveitos eleitorais pode fornecer por o eleitor médio se encontrar no centro político (Downs, 1957; Sartori, 1976). No entanto, o sistema partidário grego produz as dinâmicas que Sartori (1976) descreveu como pertencentes ao "pluralismo polarizado", ou seja, uma polarização ideológica caracterizada por tendências centrífugas em vez de centrípetas (Pappas, 2014). Estas podem dever-se a duas causas: a) o tipo de partidos políticos que o ND e o PASOK são e b) o que Pappas (2014) chama "democracia populista". Relativamente ao primeiro, tanto o ND como o PASOK formaram-se como partidos de "quadros" (Duverger, 1956), evoluindo para partidos "catch-all" (Kirtchheimer, 1966) e, mais tarde, para partidos de cartel (Katz e Mair, 1995). Este último caracteriza-se pelo acordo formal ou tácito de gestão mútua da competição entre si, com o objectivo de se manter o *status quo* do sistema partidário e, conseqüentemente, as respectivas sobrevivências organizacionais, bem como pela interpenetração entre os partidos e o Estado, utilizando distintas tácticas, sendo uma delas o clientelismo. Já a "democracia populista" caracteriza-se pela redução de todos os conflitos e assuntos políticos a uma única clivagem: a luta dos da maioria, que são os oprimidos, contra a minoria, os privilegiados, transformando a sociedade em dois pólos antagónicos numa luta permanente, o que, por sua vez, aumenta a polarização e, conseqüentemente, a imagem de conflito entre os partidos (Pappas, 2014). A polarização ideológica no sistema partidário grego manteve-se de forma relativamente constante entre os valores 5 e 6, pendendo para e ultrapassando este último. Podemos aferir que o nível de polarização é elevado, corroborando a existência de tendências centrífugas no sistema bipartidário grego (ver anexo C, figura C.5.). Pappas (2014) classifica o sistema bipartidário como "bipartidarismo polarizado".

Por fim, o terceiro e último critério são as estruturas de competição de Mair (1997) presentes no sistema partidário grego. Entre 1981 e 2012 assistiu-se a uma alternância governativa entre o ND e o PASOK, sendo que os dois governos de coligação no pós-eleições de Junho e Novembro de 1989 são a excepção (ver anexo D.1., quadro D.1.1.). O ND formou governos de partido único por três vezes (1990, 2004, 2007), enquanto que o PASOK formou por seis vezes (1981, 1985, 1993, 1996, 2000, 2009). As duas coligações de 1989, apelidadas de governos "*catharsis*", representaram uma excepção. Formaram-se em consequência da crise política que então se vivia (escândalos de corrupção e doença de Andreas Papandreu), bem como da incapacidade do ND e do PASOK em conquistarem maioria absoluta (Nicolacopoulos, 2005). A primeira coligação juntou o ND e o Synaspismos (Junho); enquanto que a segunda foi composta pelo ND, PASOK e Synaspismos (Novembro). Podemos afirmar que a estrutura de competição é fechada, pois existe uma constante alternância governativa, a fórmula de governo é familiar e o acesso ao governo limita-se a dois partidos.

A análise da volatilidade eleitoral no sistema partidário entre 1981 e 2012 permite-nos retirar três ilações (ver anexo C, figura C.1.): a) que ocorreu uma transformação do sistema partidário grego em 1981, em consequência de uma significativa transferência de votos para partidos já existentes, nomeadamente para o PASOK, permitindo-lhe alcançar a maioria absoluta – passagem do pluralismo polarizado para o bipartidarismo; b) que entre 1981 e 2012 se assistiu a uma estabilidade eleitoral, estando a volatilidade eleitoral total líquida de acordo com a transferência de votos entre partidos

existentes (Tipo B); e c) que entre 1996 e 2007 se assistiu à esporádica transferência de votos para novos partidos (Tipo A), não assumindo esta uma tendência continuada. Entre 1981 e 2012 o sistema partidário grego caracterizou-se pela estabilidade e pela manutenção do bipartidarismo.

As clivagens presentes no sistema partidário grego relevam do desenvolvimento histórico e material da Grécia, não se inserindo na totalidade da teoria que Lipset e Rokkan (1967) definiram para os países da Europa Ocidental. A clivagem esquerda-direita assumiu-se como preponderante na estruturação do voto dos eleitores, bem como do posicionamento dos partidos no sistema partidário. Esta clivagem assumiu diferentes contornos ao longo das últimas décadas. Durante os regimes autoritários, especialmente na Ditadura dos Coronéis, constituiu-se como direita-antidireita, englobando as várias esquerdas com ideologias e práticas distintas contra a direita que apoiava os regimes autoritários (Moschonas, 1994). Na década de 90 e a par do aprofundamento da construção europeia com o Tratado de Maastricht (1991), apareceu no discurso político uma dita clivagem "modernização"- "tradição", em que os "modernizadores" são aqueles que apoiam a integração europeia, que assumia crescentes contornos neoliberais; enquanto que os "tradicionalistas" são os que tanto à esquerda como à direita recusam/discutem a integração europeia e/ou os seus contornos neoliberais. Ambas as clivagens pressupõem uma adaptação da tradicional clivagem Esquerda/Direita no contexto político, económico e social grego, demonstrando a sua enorme flexibilidade e a sua capacidade para predispor a escolha partidária (Katsanidou e Otjes, 2015).

3.1.1. O Sistema Partidário Grego entre 2012 e 2015

A Grécia foi o primeiro e mais afectado Estado-membro da UE com a crise económico-financeira de 2007-8, que, por sua vez, se veio a transformar em crise das dívidas soberanas. A intervenção da *troika* e a consequente aplicação de medidas de austeridade e de reformas estruturais neoliberais tiveram um profundo impacto na sociedade grega, tanto em termos sociais como económicos e políticos (Bosco e Verney, 2012). Assistiu-se à deslegitimação do sistema político e dos partidos que governaram com o Memorando de Entendimento (Verney, 2014), resultando na implosão do bipartidarismo.

Nos resultados eleitorais das duplas eleições legislativas de 2012, a de 6 de Maio e a de 17 de Junho, constatou-se o colapso eleitoral do PASOK e a transformação do sistema partidário grego. Se durante décadas ND e PASOK obtinham juntos 80% do total dos votos, nestas eleições alcançaram apenas 32%, inaugurando um novo período na História da III República grega. As eleições de Maio de 2012 podem ser caracterizadas como "eleições terramoto" (Hutcheson, 2011) e "eleições críticas" (Key, 1955), pois a crise económico-financeira libertou tensões já presentes no sistema partidário grego, como o elevado nível de desafeição política e de cinismo (Tsatsanis e Teperoglou, 2016). Assim, a estabilidade eleitoral, caracterizada por fortes vínculos partidários, foi substituída pela instabilidade, caracterizada por uma fraca identificação partidária e hostilidade aberta face à classe política (Tsatsanis e Teperoglou, 2016). A volatilidade total líquida atingiu valores históricos desde a transição democrática, ao mesmo tempo que a transferência de votos para partidos existentes (Tipo A) originou uma subida eleitoral substancial do Syriza, ultrapassando o PASOK, e a transferência de votos para novos partidos permitiu a entrada no parlamento do ANEL, Aurora Dourada e DIMAR,

fragmentando o sistema partidário grego. A fragmentação partidária implicou a alteração da estrutura de competição em consequência da nova força relativa dos partidos parlamentares e da impossibilidade de se formar um governo de partido único com maioria absoluta, o que, somado à não-cooperação das várias forças políticas parlamentares, obrigou à realização de novas eleições legislativas. Estas eleições foram marcadas pelo aparecimento de uma nova clivagem, a pró/contra memorando, que redefiniu a tradicional clivagem esquerda-direita (Katsanidou, 2013; Vasilopoulou e Halikopoulou, 2013; Gemenis e Nezi, 2014; Teperoglou e Tsatsanis, 2014; Katsanidou e Otjes, 2016), reposicionando o os partidos no sistema partidário.

Perante a impossibilidade de se formar um governo realizaram-se novas eleições legislativas a 17 de Junho, seis semanas depois das anteriores, que vieram consolidar o fim do bipartidarismo, ao mesmo tempo que se assumiram como o primeiro embate directo entre o ND e o Syriza (Vasilopoulou e Halikopoulou, 2013). Assim, e tendo em conta o nível de desalinhamiento político, podemos considerar estas eleições como segundas "eleições terramoto", pois quatro em dez eleitores votaram num partido diferente face às anteriores (Tsatsanis e Teperoglou, 2016). O ND e o Syriza melhoraram significativamente os seus resultados eleitorais, enquanto os restantes partidos obtiveram menos votos que nas anteriores. Os resultados eleitorais impediram, mais uma vez, a formação de um governo de partido único com maioria absoluta, obrigando à formação de uma coligação entre o ND, o PASOK e o DIMAR⁵, liderada por Antonis Samaras (Vasilopoulou e Halikopoulou, 2013), reforçando a alteração da tradicional estrutura de competição e intensificando a nova clivagem, por os três partidos se encontrarem no campo pró-memorando. É de acrescentar que nas eleições europeias de 2014 apareceram os primeiros sinais de estabilização do sistema partidário, em que o Syriza substituiu o PASOK, mesmo que com uma maior fragmentação (Teperoglou, Tsatsanis e Nicolacopoulos, 2015; Tsatsanis e Teperoglou, 2016). Os partidos que conseguiram manter e consolidar uma base eleitoral relativamente estável - e as eleições de 2015 confirmam-no - foram o Aurora Dourada, o ANEL, o ND, o PASOK, o Syriza e o KKE.

Esta tendência de estabilização confirmou-se nas eleições legislativas de 25 de Janeiro de 2015. A volatilidade total líquida, de Tipo B e A foram menores, corroborando a consolidação do processo de realinhamento partidário, ao mesmo tempo que a fragmentação partidária diminuiu relativamente à das eleições anteriores, apesar do PASOK ter obtido 4,7% (menos 7,6%) e o To Potami ter entrado no parlamento com 6,1%. Já o Syriza assumiu-se como principal força política no parlamento helénico, relegando para segundo lugar o ND, enquanto os restantes partidos se mantiveram relativamente estáveis. No entanto, o Syriza não foi capaz de formar maioria absoluta por dois deputados, tendo-se formado uma coligação governamental entre si e o ANEL, um partido de direita-radical. Esta fórmula de governo foi, mais uma vez, formada com base no posicionamento de ambos os partidos na clivagem pró-contra memorando.

⁵ O DIMAR veio a abandonar o governo liderado por Samaras passados seis meses, não colocando em causa a maioria absoluta no parlamento que suportava o governo. Nas eleições de Janeiro de 2015 viria a ser fortemente penalizado, não entrando no parlamento helénico.

As eleições de 20 de Setembro reforçaram a tendência de consolidação do sistema partidário, mesmo que o Syriza tenha capitulado na luta contra as instâncias europeias com a assinatura de um terceiro memorando em Agosto de 2015 (Tsatsanis e Teperoglou, 2016). Nestas eleições os valores da volatilidade eleitoral continuaram a descer, observando-se uma diminuição pouco significativa da fragmentação partidária (ver anexo C, figuras C.1 e C.3.). Apesar da capitulação, o Syriza conseguiu manter o seu eleitorado, mesmo que com menos quatro deputados. Ao invés, a Unidade Popular, coligação formada pela Plataforma de Esquerda e outras organizações de esquerda anticapitalista, não foi capaz de alcançar os 3% de votos necessários para entrar no parlamento helénico. O Aurora Dourada, o ANEL, o ND e o KKE mantiveram-se com resultados relativamente estáveis face aos anteriores, enquanto o PASOK conseguiu obter mais quatro deputados e o To Potami perdeu seis. É de acrescentar que a polarização ideológica aumentou significativamente entre 2012 e 2015, mantendo-se no 6, o que repercute a entrada de novas forças políticas no parlamento helénico, que se posicionam no extremo do espectro político, como o Aurora Dourada. A manter-se este valor podemos definir as tendências centrífugas como uma característica do novo sistema partidário grego.

Coloca-se assim a questão de qual será a classe em que se integrará o sistema partidário: se no pluralismo polarizado, se no pluralismo moderado ou se no bipartidário (Tsirbas, 2015). Nicolacopoulos e Martin (2015) defendem que as tendências observadas nas últimas duas eleições legislativas são sinais de que poderá assumir a classe de pluralismo polarizado. Não obstante, para que a transformação de um sistema partidário esteja concluída são necessárias três eleições legislativas. Tendo em conta a instabilidade política, económica e social que caracterizou a Grécia nos últimos anos, bem como a assinatura e aplicação de um terceiro Memorando pelo Syriza, consideramos não se poder colocar de parte a possibilidade de novas transformações. Se o PASOK, um partido de centro-esquerda e com décadas de implantação social, colapsou eleitoralmente após dois anos a governar com austeridade; então o Syriza, a grande esperança da maioria dos eleitores gregos e com uma fraca implantação em consequência da sua súbita ascensão, tenderá a ter fortes possibilidades de também vir a colapsar, transformando mais uma vez o sistema partidário grego. Acrescentamos também a possibilidade da clivagem pró-contra memorando evoluir para a permanência-saída da zona euro, redefinindo o posicionamento dos partidos, à medida que o terceiro memorando for aplicado e se fizerem sentir os seus efeitos políticos, económicos e sociais.

3.2. O Sistema Partidário Português

Ao golpe de Estado do 25 de Abril colocou termo ao Estado Novo (1933-74) seguiu-se um período revolucionário de dois anos (1974-76) (Varela, 2014). No entanto, o golpe de Estado de 25 de Novembro terminou com o período revolucionário e iniciou a consolidação do actual regime democrático-liberal semi-presidencialista (Freire e Meirinho, 2012), que findou com a reforma constitucional de 1982. Ao contrário do sistema partidário grego, o português não se transformou com o fim da consolidação democrático-liberal, tendo-se, ao invés, observado ao fortalecimento de algumas das suas características, como foi o caso da alternância PSD-PS. O sistema partidário português estabeleceu-se logo em 1976 (Bruneau e MacLeod, 1986; Corkill, 1993; Magone, 1999;

Lobo, 2001; Biezen, 2003; Freire, 2006), assumindo a classe de pluralismo polarizado até ao momento.

Segundo Sartori (1976), o pluralismo polarizado possui cinco características. No primeiro critério, o da fragmentação partidária, podem-se incluir i) a existência de cinco a seis partidos relevantes, ii) a presença de pelo menos um partido anti-sistema relevante, partido que discorda dos princípios e fundamentos do regime, e iii) a presença de oposições bilaterais. Em complemento, no segundo critério, a polarização ideológica, esta classe define-se iv) pela distância entre os dois pólos cobrir as posições do eleitorado e v) pela existência de tendências centrípetas, em que os partidos caminham para o centro tanto por opções estratégicas como pela pressão dos extremos.

Nas últimas décadas o sistema partidário português possuiu quatro partidos relevantes (CDS, PSD, PS e PCP), a que se veio juntar o Bloco de Esquerda (BE) em 1999, demonstrando a sua longevidade e dos seus partidos (Lisi, 2015). Não obstante, entraram novos partidos no parlamento, nomeadamente o PRD, em 1985, mas que teve uma presença temporária, desaparecendo em 1991, e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV), em 1987, quando a Coligação Democrática Unitária (CDU) foi formada com o PCP. Apesar do PEV manter presença parlamentar desde 1987, tal deve-se ao facto de se coligar com o PCP, não tendo alcançado mais do que dois deputados. O Centro Social Democrático (CDS) votou contra a Constituição, mas não foi percebido nem se comportou doravante como partido anti-sistema, participando em coligações com o PS no IV Governo Constitucional (1978) e com o PSD nos VI (1980-81), VII (1982-83) e no XV (2002-3) Governos Constitucionais. Por sua vez, o Partido Social-Democrata (PSD) assumiu-se como partido líder da direita portuguesa, formando três governos de coligação com o CDS e três de partido único, um de minoria (1985) e dois com maioria absoluta (1987 a 1995). Em contraponto ao PSD, o PS é percebido como líder da esquerda portuguesa, formando governos minoritários (1976 e 2009), de coligação com o CDS (1978) e PSD (1983) e de maioria absoluta (2005). O Partido Comunista Português (PCP) é, desde o 25 de Novembro, visto como partido anti-sistema, tendo-se formado o conceito de "arco da governação", excluindo-o. No entanto, a partir do XII Congresso (1988) este abdicou do seu objectivo programático revolucionário, mas tal não alterou a percepção dos restantes partidos do sistema partidário (Jalali, 2007). Por fim, o BE, um partido de esquerda-radical fundado em 1999, entrou pela primeira vez no parlamento em 2002, tendo até 2011 obtido um crescimento eleitoral continuado. Não obstante este facto, o "arco da governação" foi-lhe estendido, à semelhança do PCP. Este conceito originou um desequilíbrio entre a esquerda e a direita no sistema partidário em termos de formação de coligações (Magalhães, 2012), nomeadamente entre o PS, BE, PCP e PEV. Em consequência deste desequilíbrio PSD e PS firmaram acordos formais ou tácitos para garantirem a governabilidade (Jalali, 2007), principalmente aquando da formação de governos minoritários. A abstenção aquando da aprovação do programa do governo ou dos orçamentos de Estado são dois exemplos desta cooperação.

Podemos afirmar que até à entrada do BE, e seu constante crescimento até 2011, o sistema partidário português não se inseriu completamente na característica de existência de cinco a seis partidos relevantes definida por Sartori (1976). A evolução da fragmentação partidária no sistema demonstra que a partir 1987 o número de partidos parlamentares diminuiu significativamente (3/4

valores para 2 valores) a favor de dinâmicas bipartidárias entre PSD e PS, tal como Lisi (2015), Jalali (2007) e Freire (2006) defendem (ver anexo C, figura C.4.). Esta tendência de quasi-bipartidarismo foi contrariada a partir de 2005 com uma maior fragmentação do sistema partidário e com alguma diminuição nos votos no PSD e PS.

É também patente a existência de oposições bilaterais no sistema partidário, ou seja, partidos que se encontram em diferentes posições do espectro político juntarem-se por motivos diversos no voto contra o governo, não cooperando na governação (Jalali, 2007). Estas oposições bilaterais formaram-se sempre que tanto PSD ou PS formaram governo sem o apoio do CDS, juntando partidos da esquerda e da direita na oposição ao governo. Não obstante, é de realçar que as oposições bilaterais ganham relevo quando o PS forma governo, consequência do "arco da governação".

Relativamente à polarização ideológica, os cinco partidos do sistema partidário exprimem a distância ideológica entre os dois pólos, sendo que CDS e PCP se encontram mais à direita e esquerda, respectivamente. A polarização ideológica no sistema partidário português é também caracterizada pela existência de tendências centrípetas por os partidos do centro (PSD e PS) se terem vindo a aproximar do "centro", principalmente a partir de 1985, tanto por opções estratégicas como pela pressão do CDS e do PCP à direita e à esquerda, respectivamente. Em consequência, assistiu-se ao fortalecimento eleitoral do PSD e PS, bem como ao aumento dos mesmos em termos de percentagem conjunta do total dos votos (Jalali, 2007), perfazendo a partir de 1985 cerca de dois terços. Encontramos uma trajectória de diminuição da polarização de 1985 e 1995, observando-se, a partir desta última data, ao aumento da mesma – com uma ligeira quebra em 2002 – até 2015, ano em que a polarização foi a mais elevada desde 1983 (ver anexo C, figura C.6.).

Por fim, no que concerne à estrutura de competição, consideramos que esta deve ser dividida em dois períodos distintos: 1975-85 e 1985-2011 (Jalali, 2007). No primeiro período a estrutura de competição pautou-se por uma fórmula relativamente inovadora com a formação de governos de coligação, apesar da existência de alternância parcial (ver anexo D, quadro D.1.2.) (Jalali, 2007). No entanto, no segundo período a estrutura de competição caracteriza-se por uma alternância completa ou inexistente, marcada por governos de coligação PSD-CDS (2002), minoritários do PS (1995; 1999; 2009) e de maioria absoluta do PSD (1987; 1991) e do PS (2005). Se no primeiro período a estrutura de competição se caracterizou por um padrão de alternância parcial e por o acesso à governação ser mais aberto com a participação governamental do CDS; já no segundo esta é definida pela alternância completa, tendo o CDS participado apenas num executivo em quase duas décadas. Podemos considerar que o segundo período apenas veio reforçar as principais dinâmicas inter-partidárias em prol da alternância governativa PSD-PS, mesmo que o CDS participe em executivos através de coligações (Jalali, 2007). É de referir que o acesso e apoio à governação se limitaram ao CDS, PSD e PS, excluindo o PCP e BE, padrão que se manterá até ao pós-eleições de Outubro de 2015.

A volatilidade eleitoral total líquida do sistema partidário português (ver anexo C, figura C.2.) é caracterizada por corresponder quase ou integralmente à volatilidade de Tipo B, a transferência de votos entre partidos existentes, principalmente a partir das legislativas de 2002. Esta característica corrobora a tese de ser difícil a entrada de novos partidos no parlamento visto o eleitoral ser estável e

optar maioritariamente pelos partidos com assentos parlamentares, demonstrando que a democracia-liberal portuguesa está consolidada. A volatilidade do sistema partidário consiste na transferência de votos entre os dois principais partidos, o PSD e o PS, possibilitando a alternância governativa.

O comportamento eleitoral dos eleitores em Portugal tem estado, desde a instauração da democracia-parlamentar, ancorado em três clivagens: i) a esquerda-direita, que possui uma maior ambiguidade comparando com outras democracias-liberais ocidentais (Freire e Belchior, 2011 e 2013; Freire e Kivistik, 2013), mas que ocorre de um pólo ao outro, observando-se uma concentração do eleitorado ao "centro" (Jalali, 2007); ii) a clivagem religiosa, que se apresenta como um factor importante para se distinguir os partidos, sendo que o posicionamento ambíguo de alguns contribui para neutralizar os efeitos desta clivagem (Lisi, 2015); e iii) a clivagem territorial, seguindo a teoria de Lipset e Rokkan (1967). Esta clivagem é patente aquando das eleições legislativas, observando-se a uma clara distribuição de votos para a direita no norte e para a esquerda no sul do país (Gaspar e Vitorino, 1976; André e Gaspar, 1989; Freire, 2001; Lisi, 2015), que se deve, na nossa opinião, à influência da igreja e às respectivas estruturas produtivas, o que permitiu, por exemplo, a forte implantação do PCP no Alentejo ainda durante o Estado Novo. Não obstante, no seio da clivagem territorial observa-se também a clivagem entre o litoral e o interior, em que nas zonas da primeira a esquerda tende a ser mais forte e nas da segunda a direita (Lisi, 2015). No entanto, a nacionalização dos partidos ao longo das últimas décadas tendeu a diminuir o impacto desta clivagem (Jalali, 2003), em que o PS é o partido com uma distribuição de voto mais uniforme e o PCP o que possui uma maior concentração (Lisi, 2015), principalmente no Alentejo, por exemplo. Por fim, as clivagens pós-materialistas (Inglehart, 1977; Dalton, 1984; Franklin et al, 1992; Kitschelt, 1994; Flanagan e Lee, 2003) manifestou-se tardiamente em Portugal quando comparado com outras democracias-liberais ocidentais (Jalali, 2007). Não obstante, constantou-se um aumento desta clivagem entre o eleitorado, traduzido no aumento eleitoral do BE, e na agenda política com os referendos relativamente à interrupção voluntária da gravidez (1998 e 2007), à legalização do casamento por casais do mesmo sexo (2010), entre outros. Ao contrário do caso grego, a intervenção da *troika*, em 2011, não originou uma nova clivagem em torno do documento e das suas medidas.

3.2.1. O Sistema Partidário Português entre 2011 e 2015

Em 2011 o governo socialista, à semelhança dos governos grego e irlandês, pediu um resgate financeiro às instituições europeias e ao FMI. Ao contrário da Grécia, realizaram-se eleições legislativas antecipadas a 5 de Junho de 2011, após a assinatura do Memorando de Entendimento entre CDS-PP, PSD e PS e os credores internacionais. A volatilidade eleitoral nas eleições de 2011 seguiu a tendência da VE total líquida corresponder integralmente à volatilidade de Tipo B (ver anexo C, figura C.2.), que se firmou a partir de 2002. De acordo com os resultados eleitorais podemos pressupor que a principal transferência de votos foi do PS para o PSD (Santana-Pereira, 2015), mesmo que este último não tenha alcançado a maioria absoluta por oito deputados. Estas eleições caracterizaram-se por uma forte penalização do PS, seguindo a tendência de penalização dos partidos que se encontravam no governo aquando da crise económico-financeira, como em Espanha (2011) e Grécia (2012) (Freire e Santana-Pereira, 2011; Magalhães, 2012; Bosco e Verney, 2012;), mesmo que menor. O BE perdeu

oito deputados, metade da sua anterior bancada parlamentar, rompendo com o seu crescimento eleitoral continuado, enquanto que o CDS-PP cresceu significativamente, ultrapassando os 10% de votos (24 deputados). Por fim, a CDU obteve um melhor resultado eleitoral, mesmo que pouco significativo (1 deputado). A fragmentação partidária diminuiu um pouco relativamente às legislativas de 2009 mas manteve-se perto do 3, não alterando o sistema partidário e a relevância dos partidos do sistema partidário. Os partidos do “arco da governação” obtiveram juntos 80% do total dos votos, tendo o PSD e PS obtido 66,7% deste valor. Apesar do PSD não ter conseguido conquistar a maioria absoluta por si mesmo, foi capaz de alcançar ao coligar-se com o CDS-PP, formando um governo de coligação liderado por Pedro Passos Coelho, líder do PSD. Esta fórmula de governo replicou a estrutura de competição tradicional, permitindo o retorno do CDS-PP ao governo, à semelhança da coligação Aliança Democrática e da de 2002-5.

Com o fim dos quatro anos de legislatura do Governo de coligação PSD-CDS a cumprir o Memorando de Entendimento, foram agendadas eleições legislativas para 4 de Outubro de 2015. Nestas eleições a coligação Portugal à Frente (PàF, PSD+CDS-PP) obteve o melhor resultado eleitoral, mas sofreu uma perda de votos na ordem dos 700 mil (12%) face às eleições anteriores, não conquistando a maioria absoluta (Lisi e Fernandes, 2015). Por sua vez, o PS registou o segundo melhor resultado, uma derrota eleitoral por não se ter conseguido afirmar como alternativa política após quatro anos de Memorando. Em termos de resultados eleitorais, a grande novidade foi o crescimento do BE (de 8 para 19 deputados) e da CDU (de 16 para 17 deputados), para além do PAN ter entrado no parlamento com um deputado. Os três partidos do "arco da governação" alcançaram em conjunto apenas 71% do total dos votos, a menor percentagem desde 1985 (De Giorgi e Santana-Pereira, 2016), confirmando uma clara viragem do sistema partidário à esquerda, que se viria a reflectir na fórmula de governo. Esta percentagem confirma também o afastamento da tendência de quasi-bipartidarismo, que caracterizou o sistema partidário português entre 1987 e 2005 (Santana-Pereira, 2015), em consequência do aumento da fragmentação partidária a partir de 2005 (Lisi e Fernandes, 2015). Esta relação de forças parlamentar, e de acordo com o estipulado pela Constituição da República Portuguesa, permitiu que o governo minoritário da PàF fosse recusado no parlamento e que se formasse um governo minoritário do PS com apoio parlamentar do BE, PCP e PEV. Este Governo veio romper com o conceito de "arco de governação" e, consequentemente, com a estrutura de competição que caracterizou o sistema partidário desde 1975, afirmando-se como uma fórmula de governo inovadora. Estas eleições tiveram originalidade do eleitorado penalizar os partidos incumbentes (PSD e CDS-PP) e por não recompensar o PS (Lisi e Fernandes, 2015), ao mesmo tempo que fortaleceu o BE e o PCP. É de referir ainda que a polarização nas eleições de 2011 e 2015 continuou com a tendência presente no sistema partidário desde 1995, acentuando-se precisamente nestas eleições com destaque nas de 2015, em que a polarização foi a mais elevada desde 2015.

É de referir que entre 2011 e 2015 não se formou uma nova clivagem que dividisse a sociedade portuguesa, ao contrário do caso grego, mantendo-se as tradicionais clivagens, principalmente a esquerda-direita. A partir de 2013, quando o PS abandonou a sua posição de passividade, a polarização aumentou, tendo no processo de formação de governo no pós legislativas de

Outubro sido bastante acentuada (Lisi, 2016), dividindo os eleitores e fortalecendo a tradicional clivagem Esquerda/direita. Mair defende que *"the structure of party competition and hence the nature of the party system itself might suddenly be transformed, even without any significant prior electoral flux."* (2007:215). Consideramos que esta nova fórmula de governo pode significar uma transformação do sistema partidário, mas, por outro lado, pode representar uma exceção na fórmula de governo, tal como o governo do "bloco central" foi até hoje uma exceção. De acordo com a perspectiva de Duverger (1956), Blondel (1968) e Sartori (1976) as eleições legislativas de 2015 não representam uma transformação do sistema partidário por este não ter mudado de classe, pois a polarização ideológica e a fragmentação partidária mantiveram-se similares (Lisi, 2015; Santana-Pereira, 2016). Indiscutível é a resiliência do sistema partidário português num contexto de crise económico-financeira internacional e de intervenção da *troika*, principalmente quando comparado com sistemas partidários de países da periferia europeia, como o grego (Bosco e Verney, 2012; De Giorgi e Santana-Pereira, 2016; Santana-Pereira, 2016).

3.3. Os Sistemas Partidários Grego e Português Comparados

De acordo com a tipologia e critérios de Sartori (1976) os sistemas partidários grego e português inserem-se em diferentes classes. Como acima analisámos, o sistema partidário grego assumiu a classe de pluralismo polarizado entre 1976 e 1981, tendo-se nas eleições legislativas desse ano transformado em bipartidário. Este manteve-se ultra estável até às duplas eleições de 2012. PASOK e ND obtinham em conjunto 80% do total dos votos e formavam governos de partido único, suportado por uma fragmentação e volatilidade relativamente reduzidas, ao mesmo tempo que a polarização assumia uma tendência centrífuga. Por outro lado, o sistema partidário português instalou-se logo em 1976 sob a classe de pluralismo polarizado e assim se manteve até ao momento. Não obstante, em vez de se transformar após o fim da consolidação democrática, assistiu-se ao fortalecimento da alternância PSD-PS (1987-2002) e das tendências de competição centrípeta entre si. Apesar da alternância se ter mantido, a partir de 2002 a fragmentação partidária aumentou, afastando a tendência de quasi-bipartidarismo, que as eleições de 2015 vieram a confirmar. Em ambos os sistemas partidários as estruturas de competição eram fechadas, sendo que na Grécia apenas dois partidos governaram, exceptuando as coligações de 1989, em alternância; enquanto em Portugal o acesso à governação se limitou aos partidos do "arco da governação", criando uma alternância parcial ou completa.

Não obstante as diferenças e semelhanças entre os dois sistemas partidários, o impacto da crise económico-financeira teve desenvolvimentos distintos em cada um. Se na Grécia o bipartidarismo implodiu nas duplas eleições de 2012 com o colapso eleitoral do PASOK, em Portugal o sistema partidário demonstrou resiliência nas eleições de 2015. Após a implosão do primeiro assistiu-se à sua gradual estabilização, primeiro nas eleições europeias de 2014 e, mais tarde, nas duplas eleições de 2015, tendo o Syriza substituído o PASOK num sistema partidário mais fragmentado que o anterior. Coloca-se então a questão de qual a sua nova classe. Em contrapartida, o sistema partidário português manteve uma fragmentação relativamente estável, não se assistindo ao colapso eleitoral do PS. Ao invés, assistiu-se à viragem à esquerda do sistema partidário e à continuação da tendência de

afastamento do quasi-bipartidarismo com a penalização tanto da coligação PàF como do PS, fortalecendo o BE e o PCP. A nova relação de forças permitiu uma nova fórmula de governo, rompendo com o "arco da governação", estando ainda por clarificar se esta representa uma excepção ou o início de uma nova estrutura de competição. Uma outra diferença é o aparecimento de uma nova clivagem, a pró-contra memorando, na Grécia e a manutenção da tradicional clivagem esquerda-direita em Portugal.

Podemos pressupor que os impactos díspares da crise económico-financeira, que releva das estruturas económicas nacionais; as diferentes consequências políticas, económicas e sociais da aplicação dos memorandos; e as classes dos sistemas partidários, bem como a sua rigidez/flexibilidade em se adaptarem, contribuíram para a transformação de classe do grego e a manutenção do português. Não obstante, as dinâmicas inter-partidárias de cooperação constituem, na nossa perspectiva, um importante factor de mudança, que analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV: AS DINÂMICAS INTER-PARTIDÁRIAS NOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS GREGO E PORTUGUÊS ENTRE 2009 E 2015

4.1. A Crise, a *Troika* e o Sistema Partidário Grego

Entre 2007 e 2009, Kostas Karamanlis, Primeiro-Ministro e líder do ND, confrontou-se com escândalos de corrupção e de nepotismo, protestos violentos, acções terroristas, a derrota eleitoral nas eleições europeias de 2009, a incapacidade de eleger um candidato presidencial e, por fim, com a crescente ameaça da crise económico-financeira internacional. Perante uma difícil governação e crescente perda de legitimidade, Karamanlis decidiu convocar eleições legislativas antecipadas para Outubro de 2009 (Pappas, 2010). Durante a campanha eleitoral o ND defendeu a necessidade de se realizarem reformas estruturais neoliberais e de se privatizarem empresas públicas para se reduzir a despesa do Estado, enquanto o PASOK, liderado por George Papandreou, se opôs a medidas de austeridade por estas apenas exacerbarem os problemas da economia, defendendo, ao invés, um programa de estímulo económico pelo Estado (Pappas, 2010). Nestas eleições o PASOK alcançou a maioria absoluta, formando governo sozinho, enquanto o ND obteve o pior resultado eleitoral desde as primeiras eleições pós-Ditadura dos Coronéis (ver anexo D.3., quadro D.3.1.).

Nos meses seguintes à sua tomada de posse, o Governo de Papandreou confrontou-se com a crescente deterioração da situação económica e subida dos juros da dívida pública, tendo, a 23 de Abril de 2010, assinado o primeiro Memorando de Entendimento com a *troika*. Em troca de um resgate financeiro na ordem dos 110 mil milhões de euros comprometeu-se a aplicar acrescidas medidas de austeridade e de reformas estruturais neoliberais, presentes no respectivo documento (Bosco e Verney, 2012). Tal como a Constituição helénica estipula, o acordo internacional foi votado no parlamento, tendo o PASOK, o LAOS e um deputado do ND votado a favor, enquanto que as bancadas do ND, do Syriza e do KKE votaram contra (Dinas e Rori, 2013). A aplicação do Memorando deu azo a uma descida abrupta dos padrões de vida de grande parte da classe trabalhadora como nunca antes visto desde o pós-II Guerra na Europa (Kouvelakis, 2011). Entre Março e Novembro de 2011 a tradicional clivagem esquerda-direita redefiniu-se com a pró-contra memorando

(Rori e Dinas, 2013). Emergiram movimentos sociais, como a ocupação da Praça Syntagma, realizaram-se greves gerais e organizaram-se manifestações, como a de 15 de Junho, que trouxe para as ruas de Atenas 300 mil pessoas, quando um novo pacote de austeridade estava a ser votado no parlamento. Os confrontos violentos com a polícia tornaram-se comuns. A convulsão política na rua grega pode ser caracterizada pelo que Antonio Gramsci definiu como uma "crise orgânica", ou seja, um período em que as classes sociais se afastam dos seus partidos tradicionais (Kouvelakis, 2011), crise que se espelhou nos resultados das duplas eleições de 2012. Em consequência do aumento da oposição e da diminuição da legitimidade política, o Governo de Papandreou procedeu a duas reformulações governamentais com o objectivo de alterar a sua imagem e de recuperar legitimidade política.

Perante o aumento constante da dívida soberana grega realizou-se uma Cimeira Europeia, a 26 e 27 de Outubro de 2011, com o objectivo de se analisar e decidir a questão da dívida grega, tendo esta concluído proceder à sua reestruturação em cerca de 50% em troca de mais medidas de austeridade. Face a este resultado, e confrontado com uma severa crise de legitimidade governamental e consequente falta de apoio popular, Papandreou anunciou a realização de um referendo sobre o acordo com os credores. No entanto, a *troika* fez pressão para que esta iniciativa fosse abandonada, ameaçando congelar a próxima tranche de 8 mil milhões de euros, o que Papandreou veio a fazer, resultando numa ainda maior perda de legitimidade política (Vasilopoulou e Halikopoulou, 2013). Para além das pressões europeias, a capitulação de Papandreou, que representou uma humilhação nacional, fortaleceu a ala *pró-troika* dentro do PASOK, liderada por Anna Diamantopoulou, Andreas Loverdos e Giannis Ragousis, que rapidamente levantaram a questão da liderança. Esta veio a ser abandonada em troca da garantia da formação de um governo de "unidade nacional" por Papandreou (Kouvelakis, 2011; Dinas e Rori, 2013). Perante as pressões internas e externas, Papandreou demitiu-se do cargo de Primeiro-Ministro. Não se realizaram eleições legislativas antecipadas tanto por pressão da ala *pró-troika* como das instâncias europeias, que as consideravam como um elemento desestabilizador. Ao invés, formou-se um governo de "unidade nacional" com o apoio parlamentar do PASOK, do ND e do LAOS⁶, sob a liderança de Lucas Papademos, um tecnocrata que foi vice-presidente do BCE entre 2002 e 2010. Este governo formou-se com o intuito de proceder à reestruturação da dívida soberana e à negociação e assinatura de um segundo Memorando, para além da sua aprovação pelo parlamento (Dinas e Rori, 2013). Este governo teve duas consequências para o sistema partidário grego: i) rompeu com a tradicional estrutura de competição em que PASOK e ND formavam governos de partido único e ii) terminou com a direcção de competição centrífuga entre o PASOK e o ND, substituindo-a por uma centrípeta, colocando em causa um factor que permitia a manutenção do bipartidarismo.

Apesar deste Governo ser liderado por um tecnocrata, apenas 17% dos seus membros o eram, sendo que 12 em 18 ministros pertenciam ao PASOK, tendo esses mesmos membros participado no anterior governo (McDonnell e Valbruzzi, 2014), enquanto que o ND recusou integrá-lo. O apoio

⁶ O LAOS abandonou o executivo após três meses por discordar das medidas de austeridade encetadas.

parlamentar do ND baseou-se na garantia de que novas eleições legislativas seriam agendadas assim que o governo cumprisse os objectivos para que se formou (Dinas e Rori, 2013), representando uma mudança de posicionamento face ao Memorando (Tsirbas, 2015). Independentemente da não participação do ND, podemos afirmar que este governo não foi mais que uma coligação PASOK-ND, liderada por um tecnocrata, (McDonnell e Valbruzzi, 2014) e o resultado material de um golpe de estado "suave" imposto pelas instâncias europeias em colaboração com certas frações da elite política grega (Kouvelakis, 2011). Em Fevereiro de 2012 foi assinado o segundo Memorando de Entendimento entre o Governo de Papademos e os credores internacionais. Este documento definiu a realização de uma reestruturação da dívida soberana grega em 50% e um empréstimo de 133 mil milhões de euros, em troca de se aplicarem acrescidas e severas medidas de austeridade e reformas estruturais neoliberais. Cumprindo com a exigência do ND, foram convocadas eleições legislativas antecipadas para 6 de Maio de 2012.

Os resultados das eleições de 6 de Maio de 2012 consolidaram a transformação da estrutura de competição que tinha vigorado nas últimas quatro décadas (ver anexo D.3., quadro D.3.1.). A nova força relativa dos partidos parlamentares e a impossibilidade de se formar um governo de partido único com maioria absoluta, a que se somou a não-cooperação entre as várias forças políticas com assento parlamentar, obrigaram à realização de novas eleições legislativas a 17 de Junho. Nestas o resultado eleitoral também não permitiu a formação de um governo de partido único (ver anexo D.3., quadro D.3.1.). Formou-se então um governo de coligação ND-PASOK-DIMAR⁷, liderado por Antonis Samaras. Esta nova fórmula de governo veio consolidar a alteração da estrutura de competição tradicional, para além de reforçar a clivagem pró-contra memorando. A contestação às políticas de austeridade e reformas estruturais continuou a assolar a cena política grega nos anos da coligação ND-PASOK, nomeadamente com a ocupação da estação televisão pública ERT e sua autogestão pelos trabalhadores, com greves gerais e manifestações com contestação violenta. No entanto, e exceptuando a saída do DIMAR do governo, este manteve-se estável até Dezembro de 2014.

No final de 2014 Antonis Samaras decidiu antecipar a eleição presidencial de Fevereiro de 2015 para Dezembro de 2014 (Tsirbas, 2015). A Constituição helénica estipula que o Presidente da República é eleito pelo parlamento com uma maioria de dois terços na primeira e segunda rondas e por três quintos na terceira (Tsatsanis e Teperoglou, 2016). A coligação governamental apresentou como candidato Stavros Dimas, ex-Comissário Europeu e ex-ministro do ND, sabendo que o Syriza e o ANEL já o tinham rejeitado em declarações públicas. O candidato governamental foi chumbado nas três rondas, que se realizaram a 17, 23 e 29 de Dezembro, respectivamente. Em consequência, e tal como a Constituição define, o parlamento foi dissolvido e marcadas eleições legislativas antecipadas para 25 de Janeiro de 2015.

As eleições de 25 de Janeiro de 2015 marcaram um novo período não apenas para a História contemporânea grega mas também para a europeia. Pela primeira vez em décadas um partido de

⁷ O DIMAR abandonou o executivo passados seis meses por discordar da estratégia governamental relativamente à ERT, a televisão pública grega.

esquerda-radical ganhou umas eleições, podendo formar governo (ver anexo D.3., quadro D.3.1.). Não obstante, o Syriza não alcançou a maioria absoluta por dois deputados, tendo de se coligar com outro partido para a obter. Entre os partidos com assento parlamentar apenas dois partidos se assumiam como possíveis escolhas para integrarem o novo governo: o To Potami e o ANEL. O KKE, um partido de extrema-esquerda e uma óbvia escolha para parceiro de coligação, foi imediatamente colocado de parte por sempre ter assumido uma postura ultra-sectária face ao Syriza, como o referendo de 25 de Julho veio a demonstrar. O PASOK e o ND representavam os últimos cinco anos de austeridade permanente e de subserviência aos credores internacionais. O Aurora Dourada, um partido de extrema-direita neonazi, estava fora de questão por representar tudo o que o Syriza rejeitava a nível programático e ideológico. O To Potami, um partido centrista neoliberal, foi colocado de parte por não possuir uma orientação política anti-europeísta, necessária para o confronto político com as instâncias europeias que se avizinhava, assumindo-se como "europeísta convicto". O ANEL, um partido de direita-radical patriótico e nacionalista, e à partida um parceiro "anti-natura" para uma coligação com a esquerda-radical foi o escolhido por possuir uma forte linha eurocéptica, estando disposto a enfrentar as instituições europeias. A coligação Syriza-ANEL, liderada por Alexis Tsipras, formou-se com base na clivagem pró-contra memorando, demonstrando mais uma vez a sua importância no posicionamento dos partidos no sistema partidário, bem como para a nova estrutura de competição.

Nos seus primeiros sete meses, o Governo Syriza-ANEL caracterizou-se por um intenso confronto com as instâncias europeias (ver Ovenden, 2015), mobilizando a esquerda-radical europeia, na luta contra a austeridade. Não obstante, após a assinatura de um primeiro acordo a 21 de Fevereiro e da realização do referendo de 25 de Julho sobre um novo acordo com as instituições europeias, que deu uma vitória esmagadora ao "Oxi" (não), o governo grego fez uma reviravolta e capitulou. A 14 de Agosto assinou um terceiro Memorando de Entendimento, o pior entre os três já assinados. Confrontando-se com uma revolta na bancada parlamentar do partido, liderada por Panagiotis Lafazanis, e a perda da maioria absoluta, que, por sua vez, o tornava "refém" dos restantes partidos, Tsipras decidiu convocar novas eleições para 20 de Setembro de 2015. Estas vieram consolidar a posição do Syriza como principal força política, mesmo que tenha perdido quatro deputados, e possibilitaram a manutenção do ANEL no parlamento, que corria o risco de não ultrapassar a fasquia dos 3% dos votos. Os resultados eleitorais destes dois partidos permitiram a continuação da coligação Syriza-ANEL num segundo governo, também liderado por Alexis Tsipras, com a função de executar o terceiro Memorando de Entendimento (ver anexo D.3., quadro D.3.1.).

4.1.1. O Colapso Eleitoral do PASOK

O colapso eleitoral do PASOK nas duplas eleições de 2012 é indissociável da transformação do sistema partidário grego. Pela primeira vez desde o deflagrar da crise económico-financeira e das intervenções da *troika*, um partido de centro-esquerda foi severamente penalizado eleitoralmente após ter assinado e aplicado o Memorando de Entendimento, accionando o alarme nas instâncias europeias e nos seus partidos irmãos. O seu colapso eleitoral foi de tal ordem que surgiu um termo para o descrever - "pasokização" -, sem nunca ter sido definido. Apesar desta palavra incutir, no senso comum político, a noção de novidade, tal não é inteiramente verdade. Ware (1996) defendeu que as

direções partidárias possuem constrangimentos internos nas suas decisões e estratégias políticas, como a ideologia dos seus militantes e a História e tradições do próprio partido, que devem ser respeitadas sob o risco de se alienar as respectivas bases sociais de apoio. Este fenómeno ocorreu nas décadas de 70 e 80 quando o PCI e o PCF aderiram à via eurocomunista e às consequentes alianças políticas, alienando as suas bases sociais de apoio e desaparecendo da arena política parlamentar (Freire e March, 2011). Não obstante, o termo "pasokização" possui um carácter de novidade na medida em que repercute as condições políticas, económicas e sociais do actual momento político, como a rigidez da política económica europeia e a imposição de um Memorando de Entendimento por entidades externas, a formação de governos de "bloco central" e o aparecimento de uma nova clivagem política e social. A "pasokização" pode ser definida como o colapso eleitoral de um partido de centro-esquerda por este ter aplicado severas medidas de austeridade e de reformas estruturais neoliberais, passando a ser percepcionado como partido de centro-direita, o que, por sua vez, aliena a sua base social de apoio.

Apesar das duplas eleições de 2012 terem ocorrido há mais de quatro anos, ainda não se iniciou um debate aprofundado sobre as causas do colapso do PASOK. Sotiropoulos (2014) coloca a tónica do colapso do partido na reacção tardia à crise económico-financeira, à má negociação do Memorando de Entendimento e à consequente falta de vontade em aplicar as suas medidas de austeridade e de reformas estruturais, como as privatizações. Discordamos por considerarmos que coloca a responsabilidade exclusiva na direção do PASOK, desresponsabilizando totalmente as instâncias europeias, para além de afirmar que a falta de vontade em aplicar o Memorando foi uma das razões para o seu colapso, quando consideramos que foi precisamente o contrário. Com a sua argumentação iliba as instâncias europeias de qualquer responsabilidade, ao mesmo tempo que ignora a rigidez da política económica europeia e as dinâmicas inter-partidárias a partir de 2010.

Entre 2010 e 2014 assistiu-se a uma significativa alteração do posicionamento do PASOK nas dimensões dos assuntos socio-económicos esquerda-direita e da integração europeia. Se em 2004 o partido era percepcionado pelo eleitorado como sendo de centro-esquerda (ver anexo D.2., figura D.2.1.), distanciando-o do ND, em 2009 não se observa a sua alteração de posicionamento (ver anexo D.2., figura D.2.2.), mas em 2014 constata-se a uma significativa alteração. Em 2014, o seu posicionamento no sistema partidário encontrava-se próximo do ND (ver anexo D.2., figura D.2.3.). Argumentamos que para tal contribuíram quatro factores, já referenciados no primeiro capítulo: a) a rigidez da política económica europeia; b) a punição eleitoral; c) a cooperação inter-partidária e a percepção do eleitorado; e d) o aparecimento de uma nova clivagem.

Como referimos no primeiro capítulo, a partir de 2010 a resposta das instâncias europeias à crise internacional baseou-se na consolidação orçamental, a que se juntaram os resgates financeiros pela *troika*, baseados em dois pilares: a desvalorização interna e a consolidação orçamental. Perante a fragilidade financeira do Estado grego, a *troika* obrigou o Governo grego, e o partido que o suportava, a encetar políticas que iam contra a sua base programática. A rigidez da orientação política económica europeia acentuou-se aquando da iniciativa do referendo de Papandreou, em 2011, pressionando-o para recuar sob a ameaça do congelamento de uma tranche de 8 mil milhões, obrigando à sua demissão e à formação de um governo liderado por um tecnocrata. Apesar das políticas da *troika*

terem falhado redondamente nos primeiros dois anos (Lapavitsas, 2012; Laskos e Tsakalotos, 2013; Stiglitz, 2016), em 2012 foi negociado e assinado um segundo Memorando, que manteve a mesma orientação e que aprofundou ainda mais as políticas de austeridade e de reformas estruturais neoliberais, aumentando a recessão da economia, o desemprego e as desigualdades sociais na sociedade grega. Por fim, e após a vitória do Syriza nas eleições legislativas de 25 de Janeiro, assistiu-se a um confronto de sete meses em que o Governo Syriza-ANEL pretendia terminar com a austeridade para se aplicarem medidas que fomentassem o crescimento económico e o pleno emprego. Em consequência, as instâncias europeias responderam com a ameaça da saída da zona euro e o estrangulamento dos bancos gregos (Stiglitz, 2016) e, após a capitulação do governo grego, com um terceiro memorando, o pior até ao momento. Todos estes episódios demonstram a rigidez da orientação política económica europeia, não permitindo a existência de alternativas à austeridade no seio da zona euro, o que representa uma séria ameaça para a sobrevivência de qualquer partido de centro-esquerda ou esquerda-radical que forme governo na actual conjuntura política e económica, correndo o risco de trair todo seu programa político e de alienar a sua base social de apoio.

O segundo factor, o da punição eleitoral, baseia-se no facto do PASOK ter negociado, assinado e aplicado sozinho o primeiro Memorando de Entendimento entre 2010 e 2011. Ao fazê-lo renegou todo o discurso que tinha proferido durante a campanha eleitoral para as legislativas de 2009, quando prometeu rejeitar a austeridade e defendeu um programa de estímulo económico de cariz keynesiano. Por o sistema partidário grego ser bipartidário e por o sistema eleitoral contribuir para a formação de maiorias absolutas, o PASOK governou sozinho durante quase dois anos com um programa antagónico à sua base programática, posicionamento partidário e imagem "positiva" relativamente à construção do Estado Social, contribuindo para a alienação da sua base social de apoio e consequente punição eleitoral. Ao mesmo tempo, a estratégia para evitar a responsabilidade pelas políticas encetadas, nomeadamente a de culpar as entidades externas, demonstrou não ter surtido o efeito necessário, mesmo que o eurocepticismo tenha aumentado no país, contribuindo para o aparecimento da clivagem pró-contra memorando.

O terceiro factor, o da cooperação inter-partidária, assume-se como fundamental para o colapso do PASOK. A formação de um governo liderado por Lucas Papademos com a sua participação no executivo e o apoio parlamentar do ND representou uma coligação ND-PASOK, contribuindo para uma menor diferenciação entre estes dois partidos ao colocar termo nas tendências centrífugas, uma das características que permitiu a manutenção do bipartidarismo durante décadas. A esta situação somou-se o programa de governo ser a aplicação do primeiro Memorando e a negociação do segundo, limitando as estratégias políticas para que estes se pudessem diferenciar. A consequência desta coligação foi o aumento da redução da ligação entre o PASOK e o seu eleitorado, originando um realinhamento eleitoral, que se materializou nas duplas eleições de 2012.

O aparecimento de uma nova clivagem, nomeadamente a pró-contra memorando, foi uma consequência tanto da aplicação das medidas presentes no Memorando, alterando a estrutura social com a destruição das condições materiais de quem vende a sua força de trabalho e o aumento da pobreza das classes mais desfavorecidas, como da cooperação inter-partidária entre o PASOK e o ND.

A oposição, nomeadamente o Syriza e o KKE, colocaram o foco da sua estratégia de oposição no Memorando, criando uma clara diferenciação entre os partidos que apoiavam e se opunham ao documento. Em consequência, esta nova clivagem originou o reposicionamento dos partidos com assento parlamentar, redefinindo a tradicional esquerda-direita, ao mesmo tempo que contribuía para o fim das tendências centrífugas entre o ND e o PASOK.

Os resultados do PASOK nas duplas eleições de 2012 e a consequente coligação com o ND foram consequências da junção dos quatro factores acima referidos, originando o colapso eleitoral do primeiro e a transformação do sistema partidário grego. A coligação formou-se por não se ter obtido uma maioria absoluta de partido único que pudesse colocar em prática o segundo Memorando. Não obstante estes quatro factores que acima referenciámos, reconhecemos que a estrutura organizativa do PASOK e a actual crise da social-democracia terão contribuído para o seu colapso, nomeadamente por ser um partido cartel (Pappas, 2009; 2014) e as políticas de austeridade e de reformas estruturais neoliberais o terem obrigado a despedir milhares de funcionários públicos, colocando em causa o clientelismo que praticava e que o ajudava a sustentar-se eleitoralmente (Afonso *et al*, 2014). Consideramos que a relação austeridade-partido cartel-clientelismo pode fornecer uma interpretação/explicação complementar ou alternativa para o colapso do partido e que deve ser aprofundada em futuras investigações.

4.2. A Crise, a Troika e o Sistema Partidário Português

Nas eleições legislativas de 2009 o PS, liderado então por José Sócrates, obteve a maioria relativa com uma vantagem de 7,5% face ao seu principal opositor, o PSD (Magalhães, 2012). O PS decidiu então formar um governo de minoria, estando doravante dependente da abstenção do PSD para a formação e aprovação dos projectos legislativos propostos pelo Governo, um exemplo dos acordos formais ou tácitos entre os dois partidos para se garantir a governabilidade referidos no terceiro capítulo. Com o deflagrar da crise económico-financeira e o seu contágio ao continente europeu sob a forma da crise das dívidas soberanas, Portugal foi um dos primeiros Estados na linha da frente. Em 2010, o PS, apoiado pelo Presidente Cavaco Silva, negociou com o PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, o PEC I, II e III, tendo o segundo votado favoravelmente no parlamento, enquanto que CDS, BE e PCP votaram contra. Todavia este ciclo de coabitação, mesmo que com difíceis negociações, entre o Governo e o PSD seria colocado em causa no pós-reeleição do Presidente Cavaco Silva, em Janeiro de 2011. No seu discurso inaugural, a 9 de Março, Cavaco Silva retirou o seu apoio ao Governo, no que foi entendido como uma "declaração de guerra" ao Governo por políticos e analistas (De Giorgi *et al*, 2015). Se nos PECs I, II e III o Governo socialista contou com o apoio de Cavaco, no quarto já não, dificultando a sua capacidade de negociação com o PSD para a aprovação do projecto legislativo e da manutenção da governabilidade do governo minoritário.

Após o resgate financeiro da Grécia e da Irlanda e da continuada deterioração da situação económica portuguesa, o Governo socialista apresentou, em Março, o quarto PEC num prazo de um ano, que foi rejeitado por todos os partidos parlamentares, exceptuando o PS. Esta votação foi um exemplo claro da existência de oposições bilaterais no sistema partidário português, característica que assume importância acrescida aquando de governos minoritários do PS. É de realçar que esta votação

assumiu esta característica por responsabilidade do PSD, que tomou esta decisão por razões partidárias e por querer eleições legislativas antecipadas. Não obstante, a responsabilidade, tanto por mérito da então direcção socialista como dos meios de comunicação social, foi atribuída ao BE, uma das razões que estiveram na base da sua queda eleitoral em 2011.

Em consequência do chumbo do PEC IV, o Governo socialista ficou sem qualquer apoio institucional, quer presidencial quer parlamentar, obrigando, por falta de condições de governabilidade, à demissão do Governo e à convocação de eleições legislativas antecipadas para 5 de Junho de 2011. Não obstante, entre Março e Junho de 2011 foi negociado e assinado o Memorando de Entendimento entre PS, PSD e CDS-PP e a *troika*. Este documento foi negociado a partir do PEC IV, possuindo várias medidas presentes neste último (Magalhães, 2012), que o PSD e o CDS-PP tinham recusado no parlamento. À semelhança das intervenções na Grécia e na Irlanda, em troca de um resgate financeiro de 78 mil milhões de euros, estes três partidos comprometeram-se, independentemente de quem viesse a formar governo pós-5 de Junho, a executar o documento e as suas medidas.

Nas eleições de 2011 o PSD obteve o melhor resultado eleitoral, enquanto que o PS foi severamente penalizado, sofrendo uma das suas piores derrotas eleitorais desde o início da consolidação democrático-liberal (Magalhães, 2012) (ver anexo D.3., quadro D.3.2.). Estas eleições representaram uma deriva para a direita no sistema partidário português, penalizando o PS e as restantes forças parlamentares de esquerda e permitindo a formação do governo mais neoliberal da História portuguesa (Freire e Santana-Pereira, 2012). Apesar do PSD não ter conseguido conquistar a maioria absoluta por si mesmo, foi capaz de alcançar ao coligar-se com o CDS-PP, formando um governo de coligação liderado por Pedro Passos Coelho. A formação deste Governo foi das mais rápidas da recente História democrático-liberal portuguesa, tendo as negociações ocorrido rapidamente e sem fugas de informação durante o processo (Fernandes, 2011). Esta coligação replicou a estrutura de competição tradicional, permitindo o retorno do CDS ao Governo, à semelhança da coligação Aliança Democrática e da coligação entre 2002-5, reforçando a tendência de afastamento do quasi-bipartidarismo.

Após a sua tomada de posse, o governo de Passos Coelho dedicou-se de alma e coração à aplicação das medidas presentes no Memorando (De Giorgi *et al*, 2015), tendo ido além do próprio documento e fazendo dessa estratégia um orgulho do Governo e dos partidos que o sustentavam no parlamento, desrespeitando o mandato eleitoral com que foi eleito (Freire, 2015). Formou-se também um discurso de "estado de emergência" para legitimar as medidas e estratégia do Governo. Em consequência, a economia entrou em recessão, o desemprego aumentou para números nunca antes vistos, a dívida soberana subiu para cerca de 130% do PIB, o que, por sua vez, deu azo a uma crescente contestação social. Esta fez-se ouvir através de duas greves gerais, convocadas pela UGT e CGTP, pelo "M12M", pela "Plataforma 15 de Outubro" e pelo "Que se Lixe a Troika", tendo este último conseguido a participação de mais de um milhão de pessoas nas ruas portuguesas em contestação à descida da Taxa Social Única (TSU), que beneficiaria as empresas em detrimento dos trabalhadores. Ao contrário da Grécia, durante a intervenção da *troika* apenas uma manifestação deu

azo a episódios de violência, nomeadamente em frente ao parlamento, a que a polícia respondeu com uma carga policial desproporcional e arbitrária, ferindo manifestantes pacíficos de todas as idades e géneros. Entre as várias causas para a crescente diminuição da contestação social nos últimos anos do governo, insere-se o receio que este episódio se viesse a repetir por parte de manifestantes, ao mesmo tempo que legitimou as forças policiais e o Governo.

Apesar da crescente contestação social, a grande crise que colocaria em causa a estabilidade governativa não teria, em última instância, a sua génese nas ruas, mas em divergências e agendas distintas entre os partidos que compunham o governo, e que se vieram a intensificar no Verão de 2013. Desde a tomada de posse do Governo que Paulo Portas, líder do CDS-PP e Ministro dos Negócios Estrangeiros, tentava demarcar o seu partido da orientação e estratégias seguidas pelo seu parceiro de coligação, como ficou, por exemplo, patente na questão da TSU. As divergências intensificaram-se aquando da demissão do então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, a que Passos Coelho reagiu com a nomeação de Maria Luís Albuquerque, que representava a continuidade da orientação política económica e financeira seguida e que o ministro demissionário tinha acabado por rejeitar. O desagrado do seu parceiro de coligação sobre esta nomeação deu azo à demissão "irrevogável" de Paulo Portas e à provável ruptura da coligação, colocando em causa a maioria absoluta no parlamento. Perante esta crise governativa, a 10 de Julho de 2013 Cavaco Silva fez uma comunicação ao país em que propôs um acordo de médio prazo, a que chamou "Compromisso de Salvação Nacional", entre PSD, CDS-PP e PS com os objectivos de assegurar a estabilidade governativa e a aplicação do Memorando até Junho de 2014, prazo a partir do qual se poderiam organizar eleições legislativas. Esta solução poderia assumir a forma do comprometimento do PS em se abster ou votar favoravelmente as medidas propostas pelo Governo ou a sua participação num governo com o PSD e CDS, uma solução semelhante à do governo de Lucas Papademos ou de Samaras na Grécia, adaptada às especificidades portuguesas. Após uma semana de reuniões diárias entre os três partidos, António José Seguro, então líder do PS, recusou comprometer-se por causa de pressões partidárias internas, principalmente da sua ala mais à esquerda. Perante esta situação, Passos Coelho recusou a demissão de Paulo Portas, negociando uma nova estrutura de governo que comprometia ainda mais a liderança do CDS-PP com a sua orientação. O Governo PSD-CDS conseguiu cumprir a legislatura de quatro anos, a primeira coligação a fazê-lo desde as primeiras eleições legislativas, em 1976.

Com o fim da legislatura do Governo PSD-CDS foram agendadas eleições legislativas para 4 de Outubro de 2015. Nestas a coligação Portugal à Frente (PàF), composta pelo PSD e CDS, obteve o melhor resultado eleitoral, mas não conquistou a maioria absoluta, enquanto o PS, liderado por António Costa, registrou o segundo melhor resultado. A grande novidade foi o crescimento do BE e da CDU (ver anexo D.3., quadro D.3.2.). Esta relação de forças parlamentar, e de acordo com o estipulado pela Constituição, permitiu que o governo minoritário da PàF fosse recusado no parlamento e que se formasse um governo minoritário do PS com apoio parlamentar do BE, PCP e PEV (sobre o processo de formação do governo ver Fernandes, 2016). Se a vitória eleitoral da PàF é numericamente incontestável, a consequente formação do governo representou um terramoto político (Fernandes, 2016), colocando termo a vários "pressupostos" que caracterizavam o sistema partidário português

desde as eleições legislativas de 1976. O primeiro foi a recusa do PS em se abster na aprovação do programa do governo no parlamento, rompendo temporária ou permanentemente com os acordos tácitos ou formais entre PSD e PS para se garantir a governabilidade aquando a formação de governos minoritários. Caso a direcção Socialista tivesse decidido por continuar com os acordos para garantir a governabilidade, poderia ser co-responsabilizado pelo eleitorado pela continuação das políticas de austeridade que a coligação Portugal à Frente pretendia encetar, entendimento corroborado por Pedro Nuno Santos. Esta posição poderia resultar numa queda e, *in extremis*, no seu colapso eleitoral. Encontrar-se-ia na situação em que o PSOE se encontra actualmente em Espanha. A segunda foi o fim do "arco da governação", alargando a estrutura de competição. Em ambos os casos foram abertos precedentes, independentemente de estes virem a ser uma excepção. Esta fórmula governativa assenta num acordo tripartido entre o PS e os partidos que o apoiam no parlamento, que consiste em três eixos: i) recuperação dos rendimentos dos trabalhadores, pensionistas e reformados; ii) a defesa dos serviços públicos, travando as privatizações em processo e o não avanço de novas; iii) um reforço do Estado Social, nomeadamente na saúde, educação e ciência (Lisi, 2016b). Após quatro anos de propagação de um alegado “estado de emergência” nacional para legitimar as medidas de austeridade e de reformas estruturais, esta solução governativa terminou com esse alegado discurso. Esta solução governativa não foi apenas novidade no espaço nacional, mas também nos restantes Estados europeus, podendo vir a assumir-se como uma nova lógica nos restantes sistemas partidários europeus, nomeadamente na Europa Ocidental.

4.2.1. A Resiliência do PS

O colapso eleitoral do PASOK despoletou o debate sobre o futuro dos partidos do centro-esquerda. A importância deste debate reforçou-se com o desempenho governativo e eleitoral do PS francês, do Partido Democrático italiano, do PvdA holandês, do SPD alemão e do PSOE espanhol. Não obstante, o PS tem, nos últimos anos, demonstrado uma resiliência significativa em comparação com os seus partidos irmãos, afectos ao mesmo grupo parlamentar europeu, o dos socialistas europeus. Abordaremos o percurso do PS entre 2010 e 2015 de acordo com os factores acima referidos.

Ao contrário do PASOK, o PS negociou e assinou o Memorando de Entendimento em conjunto com PSD e CDS, mas, e em consequência da derrota eleitoral nas legislativas de 2011, não governou de acordo com este. Para tal contribuiu o facto do governo de Sócrates ser minoritário, o que implicaria instabilidade na aplicação do Memorando, ao contrário do governo de maioria de Papandreou. A constituição minoritária do governo e a realização de eleições legislativas antecipadas, e consequente derrota eleitoral, contribuíram para que o PS evitasse a governação e a rigidez da orientação política económica europeia nos três anos da intervenção da *troika*, a que se somou a estabilidade da maioria parlamentar que sustentou a legislatura do Governo PSD-CDS. Não obstante, Eurico Brilhante Dias coloca a tónica do grande erro do PS, que considera que despoletou os eventos seguintes e a assinatura do Memorando, no facto de José Sócrates ter decidido formar um governo minoritário em 2009, quando na sua opinião deveria ter despoletado eleições antecipadas, pois já nessa altura a situação era “difícil do ponto de vista económico e financeiro”.

Por se ter encontrado na oposição entre 2011 e 2015, as dinâmicas inter-partidárias entre o PS e os partidos da direita distinguiram-se significativamente das presentes no sistema partidário grego durante o mesmo período. Em consequência da derrota eleitoral, realizaram-se eleições para a liderança do PS, tendo António José Seguro ganho as eleições. Esta nova direcção socialista permitiu ao partido cortar com o passado recente, nomeadamente com as medidas de austeridade dos PECs, bem como com a recente derrota eleitoral (Santana-Pereira, 2016). Esta perspectiva é corroborada por Ana Catarina Mendes, que defende que a direcção socialista de então não percebeu que “não devemos renunciar ao que de bom fizemos quando passamos pelo Governo e fazer de conta que a legislatura dos dois governos de Sócrates não existiram e ir atrás da conversa da direita de que deixámos o país na bancarrota”.

O comportamento da direcção socialista de António José Seguro pode ser dividido em dois períodos distintos: 1) o da aquiescência/cooperação e 2) o da oposição declarada ao Governo. O primeiro caracteriza-se por não ter colocado obstáculos aos projectos legislativos do Governo, que aumentavam a austeridade e a aplicação de reformas estruturais neoliberais, como foi o caso da sua abstenção no Orçamento de Estado de 2012 e das alterações ao Código de Trabalho do mesmo ano, por exemplo, para além de ter votado contra as moções de censura apresentadas pelo BE e PCP (De Giorgi e Santana-Pereira, 2016). O PS colocou termo a esta posição quando o Governo tentou avançar com a redução da TSU das empresas (Freire *et al*, 2015), compensando esta descida com um aumento da mesma taxa paga pelos trabalhadores, o que representava uma clara transferência do trabalho para o capital. Já o segundo período é caracterizado por uma oposição declarada ao Governo PSD-CDS, em que o PS recusou os Orçamentos de Estado de 2013, 2014 e de 2015 em conjunto com o BE, PCP e PEV, tendo até enviado certas normas dos documentos para o Tribunal Constitucional (Lisi, 2016b), que veio a decidir pela inconstitucionalidade das mesmas. A cooperação parlamentar periódica entre o PS e os partidos à sua esquerda contribuiu para os aproximar e para manter a percepção do eleitorado do PS se posicionar no centro-esquerda. Não obstante, a divisão do posicionamento do PS relativamente ao Governo em dois períodos de certa forma claros, existem dois momentos que não se enquadram nesta linha temporal: como a da reforma do IRC e a das negociações do "Compromisso de Salvação Nacional", ambos em 2013.

O primeiro momento caracteriza-se pela cooperação parlamentar entre o PS e os partidos da maioria parlamentar na reforma do IRC, diminuindo os encargos fiscais para as empresas, especialmente num momento em que o IVA e o IRS estavam com uma elevada carga fiscal. Esta cooperação aproximou temporariamente os partidos do apelidado "arco da governação", mas por ser momentânea não surtiu efeito na percepção do eleitorado relativamente ao posicionamento do partido. O segundo, tal como referido acima, adveio de uma crise no interior do Governo PSD-CDS no Verão de 2013 e, em consequência do apelo do Presidente Cavaco Silva para o "Compromisso de Salvação Nacional", iniciaram-se negociações entre o PSD, PS e CDS. Após uma semana de reuniões diárias, a direcção Socialista de António José Seguro recusou qualquer tipo de compromisso. Caso tivesse aceitado cooperar numa solução para a manutenção da estabilidade governativa ou mesmo integrar o executivo, teria incorrido no factor das dinâmicas de cooperação inter-partidárias que, no nosso

entender, contribuiu para a alteração da percepção do PASOK pelo eleitorado grego, originando o seu colapso. Este momento assumiu-se como fundamental para a resiliência eleitoral do PS num contexto de intervenção externa e de rigidez da orientação política económica europeia.

O entendimento dos entrevistados relativamente à estratégia do PS entre 2011 e 2014 diverge. Ana Catarina Mendes defende que a liderança socialista, bem como a sua avaliação e consequente estratégia, foram “uma tragédia para o PS” e em que este não soube liderar uma “insurreição popular” contra as medidas de austeridade. Sérgio Sousa Pinto afirma que durante a governação PSD-CDS o PS “esteve em vários momentos demasiado próximo do Governo”. Pedro Nuno Santos considera que o PS não se deveria ter absterido no Orçamento de Estado de 2012, mas que este sempre teve uma visão muito crítica do Memorando e da sua aplicação, principalmente nas renegociações do programa. Por fim, Eurico Brilhante Dias diverge das opiniões acima referidas por entender que não existiu um falta de assertividade do PS da oposição ou grande proximidade entre este e os partidos do governo. Coloca a tónica no facto do PS ter negociado e assinado o Memorando e na dificuldade em se descolar deste na oposição, relegando implicitamente as responsabilidades para a direcção de José Sócrates. Afirma ainda que o resultado eleitoral do PS nas eleições de 2015 é uma consequência de falta de credibilidade com que António José Seguro também se confrontou.

Ao contrário do PASOK, a percepção do eleitorado relativamente ao posicionamento do PS na dimensão Esquerda/direita não se alterou entre 2004 e 2014 (ver anexo D.2., figuras D.2.1., D.2.2.e D.2.3.). Ainda assim, na dimensão da integração europeia assistiu-se à alteração da percepção do eleitorado quanto ao posicionamento do PS em 2014, repercutindo-se numa posição menos favorável à integração europeia. Esta pode ser entendida como uma consequência da intervenção da *troika* e de crescentes críticas por parte de dirigentes socialistas à União Europeia.

As eleições europeias de 2014 representaram uma prova de força para a liderança de Seguro. Apesar do PS ter vencido as eleições por 3,7% de avanço sobre a coligação governamental, os resultados socialistas foram percebidos como uma vitória de pirro e uma consequência da falta de assertividade da sua oposição ao governo (Freire, 2015), o que permitiu a disputa da liderança socialista por António Costa, então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Este último saiu vencedor por uma significativa margem nas eleições primárias, as primeiras realizadas na História partidária portuguesa, a 28 de Setembro. O receio de um futuro semelhante ao do PASOK (Santana-Pereira, 2016; Lisi, 2016b) e a aprendizagem de que governar em cooperação com os partidos de direita fez com que a direcção de António Costa elaborasse uma nova estratégia para caso não obtivesse a maioria absoluta nas legislativas de Outubro de 2015. Esta visão encontra-se em consonância com a perspectiva de Ana Catarina Mendes, que ao abordar a estratégia política do PASOK entre 2010 e 2015, a caracterizou como tendo sido “suicida”. Conquanto, Pedro Nuno Santos relaciona a queda eleitoral dos partidos socialistas com a necessidade de um debate sobre orientação política e as consequentes alianças políticas, recusando alianças com partidos do centro-direita, e que quando tal não foi feito se assistiu a uma reacção negativa do eleitorado.

Esta ficou espelhada na moção estratégica, apelidada de "Agenda para a Década", para o XX Congresso do PS, em que se lê:

"É na sua pluralidade que o Parlamento representa o país. Nenhum conceito que vise limitar o alcance da representação democrática, como o conceito de "arco da governação", pode servir para excluir sistematicamente certos partidos das soluções de governo."

Este parágrafo representa o que veio a acontecer no pós-eleições em consequência do PS não ter alcançado a maioria absoluta: o romper do "arco de governação" e a sua aproximação táctica aos partidos à sua esquerda com o objectivo de se diferenciar dos partidos e políticas de direita, mesmo que mantenha a posição de respeitar os tratados europeus, como o Tratado Orçamental, pilar fundamental na rigidez da política económica europeia. A direcção socialista de António Costa não rejeitou o seu legado programático, nomeadamente a herança da terceira via de António Guterres, nem alterou a estrutura organizativa do partido, ao contrário do que tem ocorrido no Partido Trabalhista com a eleição de Jeremy Corbyn. O PS tenta assim realizar a quadratura do círculo: respeitar os tratados europeus que o impedem de realizar políticas económicas e públicas de cariz keynesiano, ao mesmo tempo que pretende recuperar rendimentos, defender serviços públicos e reforçar o Estado Social, mantendo a percepção do eleitorado relativamente ao seu posicionamento na clivagem esquerda/direita.

Uma questão transversal ao PS e aos seus partidos irmãos é a crise programática que a social-democracia vive no actual contexto de globalização neoliberal e de um capitalismo selvagem. Na justificação para o colapso eleitoral do PASOK, Ana Catarina Mendes defendeu: "quem pensar como a direita, acaba a governar como a direita". A viragem programática para a direita, a partir das décadas de 70 e 80, dos partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas é um factor de relevância para o estudo da crise que os respectivos partidos vivem actualmente. Todos os entrevistados concordaram na existência de uma crise da social-democracia, tendo referido causas distintas, como a adesão à terceira via, a demografia, o individualismo, a globalização e a perda do poder dos Estados. Não obstante, os entrevistados referiram que este debate se está a desenvolver no seio e entre estes partidos, a par de uma nova política de alianças com o PS português a liderar os esforços neste sentido com a actual solução governativa. Esperam que o actual modelo de governação ganhe crescente credibilidade e que venha a ser replicado noutros países europeus, alterando a relação de forças inter-governamentais na União Europeia, redefinindo um novo caminho para o projecto de construção Europeia. Sérgio Sousa Pinto argumenta que "ou a política europeia muda ou acho que todas as forças moderadas serão sacrificadas no altar da política única europeia", dando azo ao aumento de forças com discursos simplistas e populistas, sejam de esquerda ou de direita. Esta afirmação corrobora o nosso argumento da rigidez da política económica europeia ser um factor fundamental no colapso eleitoral dos partidos socialistas.

À semelhança da estrutura organizativa do PASOK poder ter contribuído para o seu colapso eleitoral, a do PS também poderá ter tido uma importância similar para a sua resiliência, nomeadamente por ser um partido *catch-all* (Lisi, 2009) e não de cartel. Consideramos que a comparação das estruturas organizativas partidárias e a sua relação com o colapso de um e a resiliência do outro representam possíveis linhas de investigação.

4.3 Os Dois Casos Comparados

Apesar da Grécia e Portugal terem estado na linha da frente da crise das dívidas soberanas e da zona euro e de terem sido alvo de intervenções da *troika*, as dinâmicas inter-partidárias foram diferentes, o que originou distintas consequências ao nível dos sistemas partidários.

O PASOK negociou, assinou e aplicou sozinho o respectivo Memorando de Entendimento, tendo, em 2011, participado num governo de liderança tecnocrática com o apoio do ND; enquanto que o PS negociou e assinou o Memorando em conjunto com o PSD e CDS, mas, por ter perdido as eleições de 2011 para a coligação PSD-CDS, não governou sozinho nem participou num governo de unidade nacional com os partidos à sua direita. No momento em que o poderia ter feito recusou. O primeiro governou contra a sua base programática, alterando a percepção do seu eleitorado e alienando a sua base social de apoio, enquanto que o segundo permaneceu na oposição, mesmo que com alguma falta de assertividade e sem ter descolado nas sondagens, subsistindo a percepção do eleitorado anterior à crise e mantendo a sua base social de apoio. O PASOK colapsou eleitoralmente, o PS demonstrou resiliência.

Uma outra diferença resultante das diferentes dinâmicas inter-partidárias foi o aparecimento de uma nova clivagem na Grécia, a pró/contra memorando, redefinindo a tradicional clivagem esquerda/direita e o posicionamento dos partidos, e a manutenção da esquerda/direita no sistema partidário português, mesmo que tenha polarizado a sociedade. Consideramos que a governação do PASOK, o apoio ao Governo de Lucas Papademos e a participação na coligação com o ND contribuíram fortemente para o aparecimento desta nova clivagem, enquanto em Portugal as dinâmicas inter-partidárias não permitiram que uma clivagem semelhante emergisse.

Por fim, se o PASOK virou à direita ao aplicar o Memorando e por ter cooperado com o ND, o PS, a partir da eleição de António Costa para Secretário-Geral, optou pela alternativa contrária, ou seja, cooperar com os partidos à sua esquerda, BE, PCP e PEV, rompendo com 40 anos de exclusão destas forças da governação. A solução governativa saída das eleições legislativas de 2015 espelham esta estratégia de distanciamento e diferenciação com a direita. Como referidos no primeiro capítulo, os acordos parlamentares podem contribuir para uma maior diferenciação entre os principais partidos. Ao cooperar com os partidos à sua esquerda, o PS distancia-se dos partidos à sua direita, mantendo a percepção de se posicionar no centro-esquerda, não alienando a sua base eleitoral. Não obstante, esta viragem à esquerda assume-se apenas como tática, ou seja, o PS mantém a sua base programática da terceira via e o seu cariz europeísta e de respeito pelo Tratado Orçamental, que impede a execução de políticas keynesianas, ao mesmo tempo que pretende recuperar rendimentos, defender serviços públicos e reforçar o Estado Social. Esta solução governativa permite respeitar os tratados europeus e manter a sua percepção de partido de centro-esquerda, pelo menos temporariamente.

Em consequência das respectivas dinâmicas inter-partidárias o sistema partidário grego transformou-se com o colapso eleitoral do PASOK, assumindo a forma de uma nova classe, ainda por consolidar. Por outro lado, o sistema partidário português demonstrou uma enorme resistência, bem como o PS, a que se somou a nova fórmula governativa pós-eleições de Outubro de 2015, estando ainda por clarificar se esta representa uma exceção ou o início de uma nova estrutura de competição.

Se o sistema partidário grego se transformou com o colapso do PASOK, o português pode ter assistido à alteração da sua estrutura de competição com a manutenção eleitoral do PS e com a formação de uma nova fórmula governativa com os partidos à sua esquerda.

CONCLUSÃO

A crise económico-financeira de 2007-8 marcou o início de um novo período na História contemporânea europeia. Oito anos após o seu deflagrar, de severas medidas de austeridade e de reformas estruturais assistiu-se, em 2012, à transformação do sistema partidário grego e, em 2015, à resiliência do português. O PASOK colapsou eleitoralmente, o PS demonstrou resiliência.

A queda da Ditadura dos Coronéis resultou numa transição relativamente pacífica, liderada pela direita, para um regime democrático-liberal parlamentar. O sistema partidário grego adquiriu inicialmente a classe de pluralismo polarizado, mas, em 1981, transformou-se em bipartidário, mantendo-se até às duplas eleições de 2012. Por outro lado, a queda do regime fascista do Estado Novo originou uma revolução, que, depois do 25 de Novembro, deu azo a um regime democrático-liberal semi-presidencialista. Em 1976, o sistema partidário português instalou-se sob a classe de pluralismo polarizado, como se manteve até ao momento. Não obstante, a partir de 1987 a alternância PSD-PS fortaleceu-se e das tendências centrífugas de competição entre si. As estruturas de competição nos dois sistemas partidários caracterizaram-se por serem fechadas. Na Grécia, apenas dois partidos governavam; em Portugal, o acesso ao governo cingiu-se aos partidos do “arco da governação”.

O impacto da crise económico-financeira teve desenvolvimentos distintos em cada um destes sistemas partidários. No grego, o bipartidarismo implodiu com o colapso eleitoral do PASOK nas duplas eleições de 2012, assumindo e consolidando-se numa nova classe desde esse momento em que o Syriza substituiu o PASOK, num sistema partidário mais fragmentado. Por outro lado, o português demonstrou resiliência nas eleições de 2015, tendo-se observado uma viragem à esquerda eleitoral e ao romper do conceito de “arco da governação” com a nova solução governativa, estando ainda por apurar se esta representa uma exceção ou o início de uma nova estrutura de competição. Podemos afirmar que a rigidez do sistema partidário grego contribuiu para a sua implosão, enquanto o português demonstra relativa flexibilidade, que lhe tem permitido manter a classe que possui há mais de 40 anos.

O PASOK negociou, assinou e aplicou sozinho o respectivo Memorando de Entendimento, tendo, em 2011, participado num governo de liderança tecnocrática com o apoio do ND e, em 2012, numa coligação. O PS negociou e assinou o Memorando em conjunto com o PSD e CDS, mas, por ter perdido as eleições de 2011, não o aplicou nem participou num governo de unidade nacional com os partidos à sua direita, quando teve essa oportunidade no Verão de 2013. O PASOK governou contra a sua base programática, alterando a percepção do seu eleitorado e alienando a sua base social de apoio. O PS permaneceu na oposição tentando distanciar-se do Memorando, mantendo a percepção do eleitorado. Face a estas dinâmicas inter-partidárias, na Grécia a clivagem esquerda/direita redefiniu-se com o aparecimento da pró/contra Memorando, enquanto em Portugal tal não ocorreu.

Em resposta directa à nossa pergunta de partida, argumentamos que a assinatura e aplicação do Memorando, o apoio ou coligação com forças de centro-esquerda e a formação de uma nova clivagem, altera, na percepção do eleitorado, o posicionamento do partido de centro-esquerda, podendo originar o seu colapso. Com o colapso eleitoral de um partido principal do sistema partidário, a estrutura de competição reconfigura-se, o que, por sua vez, altera a essência do sistema, transformando-o em termos de classe, como ocorreu no caso grego e não no português. Depois de testadas as hipóteses de investigação previamente formuladas, podemos corroborar parcialmente a *H1*, pois na Grécia tanto o PASOK como o ND apoiaram o Memorando e em Portugal PS, PSD e CDS-PP assinaram-no, mas que o primeiro teve uma posição crítica face à aplicação do documento. Ou seja, o posicionamento dos partidos estruturais perante o Memorando pode potenciar a transformação do sistema partidário desde que os dois partidos estruturais o apoiem e, eventualmente, o apliquem. Seguindo esta lógica, refutamos a *H1.1.*, uma vez que o PS assinou, tal como o PASOK, o Memorando, mas não alterou o seu posicionamento no sistema partidário. Tendo em conta o desempenho eleitoral do PASOK e do PS, podemos concluir, corroborando a *H1.2.*, que a aplicação do Memorando por parte de um partido de centro-esquerda é severamente punido pelo eleitorado, podendo originar o seu colapso eleitoral.

De acordo com a cooperação governativa entre PASOK e ND, entre 2011 e 2012, e a consequente implosão do sistema partidário grego, podemos corroborar a *H2*. Em Portugal esta cooperação governativa não se observou, tendo-se o sistema partidário português mantido inerte. Por sua vez, a cooperação governativa PASOK-ND diminuiu as diferenças entre si, como as figuras em anexo demonstram, o que resultou na alteração do posicionamento do primeiro no sistema partidário e numa consequente punição eleitoral severa, corroborando assim a *H2.1*. Em Portugal, o PS, apesar de ter assinado o Memorando, manteve-se na oposição e tentou distanciar-se da aplicação do Memorando por parte do Governo PSD-CDS, criticando-a. Por fim, a governação conjunta entre PASOK e ND na aplicação do Memorando originou a redefinição da clivagem esquerda/direita com o aparecimento da pró/contra Memorando, visto ambos os partidos apoiarem o acordo. Constata-se também que as fórmulas de governo entre 2011 e 2015 demonstram uma clara delimitação dos partidos nessa clivagem, limitando as escolhas para parceiros na constituição de governos. Pelo contrário, em Portugal não se formaram governos de unidade nacional, apesar do PS ter tido oportunidade de o fazer no Verão de 2013, o que não permitiu colocar ambos os partidos a aplicarem o Memorando na governação e a redefinição da clivagem esquerda/direita com o aparecimento de uma nova, nomeadamente com a pró/contra Memorando, corroborando a *H2.2*.

Dado que o PASOK era um partido estrutural do sistema partidário grego, o seu colapso eleitoral alterou as estruturas de competição, reconfigurando a essência do sistema, o que, por sua vez, o transformou em termos de classe. Em contraponto, o PS demonstrou resiliência entre 2011 e 2015 e, ao ser um partido estrutural do sistema partidário português, poderá ter alterado a estrutura de competição ao romper com o “arco da governação” com a actual solução governativa.

FONTES

Schmitt, Hermann; Bartolini, Stefano; Brug, Wouter van der; Eijk, Cees van der; Franklin, Mark; Fuchs, Dieter; Toka, Gabor; Marsh, Michael; Thomassen, Jacques (2009): European Election Study 2004 (2nd edition). GESIS Data Archive, Cologne. ZA4566 Data file Version 2.0.0, doi:10.4232/1.10086.

Egmond, Marcel van; Brug, Wouter van der; Hobolt, Sara; Franklin, Mark; Sapir, Eliyahu V. (2013): European Parliament Election Study 2009, Voter Study. GESIS Data Archive, Cologne. ZA5055 Data file Version 1.1.0, doi:10.4232/1.11760.

Schmitt, Hermann; Popa, Sebastian A.; Hobolt, Sara B.; Teperoglou, Eftichia (2015): European Parliament Election Study 2014, Voter Study. GESIS Data Archive, Cologne. ZA5160 Data file Version 2.0.0, doi:10.4232/1.12300.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, J. *et al.* (2014), “Do voters respond to party manifestos or to a wider information environment? An analysis of mass-elite linkages on European integration”, *American Journal of Politics*, (Online), 58 (4), pp. 967-978. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ajps.12115/abstract>.
- Afonso, Alexandre *et al.* (2014), “How Party Linkages Shape Austerity Politics: Clientelism and Fiscal Adjustment in Greece and Portugal during the Eurozone Crisis”, *Journal of European Public Policy*, (Online), 3 (22), pp. 315-334. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501763.2014.964644>.
- André, I. e Jorge Gaspar (1989), “Portugal-geografia eleitoral: 1975 e 1987”, em M. B. Coelho (org.), *Portugal. O sistema político e constitucional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Armingeon, Klaus e Nathalie Giger (2008), “Conditional Punishment: A Comparative Analysis of the Eleitoral Consequences of Welfare State Retrenchment in OECD Nations, 1980-2003”, *West European Politics*, (Online), 31 (3), pp. 558-580. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402380801939834>.
- Bakker, R. e Sara B. Hobolt (2013), “Measuring Party Positions”, em G. Evans e Nan Dirk De Graaf (orgs.), *Political Choice Matters – Explaining the Strength of Class and Religious Cleavages in Cross-National Perspective*, Oxford, Oxford University Press.
- Banaszak, Le Ann e Peter Doerschler (2012), “Coalition type and voter support for parties: Grand coalitions in German elections”, *Electoral Studies*, (Online), 31 (1), pp. 46-59. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379411000709>.
- Belchior, Ana Maria (2015), “Crise económica e percepções sobre a ideologia dos partidos políticos em Portugal (2008-2012)”, *Análise Social*, 217, (4), pp. 734-760.
- Blondel, Jean (1968), “Party Systems and Patterns of Government in Western Democracies”, *Canadian Journal of Political Sciences*, (Online), 1 (2), pp. 180-203. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3231605>.
- Biezen, I. van (2003), *Political Parties in new democracies*, New York, Palgrave MacMillan.
- Bosco, A. e S. Verney (2012), “Electoral epidemic: the political cost of economic crisis in Southern Europe, 2010-2011”, *South European Society and Politics*, (Online), 17 (2), pp. 129-154. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13608746.2012.747272>.
- Bruneau, T.C. e A. Macleod (1986), *Politics in contemporary Portugal*, Boulder, Lynne Rienner.
- Corkill, D. (1993), “The political system and the consolidation of democracy in Portugal”, *Parliamentary Affairs*, (Online), 41 (2), pp. 247-257. Disponível em: <http://pa.oxfordjournals.org/content/46/4/517.extract>.
- Costa, Ana e José Castro Caldas (2014), “A União Europeia e Portugal Entremos resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas”, em José Reis (org.), *A Economia Política do Retrocesso - Crises, Causas e Objectivos*, Coimbra, Almedina.
- Crewe, Ivor (1985), “Introduction: eleitoral change in Western Democracia: a framework for Analysis”, em I. Crewe e D. Denver (orgs.), *Eleitoral Change in Western Democracia: Patterns and Sources of Eleitoral Volatility*, London, Croom Helm.
- Crewe, I. and Denver, D. (orgs.) (1985), *Electoral Change in Western Democracies: Patterns and Sources of Electoral Volatility*, London, Croom Helm.
- Dahl, Robert A. (1966). “Patterns of Opposition”, em Robert A. Dahl (org.), *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Conn, pp. 332-47.
- Dalton, Russel J. *et al.* (1984), *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?*, Princeton, Princeton Press.

- Dalton, Russel J. (2008), “The Quantity and the Quality of Party Systems – Party System Polarization, Its Measurement, and Its Consequences”, *Comparative Political Studies*, (Online), 41 (7), pp. 899-920. Disponível em: <http://cps.sagepub.com/content/41/7/899.abstract>.
- Dalton, R. J. and Wattenberg, M. P. (2000), “Partisan Change and the Democratic Process”, em R. J. Dalton e M. P. Wattenberg (orgs.), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- De Giorgi, Elisabetta e José Santana-Pereira (2016), “The 2015 Portuguese Legislative Election; Widening the Coalitional Space and Bringing the Extreme Left in”, *South European Society and Politics*, (Online). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13608746.2016.1181862>.
- Downs, Anthony (1957), *An economic theory of democracy*, New York, Harper and Row.
- Drummond, Andrew J. (2006), “Electoral Volatility and Party Decline in Western Democracies: 1970-1995”, *Political Studies*, (Online), 54 (3), pp. 628-647. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9248.2006.00617.x/abstract>.
- Duverger, Maurice (1951), *Political Parties*, London, Methuen.
- Enelow, J.M. e M.J. Hinich (1984), *The Spatial Theory of Voting. An Introduction*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Evans, G., A. Heath e M. Lalljee (1996), “Measuring Left-Right and Libertarian-Authoritarian values in the British electorate”, *The British Journal of Sociology*, (Online), 47 (2), pp. 93-112. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/591118?seq=1#page_scan_tab_contents.
- Farlie, Dannis J. et al. (orgs.), *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*, London, John Wiley.
- Fernandes, Jorge Miguel (2011), “The 2011 Portuguese Election: Looking for a Way Out”, *West European Politics*, (Online), 34 (6), pp. 1296-1303. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2011.616667>.
- Flanagan, Scott e Dalton, Russel J. (1984), “Parties Under Stress: Realignment and Dealignment in Advanced Industrial Societies”, *West European Politics*, (Online), 7 (1), pp. 7-23. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402388408424456>.
- Flanagan, Scott C. (1987), “Value Change in Industrial Societies”, *American Political Science Review*, (Online), 81 (4), pp. 1303-1319. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1962590?seq=1#page_scan_tab_contents.
- Flanagan, Scott e Aie-Rie Lee (2003), “The New Politics, Culture Wars, and the Authoritarian-Libertarian Value Change in Advanced Industrial Democracies”, *Comparative Political Studies*, (Online), 36 (3), pp. 235-270. Disponível em: <http://cps.sagepub.com/content/36/3/235.short>.
- Franklin, M. N., Mackie, T. e H. Valen, (orgs.) (1992), *Electoral Change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Freire, André (2001), *Modelos de Comportamento eleitoral – uma introdução crítica*, Oeiras, Celta.
- Freire, André (2006), “The Party System of Portugal”, em O. Niedermayer, R. Stoss e M. Haas (orgs.), *Die Parteiensysteme Westeuropas*, VS Verlag für Sozialwissenschaften, Wiesbaden, pp. 373-396.
- Freire, André (2015), “Os anos difíceis da era da troika e as perspectivas futuras”, em Marco Lisi (org.), *As eleições legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*, Lisboa, Assembleia da República.
- Freire, André e Ana Belchior (2011), “What left and right means to Portuguese citizens”, *Comparative European Politics*, (Online), 9 (2), pp. 145-167. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1057/cep.2009.14>.

- Freire, André e Ana Belchior (2013), “Ideological representation in Portugal: MPs-electors linkages in terms of left-right placement and substantive meaning”, *Journal of Legislative Studies*, (Online), 19 (1), pp. 1-21. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13572334.2013.736784>.
- Freire, André e José Santana-Pereira (2011), “Portugal 2011: The victory of the neoliberal right, the defeat of the left”, *Portuguese Journal of Social Sciences*, (Online), 11 (2), pp. 179-187. Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/intellect/pjss/2012/00000011/00000002/art00006?crawler=true>.
- Freire, André e Kats Kivistik (2013), “Western and non-Western meaning of the left-right divide across four continents”, *Journal of Political Ideologies*, (Online), 18 (2), pp. 171-199. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569317.2013.784009>.
- Freire, André e Luke March (2012), *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa - Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*, Lisboa, Quidnovi.
- Freire, André e Manuel Mourinho (2012), “Sistema eleitoral, de partidos e de governo: o caso português em perspectiva comparada”, em André Freire (org.), *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI*, Lisboa, Almedina.
- Freire, A., M. Lisi *et al.* (2014), “Political Representation in Bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal Compared”, *South European Society and Politics*, (Online), 19 (4), pp. 413-433. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13608746.2014.984381>.
- Freire, André *et al.* (2015), “Crise económica e o potencial de coligação da esquerda radical portuguesa: entre retórica e realidade”, em André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Crise económica, políticas de austeridade e representação política*, pp. 385-411, Lisboa, Assembleia da República.
- Fernandes, Jorge M. (2011), “The 2011 Portuguese Election: Looking for a Way Out”, *West European Politics*, (Online), 34 (6), pp. 1296-1303. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2011.616667>.
- Fernandes, Jorge M. (2016), “The seeds for party system change? The 2015 Portuguese general election”, *West European Politics*, (Online), 39 (4), pp. 890-900. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2016.1150645?journalCode=fwep20>.
- Fukuyama, Francis (1999), *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva.
- Gaspar, Jorge e Nuno Vitorino (1976), *As eleições de 25 de Abril: Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Gemenis, K. e R. Nezi (2014), “Government-opposition dynamics during the economic crisis in Greece”, *Journal of Legislative Studies*, (Online), 21 (1), pp. 14-34. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13572334.2014.939562?journalCode=fjls20>.
- Giger, Nathalie e Moira Nelson (2010), “The eleitoral consequences of Welfare State retrenchment: blame avoidance or crédito claiming in the era of permanente austerity?”, *European Journal of Political Research*, (Online), 50 (1), pp. 1-23. Disponível em: <http://dspace.uvu.vu.nl/bitstream/handle/1871/34502/268892.pdf?sequence=3>.
- Green-Pedersen, Christoffer (2004), “Center Parties, Party Competition, and the Implosion of Party Systems: A Study of Centripetal Tendencies in Multiparty Systems”, *Political Studies*, (Online), 52 (2), pp. 324-341. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9248.2004.00482.x/abstract>.
- Gunther, R., P. N. Diamandouros e Hans-Jurgen Puhle (orgs.) (1995), *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Hood, C. (2002), “The risk game and the blame game”, *Governament and Opposition*, (Online), 37 (1), pp. 15-37. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1477-7053.00085/abstract>.

- Hunchenson, Derek S. (2011), “Seismology of psephology: ‘Earthquake elections’ from the Folketing to the dáil”, *Representation*, (Online), 47 (4), pp. 471-488. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00344893.2011.621749>.
- Huntington, Samuel P. (1993), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Oklahoma, University of Oklahoma Press.
- Inglehart, Ronald (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, Princeton Press.
- Inglehart, R. e Hans-Dieter Klingemann (1976), “Party identification, ideological preference and the Left-Right dimension among Western mass publics, em I. Budge, I. Crewe e D.J. Farlie (orgs.), *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*, London, John Wiley.
- Jalali, Carlos (2003), “A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras”, *Análise Social*, XXXVIII (167), pp. 545-572.
- Jalali, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Katsanidou, A. (2013), “The Euro crisis and new dimensions of contestation in national politics”, em B. De Witte *et al.* (orgs.), *The Euro Crisis and the State of European Democracy*, Florence, European University Institute.
- Katsanidou, A. e S. Otjes (2016), “How the European debt crisis reshaped national political space: The case of Greece”, *European Union Politics*, (Online), 17 (2), pp. 262-284. Disponível em: <http://eup.sagepub.com/content/early/2015/12/01/1465116515616196.abstract>.
- Katz, R. e Peter Mair (1995), “Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party”, *Party Politics*, (Online), 1 (1), pp. 5-28. Disponível em: <http://ppq.sagepub.com/content/1/1/5.short>.
- Key, V. O. (1955), “A Theory of Critical Elections”, *The Journal of Politics*, (Online), 1 (17), pp. 2-18. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2126401?seq=1#page_scan_tab_contents.
- Kitschelt, Herbert (1994), *The Transformation of European Social Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Klein, Naomi (2011), *A Doutrina de Choque*, Lisboa, Smartbook.
- Korpi, W. e J. Palme (2003), “New politics and classe politics in the contexto of austerity and globalization: Welfare State regresso in 18 countries, 1975-1995”, *American Political Science Review*, (Online), 97 (3), pp. 425-446. Disponível em: <http://www.vanneman.umd.edu/socy789b/korpi03.pdf>.
- Kouvelakis, Stathis (2011), “The Greek Cauldron”, *New Left Review*, (Online), 72, pp.17-32. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/72/stathis-kouvelakis-the-greek-cauldron>.
- Kriesi, Hanspeter *et al.* (2008), “Globalisation and its Impact on National Spaces of Competition”, em Hanspeter Kriesi *et al.* (orgs.), *West European Politics in the Age of Globalisation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Laakso, Markku e Rein Taagepera (1979), “‘Effective’ Number of Parties”, *Comparative Political Studies*, (Online), 1 (12), pp. 3-27. Disponível em: <http://cps.sagepub.com/content/12/1/3.extract>.
- Landman, Todd (2003), *Issues and Methods in comparative politics. An introduction*, Londres, Routledge.
- Lapavistas, Kostas (2012), *Crisis in the Euro Zone*, London, Verso Books.
- Laskos, Christos e Tsakalotos, Euclid (2013), *Crucible of Resistance - Greece, the Eurozone & the World Economic Crisis*, London, Pluto Press.

- Lipjhart, Arend (1971), “Comparative Politics and the comparative method”, *American Political Science Review*, (Online), 65 (3), pp. 682-693. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1955513?seq=1#page_scan_tab_contents.
- Lipset, S.M. e S. Rokkan (1967). “Cleavage Structures, Party Systems and Voter alignments: An Introduction”, em S. M. Lipset e S. Rokkan (orgs.), *Party System and Voter Alignments: Cross National Perspectives*, Nova Iorque, The Free Press.
- Lisi, Marco (2009), *A Arte de Ser Indispensável - Líder e organização no Partido Socialista português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lisi, Marco (2015), “Quarenta anos de eleições legislativas em Portugal: balanço e perspectivas futuras”, em Marco Lisi (org.), *As eleições legislativas no Portugal democrático (1975-2015)*, Lisboa, Assembleia da República.
- Lisi, Marco (2016), “U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support”, *South European Society and Politics*, (Online). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2016.1225331?journalCode=fses20>.
- Lisi, Marco e Jorge M. Fernandes (2015), “O adeus ao “Arco da Governação?: as eleições legislativas de 2015”, em Marco Lisi (org.), *As eleições legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*, Lisboa, Assembleia da República.
- Lefkofridi, Z. et al. (2014), “Left-Authoritarians and policy representation in Western Europe: Electoral choice across ideological dimensions”, *West European Politics*, (Online), 37 (1), pp. 65-90. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01402382.2013.818354>.
- Lobo, M. C. (2001), “The role of political parties in Portuguese democratic consolidation”, *Party Politics*, (Online), 7 (5), pp. 643-653. Disponível em: <http://ppq.sagepub.com/content/7/5/643.abstract>.
- Lyrantzis, Christos (2005), “The Changing Party System: Stable Democracy, Contested ‘Modernisation’”, *West European Politics*, (Online), 28 (2), pp. 242-259. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402380500058845>.
- Maguire, M. (1983), “Is There Still Persistence? Electoral Change in Western Europe, 1948–1979”, em H. Daalder e P. Mair (orgs.), *Western European Party Systems: Continuity and Change*, Beverly Hills CA, Sage Publications.
- Mair, Peter (1997), *Party System Change – approaches and interpretations*, Oxford, Oxford University Press.
- Mair, Peter (2006), “Party System Change”, em Richard S. Katz e William J. Crotty, *Handbook of Party Politics*, London, Sage Publications.
- Mair, Peter (2008), “Political parties and party systems”, em P. Graziano e M.P. Vink (orgs.), *Europeanizations. New Research Agendas*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Magalhães, Pedro C. (2012), “After the Bailout: Responsibility, Policy, and Valence in the Portuguese Legislative Election of June 2011”, *South European Society and Politics*, (Online), 17 (2), pp. 309-327. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2012.701410>.
- Magone, J. (1999), “Portugal, party system installation and consolidation”, em D. Broughton e M. Donovan (orgs.), *Changing party systems in Western Europe*, London, Pinter, pp.529-558.
- McDonnell, Duncan e Marco Valbruzzi (2014), “Defining and classifying technocrat-led and technocratic governments”, *European Journal of Political Research*, (Online), 53 (4), pp. 654-671. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1475-6765.12054/abstract>.
- Martins da Silva, António (2010), *História da Unificação Europeia - A Integração Comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Narud, H. M. e H. Oscarsson (1999), “Mass-elite perceptions of the policy space: a comparison between Norway and Sweden”, apresentado no *ECPR Joint Sessions of Workshops*, Universidade de Mannheim, 26-31 de Março de 1999, Mannheim.
- Nicolacopoulos, Ilias (2005), “Elections and Voters, 1974-2004: Old Cleavages and New Issues”, *West European Politics*, (Online), 28 (2), pp. 260-278. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402380500058886>.
- Nicolacopoulos, E. e Martin, I. (2015), “Syriza and the new party system in Greece”, *The Economy Journal*. Disponível em: <http://www.theeconomyjournal.com/en/notices/2015/04/syriza-y-el-nuevo-sistema-de-partidos-en-grecia-091.php>.
- Ovenden, Kevin (2015), *Syriza: Inside the Labyrinth*, London, Left Book Club.
- Pal, L. e R. Weaver (2003), *The Government taketh away: The politics of pain in the United States and Canada*, Washington DC, Georgetown University Press.
- Pappas, Takis S. (2003), “The Transformation of the Greek party system since 1951”, *West European Politics*, (Online), 26 (2), pp. 90-114. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402380512331341121>.
- Pappas, Takis S. (2009), “Patrons against partisans - The Politics of Patronage in Mass Ideological Parties”, *Party Politics*, (Online), 3 (15), pp. 315-334. Disponível em: <http://ppq.sagepub.com/content/15/3/315.abstract>.
- Pappas, Takis S. (2014), *Populism and Crisis Politics in Greece*, New York, Palgrave MacMillan.
- Pedersen, Mogens (1979), “The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility”, *European Journal of Political Research*, (Online), 7 (1) pp. 1-26. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.1979.tb01267.x/abstract>.
- Pedersen, Mogens (1983), “Changing Patterns of Electoral Volatility in European Party Systems, 1948–1977: Explorations and Explanation”, em H. Daalder and P. Mair (orgs.), *Western European Party Systems: Continuity and Change*, Beverly Hills CA, Sage Publications.
- Pierson, Paul (1994), *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher and the politics of retrenchment*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Pierson, Paul (2001), “Coping with permanent austerity: Welfare State restructuring in affluent democracies”, em Paul Pierson (orgs.), *The new politics of the Welfare State*, Oxford, Oxford University Press.
- Powell, Eleanor e Joshua Tucker (2014) “Revisiting Electoral Volatility in Post-Communist Countries: New Data, New Results, and New Approaches”, *British Journal of Political Science*, (Online), 44 (1) pp.1-25. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=9090381&fileId=S0007123412000531>.
- Rae, Douglas (1968), “A note on the fractionalization of some European party system”, *Comparative Political Studies*, (Online), 3 (1), pp. 413-418. Disponível em: <http://cps.sagepub.com/content/1/3/413.extract>.
- Santana-Pereira, José (2016a), “A Esquerda Radical no período pós-2009: nada de (muito) novo em Portugal?”, *Oficina do Historiador*, (Online), 1 (9), pp. 58-77. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/24314>.
- Santana-Pereira (2016b), “Eleições em tempos de crise: austeridade, troika e a derrota anunciada do PS nas legislativas de 2011”, em Marco Lisi (org.), *As eleições legislativas no Portugal democrático (1975-2015)*, Lisboa, Assembleia da República.
- Sartori, Giovanni (1976), *Parties and Party Systems: A Framework of Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Schmitt, Johannes (2016), “How to Measure Ideological Polarization in Party Systems”, comunicação apresentada na *ECPR Graduate Student Conference 2016*, Universidade de Tartu, de 10 a 13 de Julho, Tartu.
- Schmitt, J. e André Freire (2012), “Ideological Polarisation: Different Worlds in East and West”, em David Sanders et al (orgs.), *Citizens and the European Polity: Mass Attitudes towards the European and National Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Schumacher, Gijts *et al.* (2010), “Party's Welfare Image, Electoral Punishment and Welfare State Retrenchment”, comunicação apresentada em *ECPR Joint Sessions of Workshops*, Universidade de Munique, 22-27 Março de 2010, Munique.
- Sotiropoulos, Dimitri A. (2014), “Triumph and collapse: PASOK in the wake of the crisis in Greece (2009-13)”, em David J. Bailey, Jean-Michel De Waele, Fabien Escalona e Mathieu Vieira (orgs.), *European social democracy during the global economic crisis: Renovation or resignation?*, pp. 193-215, Manchester, Manchester University Press.
- Stiglitz, Joseph. E (2016), *O Euro - Como uma moeda única ameaça o futuro da Europa*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Tsatsanis, Emmanouil, André Freire e Yannis Tsirbas (2014), “The Impact of the Economic Crisis on the Ideological Space in Portugal and Greece: A Comparison of Elites and Voters”, *South European Society and Politics*, (Online), 19 (4), pp. 519-540. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2014.983317?journalCode=fses20>.
- Teixeira, Conceição Pequito, Emmanouil Tsatsanis e Ana Maria Belchior (2014), “Support for Democracy in Times of Crisis: Diffuse and Specific Regime Support in Portugal and Greece”, *South European Society and Politics*, (Online), 19 (4), pp. 501-518. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2014.975770>.
- Teperoglou, Eftichia e Emmanouil Tsatsanis (2011), “A New Divide? The impact of Globalisation on National Party Systems”, *West European Politics*, (Online), 34 (6), pp. 1207-1228. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7000>.
- Teperoglou, Eftichia *et al.* (2014), “Elites’ and Voters’ Attitudes towards Austerity Policies and their Consequences in Greece and Portugal”, *South European Society and Politics*, (Online), 19 (4), pp. 457-476. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2014.983306?journalCode=fses20>.
- Teperoglou, Eftichia e Emmanouil Tsatsanis (2014), “Dealignment, de-legitimation and the implosion of the two-party system in Greece: The earthquake election of 6 May 2012”, *Journal of Elections, Public Opinions and Parties*, (Online), 24 (2), pp. 222-242. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17457289.2014.892495?journalCode=fbep20>.
- Teperoglou, Eftichia, Emmanouil Tsatsanis e Elias Nicolacopoulos (2014), “Habituating to the New Normal in a Post-earthquake Party System: The 2014 European Election in Greece”, *South European Society and Politics*, (Online), 20 (3), pp. 333-355. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2015.1068377>.
- Tsatsanis, Emmanouil e Eftichia Teperoglou (2016), “Realignment under Stress: The July Referendum and the September Parliamentary Election in Greece”, *South European Society and Politics*, (Online). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2016.1208906?journalCode=fses20>.
- Tsirbas, Yannis (2015), “The January 2015 Parliamentary Election in Greece: Government Change, Partial Punishment and Hesitant Stabilisation”, *South European Society and Politics*, (Online). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13608746.2015.1088428>.

- Van Der Brug, W. (2001), “Perceptions, opinions and party preferences in the face of a real world event”, *Journal of Theoretical Politics*, (Online), 13 (1), pp. 53-80. Disponível em: <http://jtp.sagepub.com/content/13/1/53.short>.
- Van Der Brug, W. e J. Van Spanje (2009), “Immigration, Europe and the “new” socio-cultural dimension”, *European Journal of Political Research*, (Online), 48 (3), pp. 309-334. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.2009.00841.x/abstract>.
- Varela, Raquel (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Vasilopoulou, Sofia e Daphne Halikiopoulou (2013), “In the Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012”, *South European Society and Politics*, (Online), 18 (4), pp. 523-542. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2013.779784>.
- Verney, S. (2014), “‘Broken and Can’t be fixed’: The impact of the Economic Crisis on the Greek Party System”, *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, (Online), 49 (1), pp. 18-35. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2014.877222?journalCode=rspe20>.
- Ware, Alan (1996), *Political Parties and Party Systems*, Oxford, Oxford University Press.
- Ware, Alan (2009), *The Dynamics of Two-Party Politics – Party Structures and the Management of Competition*, Oxford, Oxford University Press.

ANEXOS

Anexo A – Enquadramento Teórico

Quadro A.1. - Tipos de sistemas partidários

Autor	Principais critérios para classificação	Principais tipos de sistemas partidários identificados
Duverger (1954)	Número de partidos	Sistema bipartidário Sistema multipartidário
Dahl (1966)	Competitividade da oposição	Estritamente competitivo Cooperativo-competitivo Coalescente-competitivo Estritamente coalescente
Blondel (1968)	Número de partidos Tamanho relativo dos partidos	Sistemas bipartidários Sistema dois e meio Sistemas multipartidário com um partido dominante Sistema multipartidário sem partido dominante
Rokkan (1968)	Número de partidos Possibilidade de maiorias de partido único Distribuição da força de partidos minoritários	O sistema britânico-alemão “1vs1+1” O sistema escandinavo “1vs3-4” Sistemas multipartidários equilibrados “1vs1 +2-3”
Sartori (1976)	Número de partidos Polarização ideológica	Sistemas bipartidários Pluralismo moderado Pluralismo polarizado Sistemas partido predominante

Fonte: Mair (1997).

Quadro A.2. - Estruturas de competição

Estruturas de competição fechadas	Estruturas de competição abertas
Alternância total ou não alternância no governo; Fórmula de governo familiar; Acesso ao governo limitado a um número reduzido de partidos.	Alternância parcial ou mistura de alternância parcial com total; Fórmula de governo inovadora; Acesso ao governo aberto a (quase) todos os partidos.

Fonte: Mair (1997).

Anexo B - Enquadramento da Investigação: Objectivos, Metodologia e Dados

Anexo B.1. - Guião Entrevista e cargos dos entrevistados

A - Percurso político do entrevistado

1) Que funções políticas desempenhou?

1.1) E actualmente desempenha? Se sim, quais?

B - O sistema partidário português

2) Como caracterizaria o sistema partidário português?

2.1) E a sua estrutura de competição?

3) Na sua opinião, quais as clivagens presentes no sistema partidário antes e depois de 2011?

3.1) Como posicionaria os partidos com assento parlamentar nessas clivagens?

4) Como caracterizaria as dinâmicas inter-partidárias entre o PS e os restantes partidos com assento parlamentar?

4.1) (E com o PSD?)

5) Como caracterizaria as dinâmicas inter-partidárias entre o PS e os restantes partidos com assento parlamentar entre 2011 e 2015?

6) Considera que o sistema partidário português se transformou com o acordo entre o PS e o BE, PCP e PEV?

7) Ao nível do sistema partidário quais as suas perspectivas para o mesmo?

A - A crise económico-financeira e a intervenção da *troika*

8) Como posicionaria os partidos relativamente ao Memorando de Entendimento?

8.1) Como posicionaria o seu próprio partido?

9) Na sua opinião, qual foi a estratégia partidária que o seu partido seguiu relativamente ao Memorando de Entendimento entre 2011 e 2015?

C - A Crise da social-democracia/socialismo democrático

10) Desde do começo da crise económico-financeira que se tem referido comumente que a social democracia se encontra em crise, concorda?

10.1) (Se sim). Quais as causas?

11) Na sua opinião, quais são as perspectivas de futuro para a social-democracia europeia?

D - Semelhanças e diferenças entre Portugal e Grécia

12) Na sua opinião quais são as semelhanças e diferenças entre Portugal e Grécia?

E - As estratégias partidárias do PS e do PASOK

13) Como caracterizaria a estratégia do PASOK entre 2010 e 2015?

14) Como compreende a estratégia partidária do PS entre 2010 e 2015?

Pedro Nuno Santos

Membro da Comissão Nacional do PS e actual Secretário de Estados dos Assuntos Parlamentares

Ana Catarina Mendes

Membro da Comissão Nacional do PS e actual Vice-Secretária-Geral do PS.

Sérgio Sousa Pinto

Ex-deputado ao Parlamento Europeu (1999-2009) e actual deputado à Assembleia da República pelo PS.

Eurico Brilhante Dias

Membro da Comissão Nacional e do Secretariado Nacional do PS (2011-14) e actual deputado à Assembleia da República pelo PS.

Anexo B.2. - Operacionalização dos Índices

$\text{Volatility} = \frac{\sum_{i=1}^n p_{it} - p_{i(t+1)} }{2}$	<p>Volatilidade Eleitoral Total</p> <p>Perdesen (1979)</p> <p>n = número de partidos;</p> <p>p_i = percentagem de votos que um determinado partido recebeu em períodos de tempo t e $t+1$ (em dois momentos eleitorais consecutivos).</p> <p>A volatilidade eleitoral total pode, ainda, ser calculada a partir da soma da volatilidade de tipo A e da volatilidade de tipo B.</p>
$\text{Type A Volatility} = \frac{ \sum_{o=1}^n p_{ot} + \sum_{w=1}^n p_{w(t+1)} }{2}$	<p>Volatilidade Tipo A</p> <p>Powell e Tucker (2014)</p> <p>o = partidos que desapareceram (aqueles que apenas concorreram a eleição em t);</p> <p>w = novos partidos (aqueles que apenas disputam eleição em $t+1$).</p>
$\text{Type B Volatility} = \frac{\sum_{i=1}^n p_{it} - p_{i(t+1)} }{2}, \text{ among all stable parties.}$	<p>Volatilidade Tipo B</p> <p>Powell e Tucker (2014)</p> <p>i = partidos que concorreram às eleições em t e $t+1$.</p>

$$N_v = \frac{1}{\sum (P_v)^2}$$

Fragmentação do Sistema Partidário

Número efetivo de partidos parlamentares -
Markku Laakso e Rein Taagepera (1979).

P_v = percentagem de assentos parlamentares de
cada partido face ao total de assentos.

Polarização Ideológica

Dalton (2008)

i = partido;

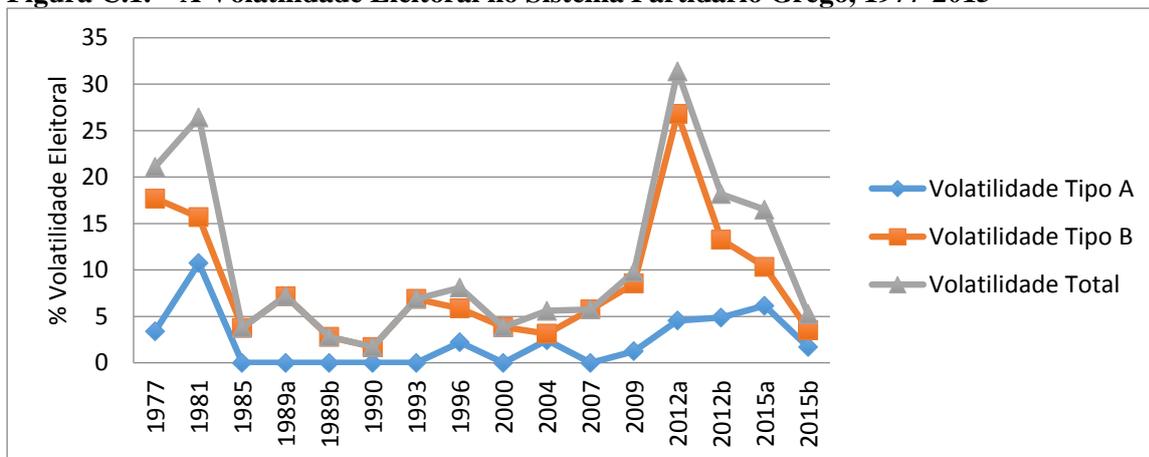
$party\ L/R$ = posicionamento do partido na escala
esquerda/direita;

$$PI = \text{SQRT}\{\sum(\text{party vote share}_i) * ([\text{party L/R score}_i - \text{party system average L/R score}] / 5)^2\}$$

$party\ system\ average\ L/R$ = posicionamento
médio do sistema partidário na escala
esquerda/direita.

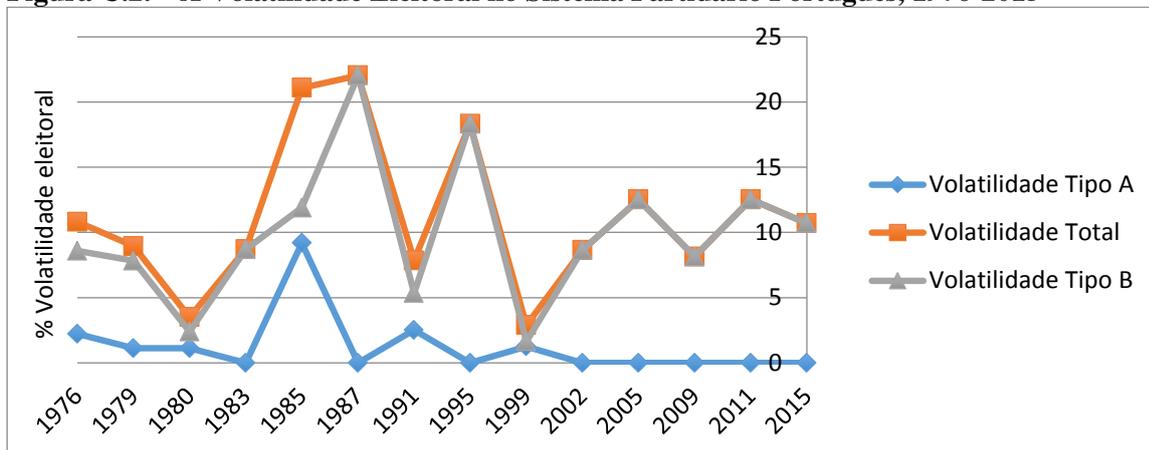
Anexo C - Os Sistemas Partidários Grego e Português entre 1981 e 2015: Semelhanças e Diferenças

Figura C.1. – A Volatilidade Eleitoral no Sistema Partidário Grego, 1977-2015



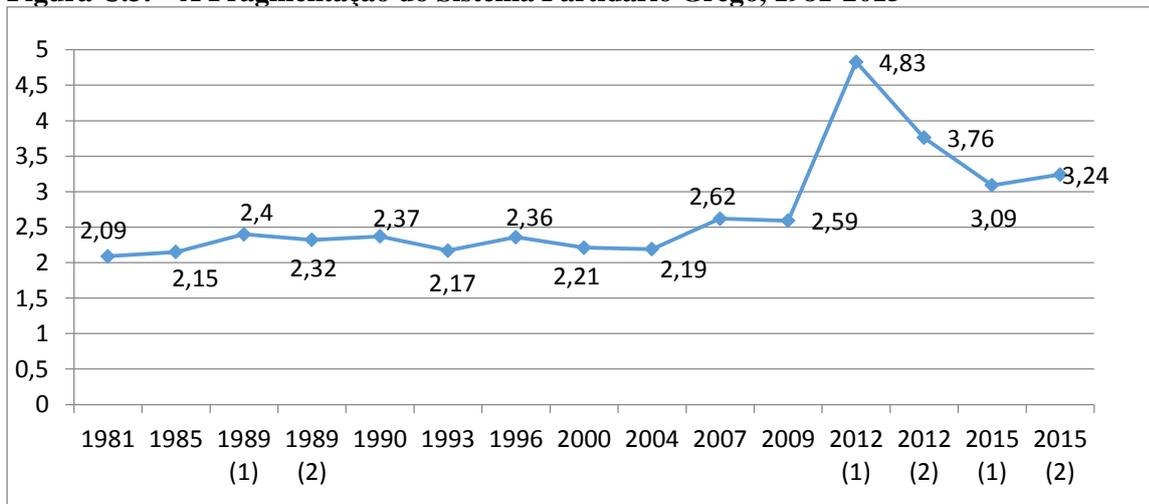
Fonte: Dados de Svante Ersson.

Figura C.2. – A Volatilidade Eleitoral no Sistema Partidário Português, 1976-2015



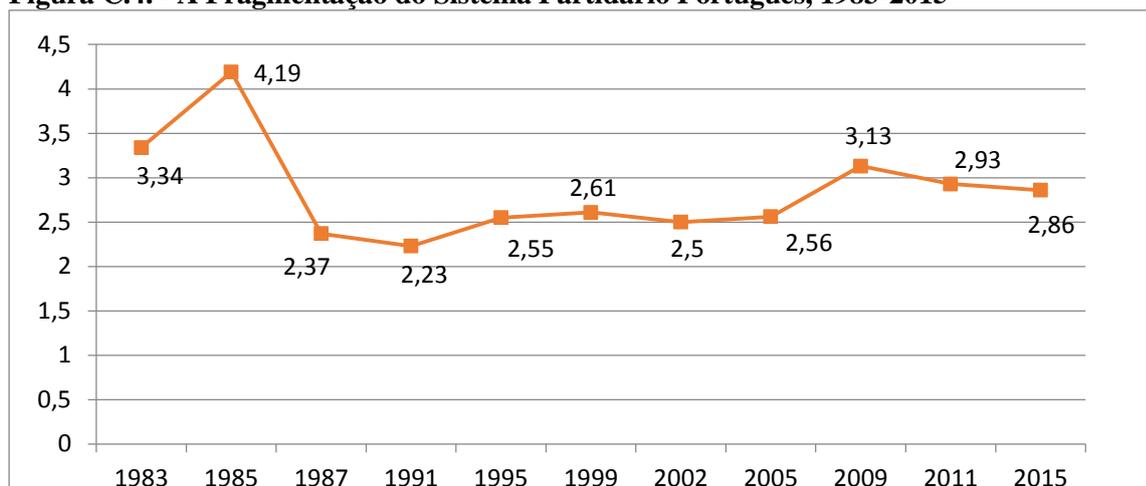
Fonte: Dados de Svante Ersson.

Figura C.3. – A Fragmentação do Sistema Partidário Grego, 1981-2015



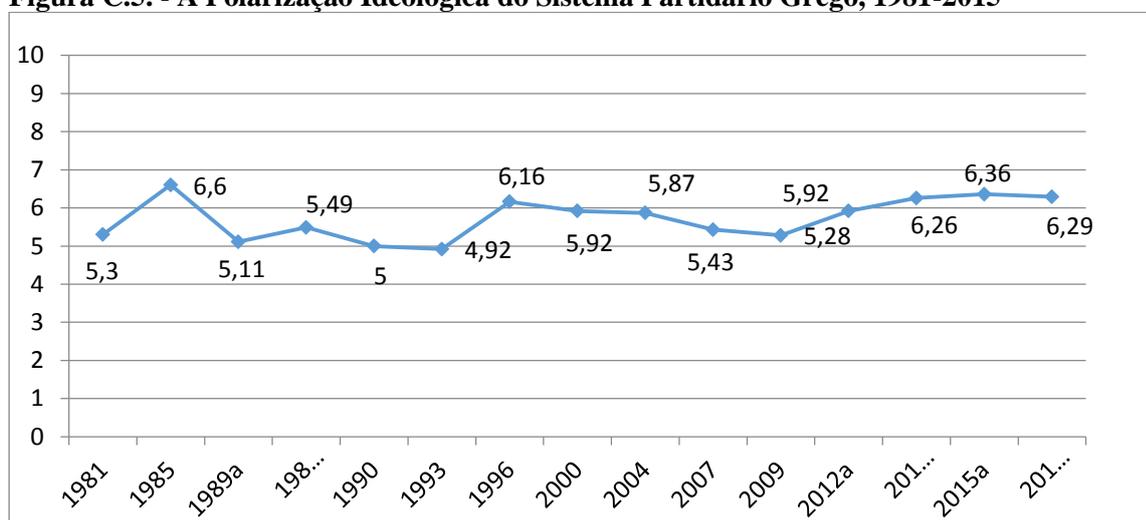
Fonte: Dados de Michael Gallagher.

Figura C.4. - A Fragmentação do Sistema Partidário Português, 1983-2015



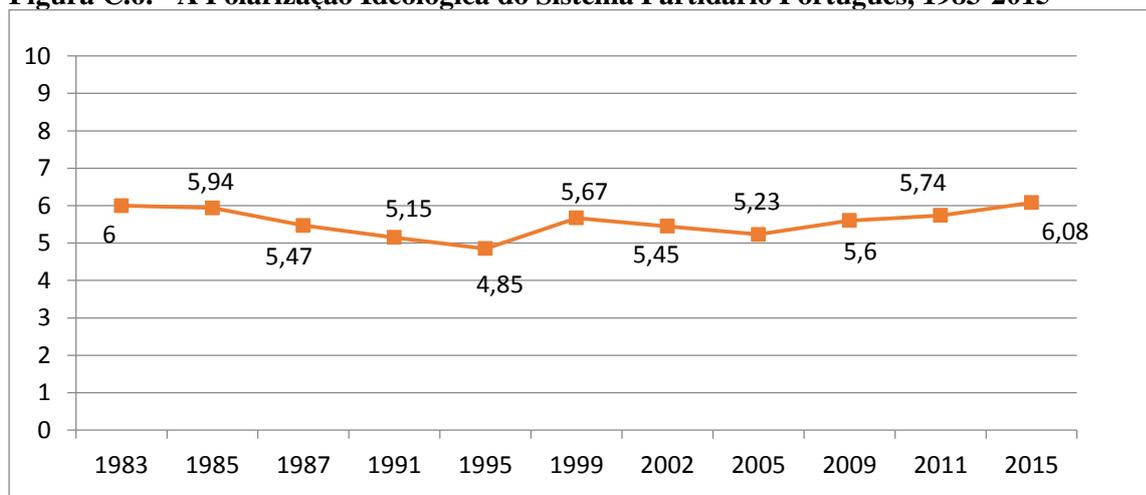
Fonte: Dados de Michael Gallagher.

Figura C.5. - A Polarização Ideológica do Sistema Partidário Grego, 1981-2015



Fonte: Formulação própria, com base nos dados do portal *Parlgov*.

Figura C.6. - A Polarização Ideológica do Sistema Partidário Português, 1983-2015



Fonte: Formulação própria, com base nos dados do portal *Parlgov*.

Anexo D - As Dinâmicas Inter-partidárias nos Sistemas Partidários Grego e Português entre 2009 e 2015

Anexo D.1. – Estruturas de Competição em Portugal e Grécia

Quadro D.1.1. - Estruturas de Competição Grécia, 1981-2015

	Governo composto	Alternância governativa	Inovação
1981	PASOK	Completa	Sim
1985	PASOK	Inexistente	Não
1989a	ND+SYN	Completa	Sim
1989b	ND+PASOK+SYN	Parcial	Sim
1990	ND	Parcial	Sim
1993	PASOK	Completa	Não
1996	PASOK	Inexistente	Não
2000	PASOK	Inexistente	Não
2004	ND	Completa	Não
2007	ND	Inexistente	Não
2009	PASOK	Completa	Não
2012a	-	-	-
2012b	PASOK + ND + DIMAR	Parcial	Sim
2015a	Syriza + ANEL	Completa	Sim

Fonte: Formulação própria, com base nos critérios de Jalali (2007).

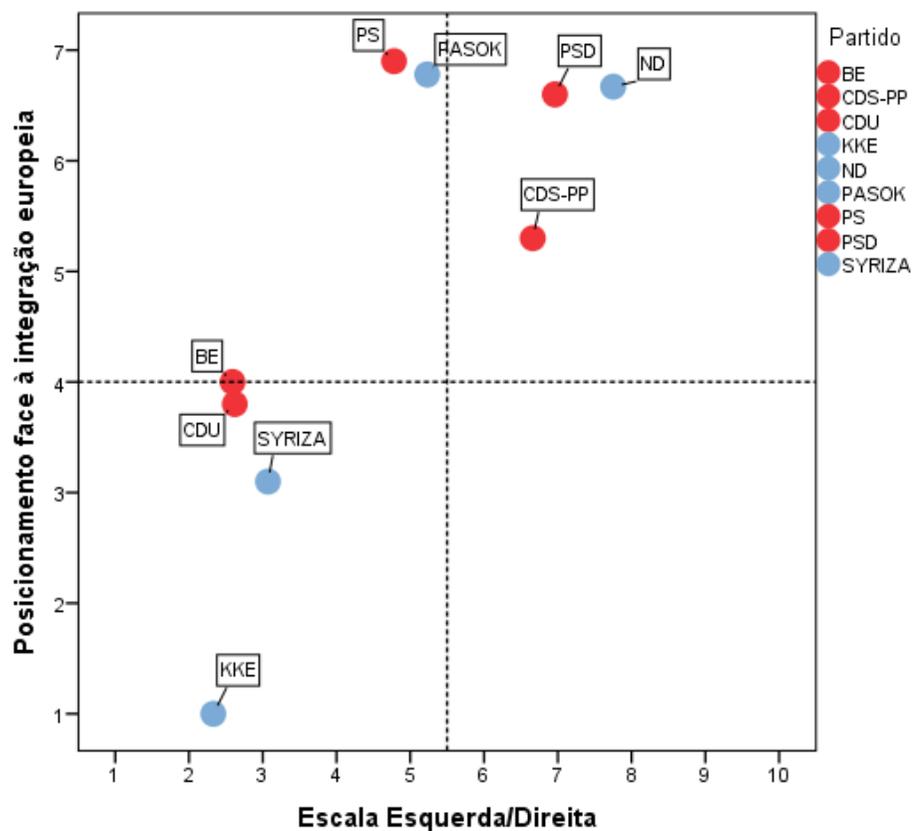
Quadro D.1.2. - Estruturas de Competição Portugal, 1976-2015

	Governo composto	Alternância governativa	Inovação
1983	PS+PSD	Parcial	Sim
1985	PSD (minoritário)	Parcial	Sim
1987	PSD	Inexistente	Não
1991	PSD	Inexistente	Não
1995	PS (quase maioria)	Completa	Não
1999	PS (quase-maioria)	Inexistente	Não
2002	PSD+CDS	Completa	Não
2005	PS	Completa	Não
2009	PS (minoritário)	Inexistente	Não
2011	PSD+CDS	Completa	Não
2015	PS com apoio parlamentar BE, PCP e PEV	Completa	Sim

Fonte: Jalali (2007).

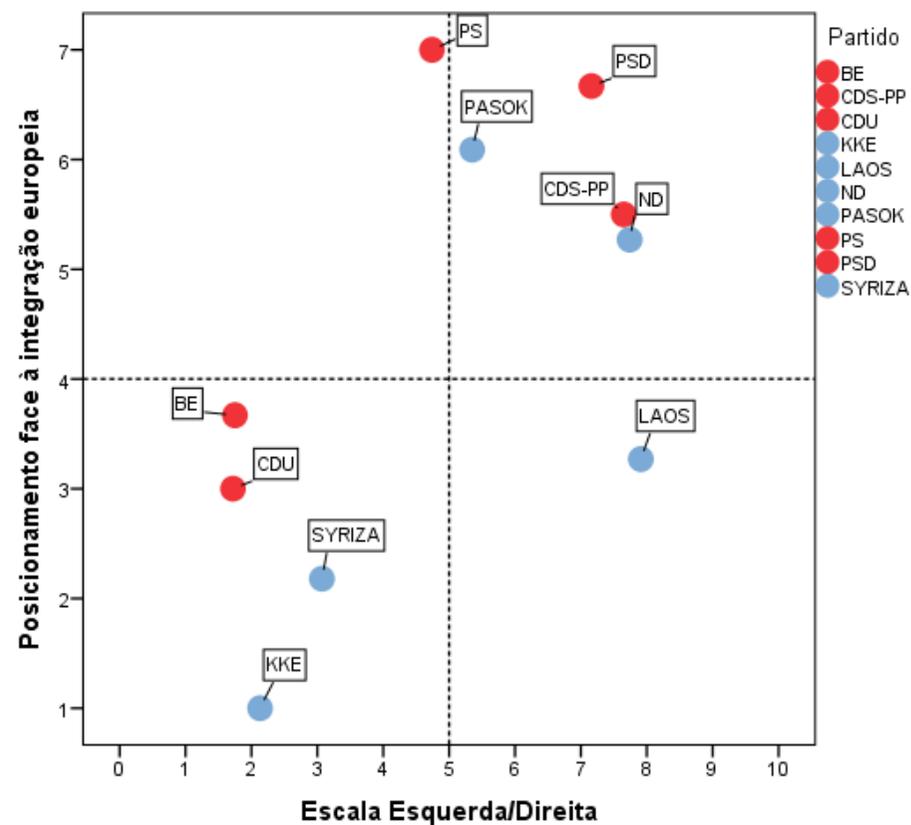
Anexo D.2. – Percepção do Eleitorado face ao Posicionamento dos Partidos nas Dimensões Integração Europeia e Esquerda/Direita, 2004-2014

Figura D.2.1. – Percepção do eleitorado face ao posicionamento dos partidos nas dimensões integração europeia e esquerda/direita, 2004



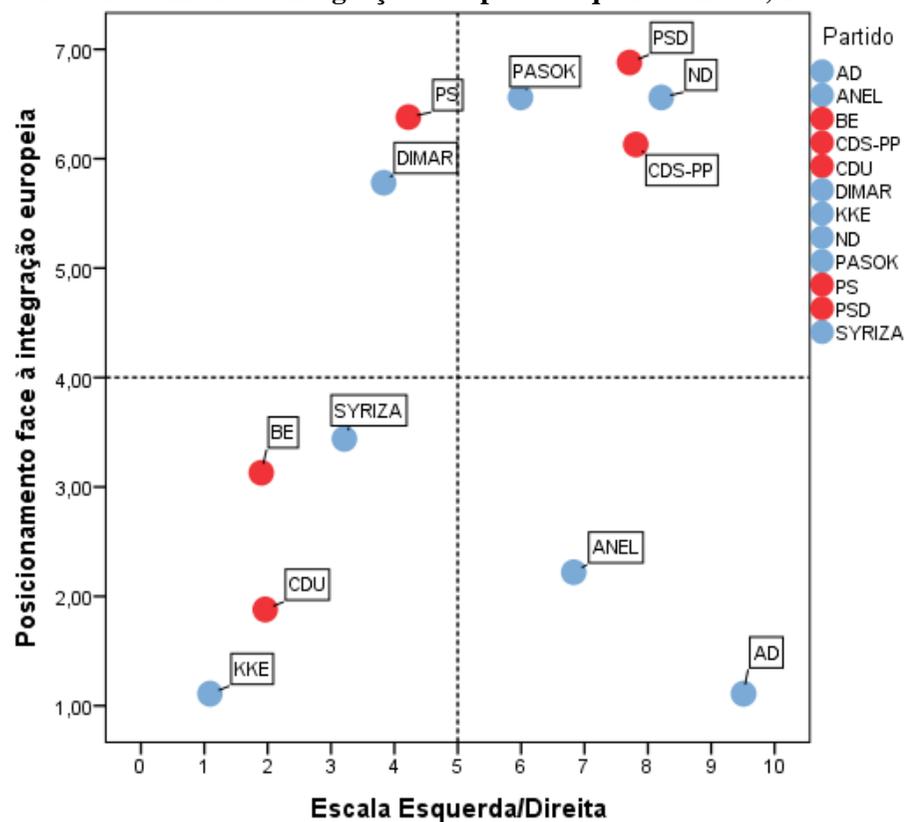
Fonte: Formulação própria, com recurso ao *European Election Studies* 2004.

Figura D.2.2. – Percepção do eleitorado face ao posicionamento dos partidos nas dimensões integração europeia e esquerda/direita, 2009



Fonte: Formulação própria, com recurso ao *European Election Studies* 2009.

Figura D.2.3. – Percepção do eleitorado face ao posicionamento dos partidos nas dimensões integração europeia e esquerda/direita, 2014



Fonte: Formulação própria, com recurso ao *European Election Studies* 2014.

Dimensões

Posicionamento dos partidos face à integração europeia (variável qualitativa ordinal):

- 1 – a integração já foi longe de mais;
- 7 – a integração deve ser aprofundada.

Posicionamento dos partidos na escala esquerda/direita (variável qualitativa ordinal):

- 0 – esquerda;
- 10 – direita.

Nota interpretativa

Os partidos representados a azul pertencem ao sistema partidário grego. Aqueles que estão representados a vermelho pertencem ao sistema partidário português.

Anexo D.3. – Resultados eleições legislativas Grécia e Portugal, 2009-2015

Quadro D.3.1. – Resultados legislativas Grécia, 2009-2015

	2009		2012a		2012b		2015a		2015b	
	Assentos	% votos								
PASOK	160	43.9	41	13.2	33	12.3	13	4.7	17	6.3
ND	91	33.5	108	18.9	129	29.7	76	27.8	75	28.1
Syriza	13	4.6	52	16.8	71	26.9	149	36.3	145	35.5
KKE	21	7.5	26	8.5	12	4.5	15	5.5	15	5.6
LAOS	15	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-
ANEL	-	-	33	10.6	20	7.5	13	4.8	10	3.7
Aurora Dourada	-	-	21	7.0	18	6.9	17	6.3	18	7.0
To Potami	-	-	-	-	-	-	17	6.1	11	4.1
DIMAR	-	-	19	6.1	17	6.3	-	-	-	-
União do Centro	-	-	-	-	-	-	-	-	9	3

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do portal *Parlgov*.

Quadro D.3.2. – Resultados legislativas Portugal, 2009-2015

	2009		2011		2015	
	Assentos	% votos	Assentos	%	Assentos	%
PS	97	37.7	74	29.2	86	33.6
PSD	81	30.0	108	40.3	107*	39.8
CDS-PP	21	10.8	24	12.2	107*	39.8
CDU (PCP+PEV)	15	8.1	16	8.2	17	8.6
BE	16	10.1	8	5.4	19	10.6
PAN	-	-	-	-	1	1.4

*PSD e CDS-PP concorrem juntos na coligação Portugal à Frente (PàF)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do portal *Parlgov*.